SN-LINE ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 451 - Ano XIV - 25/08/2014
ISSN 1981-8769 (impresso)
ISSN 1981-8793 (online)







Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo

A mineração brasileira em debate



Dário Bossi e Marcelo Carneiro:

Neodesenvolvimentismo ou neoextrativismo?

Guilherme Zagallo:

Direitos humanos e trabalhistas na mineração

Carlos Bittencourt:

Mineração e o impulso à desigualdade

Getúlio Vargas - 60 anos

Carlos Lessa:

A reinvenção da Era Vargas e o desenvolvimento

Marieta Ferreira:

Os "Brasis" da década de 1920 e a chegada de Vargas ao poder

Lira Neto:

"Não acredito em biografias definitivas"

Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo. A mineração brasileira em debate

Novo Código de Mineração brasileiro (PL 5.807/2013) está tramitando no Congresso para votação, mas o tema só deve voltar à pauta após as eleições.

A revista **IHU On-Line** desta semana discute os impactos socioambientais dos projetos neodesenvolvimentista e neoextrativista do Estado, que mantém uma dinâmica econômica de viés primário-exportador em detrimento de uma perspectiva baseada em outras racionalidades.

Contribuem para o debate pesquisadores e ativistas ambientais que trabalham diretamente com as populações afetadas por esta atividade econômica extremamente predatória e saqueadora.

Dário Bossi, missionário comboniano e membro da rede Justiça nos Trilhos e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, e Marcelo Sampaio, engenheiro ambiental e professor da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, debatem sobre a retomada de um modelo de exploração ultrapassado baseado no extrativismo primário. Bruno Milanez, doutor em Política Ambiental pela Lincoln University e professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, discute o atual momento econômico, classificado como "pósneoliberal", no contexto global e considera que a nova legislação não traz avanços, apenas revisita, com atraso, a legislação de outros países da América Latina.

Guilherme Zagallo, advogado da Campanha Justiça nos Trilhos e relator nacional de direitos humanos da Rede de Direitos Humanos Plataforma Dhesca Brasil, discute as condições de trabalho em áreas de mineração e a informalidade da atividade no Brasil.

Carlos Bittencourt, historiador graduado pela Universidade Federal Fluminense – UFF e consultor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase, analisa a desigualdade entre os rendimentos financeiros dos grupos mineradores e os impactos sociais e ambientais do extrativismo mineral.

Rogério Almeida, mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará – UFPA, jornalista e assessor de ONGs e movimentos sociais, argumenta que a visão mecanicista da Amazônia como provedora de matérias-primas para atender demandas externas reatualiza constantemente a condição colonial da floresta.

No contexto dos 60 anos da morte de Getúlio Vargas, nesta edição é publicado um dossiê especial sobre as contradições de uma das figuras políticas mais importantes e representativas do Brasil no século XX e cujas repercussões na contemporaneidade são ainda muito evidentes. Entrevistas com Carlos Lessa, Juremir Machado, Lira Neto, Luciano Aronne de Abreu e Marieta Moraes discutem o legado de Getúlio.

Por fim, a entrevista com **Gustavo da Silva Kern**, historiador e doutorando em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFR-GS, trata do biopoder e da constituição étnico-racial das populações. O doutorando estará discutindo o tema, na próxima quinta-feira, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU, às 17h30min.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!



Instituto Humanitas Unisinos

Endereço: Av. Unisinos, 950, São Leopoldo/RS. CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 – ramal 4128. E-mail: humanitas@unisinos.br.

Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling. Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br).

IHU

IHU On-Line é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos – IHU ISSN 1981-8769.

IHU On-Line pode ser acessada às segundas-feiras, no sítio www.ihu.unisinos.br.

Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos.

REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br). Redação: Inácio Neutzling, Andriolli Costa MTB 896/MS (andriollibc@unisinos.br), Luciano Gallas MTB 9660 (lucgallas@unisinos.br), Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br), Patrícia Fachin MTB 13.062 (prfachin@unisinos.br) e Ricardo Machado MTB 15.598 (ricardom@unisinos.br). Revisão: Carla Bigliardi Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT, de Curitiba-PR.

Projeto gráfico: Agência Experimental de Comunicação da Unisinos – Agexcom. Editoração: Rafael Tarcísio Forneck

Atualização diária do sitio: Inácio Neutzling, Patrícia Fachin, Fernando Dupont, Suélen Farias, Julian Kober, Nahiene Machado e Larissa Tassinari

LEIA NESTA EDIÇÃO

TEMA DE CAPA | Entrevistas

- 5 Dário Bossi e Marcelo Sampaio Carneiro Neodesenvolvimentismo ou neoextrativismo?
- **Bruno Milanez** O modelo neoextrativista e o paradoxo latino-americano
- **Guilherme Zagallo** Os direitos humanos e trabalhistas soterrados pela informalidade da extração mineral
- 20 Carlos Bittencourt Mineração e o impulso à desigualdade
- **24** Rogério Almeida A condição colonial da Amazônia
- 27 Baú da IHU On-Line

DESTAQUES DA SEMANA

- 29 Destaques On-Line
- **31 Dossiê Vargas Carlos Lessa** A reinvenção da Era Vargas e o desenvolvimento nacional
- **37 Dossiê Vargas Marieta de Moraes Ferreira –** Os "Brasis" da década de 1920 e a chegada de Vargas ao pode
- **41 Dossiê Vargas Lira Neto** "Não acredito em biografias definitivas"
- 44 Dossiê Vargas Luciano Aronne de Abreu Vargas e o ideal de conciliação política
- **Dossiê Vargas Juremir Machado da Silva** O trabalhismo à brasileira de um nacionalista obcecado
- 50 Baú da IHU On-Line (Vargas)

IHU EM REVISTA

- **Entrevista de Eventos Gustavo da Silva Kern –** "Cruzamentos felizes", branqueamento e biopoder
- **Publicação em Destaque** Cadernos Teologia Pública: Política e perversão: Paulo segundo Žižek
- 59 Retrovisor



twitter.com/_ihu



http://bit.ly/ihuon



www.ihu.unisinos.br

Tema de Capa

Destaques da Semana

IHU em Revista

Neodesenvolvimentismo ou neoextrativismo?

Dário Bossi e Marcelo Sampaio Carneiro tratam dos impactos da mineração a partir da experiência de resistência ao longo do Corredor de Carajás (PA e MA) e refletem sobre as implicações de um modelo de exploração que retoma moldes há muito superados

POR RICARDO MACHADO E ANDRIOLLI COSTA

s discussões envolvendo a elaboração de um novo código de mineração para o Brasil estendem-se desde 2013. Em tese, seria um momento bastante oportuno para repensar concessões e compromissos firmados há quase 50 anos — tempo em que a visada desenvolvimentista enxergava a natureza e as populações tradicionais como meros obstáculos a serem patrolados em nome do progresso. No entanto, ainda que hoje a preocupação com o ecossistema e a lógica ambiental sejam um imperativo, para o padre Dário Bossi e o engenheiro florestal Marcelo Sampaio Carneiro, não são essas as racionalidades que orientam o processo.

"O novo código da mineração está sendo articulado pelos interesses das grandes empresas mineradoras e em conformidade com o Plano Nacional de Mineração 2030, que prevê até aquele ano o aumento de três vezes a exploração de bauxita e ferro, de três vezes e meia a do ouro, e de mais de quatro vezes a do cobre e do níquel", esclarecem eles, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line. Inserida neste raciocínio de aumento de produtividade, o projeto econômico foi formulado a partir da perspectiva de aumento da lucratividade do setor mineral no mercado internacional — e não para repensar questões caras ao ecossistema.

Conforme Bossi e Carneiro, a estratégia atual do Governo brasileiro vem sendo denominada "neodesenvolvimentista" por recuperar algumas dimensões-chave da política desenvolvimentista — que vem com Getúlio e se estende até os governos militares. Isto porque compartilham visões semelhantes, como "a crença no crescimento ilimitado como via única do bem-estar, o entendimento do

crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, o foco na inserção internacional e a compreensão de Estado e mercado como instituições complementares".

No entanto, diferente desta política anterior, que tinha como foco a autonomia e a independência do mercado brasileiro, a visão de governo atual relega o país ao que eles chamam "neoextrativismo". "A política econômica com relação às matérias-primas do país, em síntese, se resume no extrativismo voltado à exportação ou no subsídio à indústria de beneficiamento inicial dessas matérias-primas, novamente em função da exportação para elaboração e produção de bens no exterior". O país fica, desta forma, a mercê da instabilidade econômica dos exportadores, a expansão da produção se rege por critérios multinacionais e não pelas necessidades do próprio país; as economias diversificam-se menos. E, é claro, os impactos sociais e ambientais tornam-se ainda mais frequentes.

Dário Bossi, padre, missionário comboniano, é membro da rede Justiça nos Trilhos e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Marcelo Sampaio Carneiro é graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA e em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Possui mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pela mesma universidade e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Atualmente é professor associado da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, e autor de Terra, traba-Iho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo (São Paulo: Annablume, 2013).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em que medida o Plano Nacional de Mineração, dentro do atual projeto de desenvolvimento nacional, dá continuidade ao projeto de desenvolvimentismo proposto pelos militares?

Dário Bossi e Marcelo Sampaio Carneiro - Para responder aprofundadamente a essa questão, precisaria comparar em detalhe o II Plano Nacional de Desenvolvimento, redigido durante a Ditadura Militar (1975-1979), e o Plano Nacional de Mineração 2030, publicado em 2010 pelo Governo Federal, com perspectivas de investimento na mineração para os próximos 20 anos. O II Plano Nacional de Desenvolvimento tinha como finalidade estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia, diminuindo - em particular na época da crise do petróleo – a dependência do país do exterior com relação a isso. Um dos objetivos era o fortalecimento do parque industrial brasileiro, tornando-o mais autônomo. Foi o último grande plano econômico do ciclo desenvolvimentista.

A estratégia atual do Governo brasileiro vem sendo denominada "neodesenvolvimentista" por recuperar algumas dimensões-chave desse ciclo anterior: a crenca no crescimento ilimitado como via única do bem--estar, o entendimento do crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, o foco na inserção internacional e a compreensão de Estado e mercado como instituições complementares¹. O Plano Nacional de Mineração 2030 é parte integrante desse projeto econômico e foi formulado a partir da perspectiva de aumento da lucratividade do setor mineral no mercado internacional. Tomando por base valores de 2008, o MME antecipa que, até 2030, a exploração de bauxita e ferro deverá aumentar três vezes, a do ouro três vezes e meia, e a do cobre e do níquel mais de quatro vezes.

Isso deverá incidir ainda mais em territórios já historicamente ameaçados pelo avanço da mineração: na última década na Amazônia surgiram inúmeras frentes de extrativismo mineral. Em Carajás², a ampliação da produção de minério de ferro e manganês se deu ao lado da abertura de novas minas de cobre e níquel. Isso permitiu à Vale, que em 2000 não produzia um grama de cobre, triplicar a produção brasileira, passando de um patamar médio de 30 mil toneladas/ano para mais de 100 mil toneladas/ano.

Energia

Os processos de mineração são intensivos no consumo de energia. Por exemplo, para produzir 432 mil toneladas de alumínio, a Albras³, instalada em Barcarena-PA, consumiu a mesma quantidade de energia elétrica das duas maiores cidades da Amazônia, Belém e Manaus. Isso justifica, então, a expansão de grandes projetos de investimento para a produção de energia em função da produção industrial de primeira elaboração das matérias-primas extraídas no país. A política econômica com relação às matérias-primas do país, em síntese, se resume no extrativismo voltado à exportação ou no subsídio à indústria de beneficiamento inicial dessas matérias-primas, novamente em função da exportação para elaboração e produção de bens no exterior.

Uma das diferenças com o desenvolvimentismo planejado anos da ditadura militar é, portanto, a fragilização do setor industrial, o que leva alguns economistas a não definir esse ciclo como "neodesenvolvimentismo", mas sim "neoextrativismo". Cresce a dependência dos preços internacionais do minério; a estabilidade econômica depende abertamente do aumento da demanda de matériasprimas e da abertura dos mercados; acentua-se a tendência à especialização na exportação; a expansão da produção se rege por critérios multinacionais e não pelas necessidades do próprio país; as economias diversificam-se menos.

Uma afinidade que perdura entre o desenvolvimentismo militar e o atual modelo econômico é a gravidade dos conflitos socioambientais que esses provocam, e que analisaremos em seguida. Repare-se que as atividades de mineração estimulam mais disputas sobre a terra do que qualquer outra indústria.

IHU On-Line – Como o Plano Nacional de Mineração tornou-se uma versão atual do Programa Grande Carajás?

Dário Bossi e Marcelo Sampaio Carneiro – O Programa Grande Carajás (PGC)⁴ foi um desdobramento do Projeto Ferro Carajás, da então estatal Companhia Vale do Rio Doce (hoje privatizada e autodenominada apenas "Vale"), que visava, principalmente, garantir as condições infraestruturais para a exploração e o transporte das gigantescas jazidas de minério de ferro do sudeste do Pará. O PGC foi institucionalizado pelo presidente da República João Figueiredo⁵, através do Decreto-Lei 1.813, de 24 de novembro de 1980. Segundo esse decre-

¹ Ver Bruno Milanez, UFJF e Rodrigo Salles Pereira dos Santos, UFJF - 37º Encontro Anual da ANPOCS - Seminário Temático 39: Neodesenvolvimentismo e conflitos ambientais urbanos e rurais: disputas por espaço e recursos entre classes e grupos sociais - "Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda?". (Nota do Entrevistado)

² Carajás: trata-se de uma grande cordilheira e acidente geográfico no sudeste do Pará. Desde o início da década de 1980 se desenvolve um grande projeto de extração mineral, chamado inicialmente de Projeto Grande Carajás. Anteriormente à colonização, esse território era povoado pelos povos indígenas Karajá e Kayapó. O Instituto Humanitas Unisinos - IHU tem um amplo material debatendo os desafios à região, entre eles, as entrevistas com Dário Bossi, intitulada Plano Nacional de Mineração e a nova versão do Programa Grande Carajás, disponível em http:// bit.ly/ihu250414; e O que significou para a região e a quem beneficiou o Programa Grande Carajás 30 depois de sua implantacão na região amazônica?, disponível em http://bit.ly/1gGztn5. (Nota da IHU On-Line)

³ ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A: empresa de capital fechado situada no município de Barcarena, a 40 Km de Belém-PA. É resultado de uma associação da Norsk Hydro e da Nippon Amazon Aluminium Co. Ltd. (Nota da IHU On-Line)

⁴ Programa Grande Carajás: projeto de exploração mineral, iniciado em 1980 pela antiga CVRD, hoje Vale. Estende-se por 900 mil km², numa área que corresponde a um décimo do território brasileiro, e que é cortada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia, e engloba terras do sudeste do Pará, norte de Tocantins e sudoeste do Maranhão. (Nota da IHU On-Line)

⁵ João Batista Figueiredo (1918-1999): político brasileiro que governou o país durante a Ditadura Militar, de 1979 a 1985. Foi o 30º presidente do Brasil. (Nota da IHU On-Line)

to, os empreendimentos integrantes do Programa compreendiam:

- "I serviços de infraestrutura, com prioridade para:
- a) o projeto da Ferrovia Serra de Carajás – São Luís;
- b) a instalação ou ampliação do sistema portuário e de outros investimentos necessários à criação e utilização dos corredores de exportação de Carajás;
- c) as obras e instalações para a criação e utilização de hidrovias com capacidade para transporte de grandes massas:
- d) outros projetos concernentes à infraestrutura e equipamentos de transporte que se façam necessários à implementação e ao desenvolvimento do Programa Grande Carajás;
- e) o aproveitamento hidrelétrico das bacias hidrográficas;
- II projetos que tenham por objetivo atividades de:
- a) pesquisa, prospecção, extração, beneficiamento, elaboração primária ou industrialização de minerais;
- b) agricultura, pecuária, pesca e agroindústria;
- c) florestamento, reflorestamento, beneficiamento e industrialização de madeira; aproveitamento de fontes energéticas;

III – outras atividades econômicas consideradas de importância para o desenvolvimento da região".

Como se pode perceber pelos termos do Decreto-Lei de criação, o PGC visava ser um programa de ação que ia muito além da exploração do minério do ferro. O Programa era conduzido por um Conselho Interministerial (também instituído no Decreto-Lei) e foi pensado e realizado como um programa centrado na mineração e siderurgia, mas que atuasse como catalisador de "desenvolvimento regional", cujo raio de ação compreenderia boa parte da Amazônia oriental, envolvendo o sudeste do Pará, o norte do Tocantins (à época, ainda, Goiás) e o sudoeste do Maranhão.

O Seminário Internacional Carajás 30 anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia Oriental⁶,

"Existe o impacto das infraestruturas dos enormes canteiros de obras, bem como o perigo de exploração sexual infantojuvenil, aumento da violência e da dependência alcoólica e química"

culminando com o evento internacional de São Luís-MA entre 5 e 9 de maio de 2014, demonstrou aprofundadamente que esse desenvolvimento regional não aconteceu, e o foco exclusivo do Programa Grande Carajás se manteve na exportação de milhões de toneladas de minério e no acúmulo de capital para o lucro de agentes privados (após a desestatização da Vale em 1997).

Esse é o ponto de maior divergência teórica e maior proximidade prática entre o PGC e o atual Plano Nacional de Mineração 2030. O PNM é um plano de desenvolvimento setorial, mas demonstra, pelos vultosos investimentos e facilitações previstas para a expansão desse setor, que um interesse determinante do Governo. obviamente atrelado a fortes pressões e conivências com o capital empresarial internacional, é a manutenção do extrativismo como garantia-base do crescimento econômico: "o Plano Nacional de Mineração 2030 e os documentos referentes ao novo marco regulatório tratarem da mineração de forma isolada e não dialogarem com outros setores da sociedade. Eles parecem ter sido elaborados de forma a ignorar os demais interesses e usos para os territórios"⁷.

IHU On-Line — Como explicar a contradição entre o subdesenvolvimento das comunidades locais nas regiões de extração de minério e o bilionário projeto de obtenção de recursos por parte da iniciativa privada e do Estado?

Dário Bossi e Marcelo Sampaio Carneiro - Um dos muitos "mitos" promulgados pela propaganda empresarial e dos governos é que "a mineração instala-se em regiões atrasadas, cria um círculo virtuoso, gera desenvolvimento e eleva o nível de vida da população". Um documento muito aprofundado publicado na Argentina⁸ pelo *Colectivo Voces de* Alerta9 destaca que existe uma vasta experiência de casos históricos e atuais, na América Latina, que permite constatar os efeitos destrutivos que a mineração tem sobre os circuitos e sistemas de produção e consumo locais. Uma vasta bibliografia sobre essa questão demonstra os impactos em termos de deslocamento e destruição de economias locais, provocados pelos "enclaves extrativos mineiros". Esses impactos são momentaneamente amortecidos por uma maior circulação monetária durante o auge da exploração, mas trazem consequências gravosas uma vez que se conclui o ciclo extrativo.

Há muitos fatores que provocam o subdesenvolvimento de regiões extrativas: o comportamento das empresas que inibem o efeito de difusão tecnológica e concentram os segmentos tecnologicamente complexos na cadeia de produção de valor mineral

7 Julianna Malerba (org.), Bruno Milanez,

Luiz Jardim Wanderley - Novo marco legal da mineração no Brasil: para quê? para quem? - FASE, Rio de Janeiro, 2012. (Nota do Entrevistado)

⁸ Colectivo Voces de Alerta - 15 mitos y realidades de la minería transnacional en la Argentina - Guía para desmontar el imaginario prominero - Colección Cascotazo, Argentina, 2011. (Nota do Entrevistado)

⁹ Colectivo Voces de Alerta: coletivo argentino composto por cientistas, pensadores, artistas, intelectuais, assim como membros de povos originários, camponeses e ambientalistas. (Nota da IHU On-Line)

⁶ Ver http://www.seminariocarajas30a-

nos.org/ (Nota do Entrevistado)

nos países de origem das grandes empresas transnacionais; o pequeno investimento em pesquisa; a falta de apoio para o desenvolvimento de processos de trabalho e conhecimento intensivo nas economias locais; os fortes vínculos que subordinam os provedores locais às grandes empresas mineiras, gerando níveis subsidiários e segmentos de baixa especialização.

A isso, acrescente-se a omissão do Estado em definir adequados planos de desenvolvimento regionais para as áreas de mineração, com subsídios e capacitação para a geração de alternativas de produção e autossustentação econômica a longo prazo (como explicado acima). Na região de Carajás, por exemplo, a atividade mineira provoca, há 30 anos, migrações de homens de várias regiões do Maranhão, do Pará e de outros estados do Nordeste em busca de trabalho e melhores condições de vida. A atracão que as perspectivas de aproveitamento das grandes jazidas de Carajás estimularam nas camadas mais pobres da população há muito tempo não se traduz em benefícios efetivos para a maioria dos migrantes, que abandonam o resto de suas famílias, tentam a sorte nas cidades paraenses mais próximas à mina, como Parauapebas ou Marabá, e em muitos casos encontram desemprego, desordem urbana e violência. A mobilidade humana nessas regiões é muito alta; há falta de enraizamento nos territórios habitados, descuido e desinteresse para com a organização sociopolítica e a preservação ambiental dos mesmos

Parauapebas, a cidade da mina da Vale, maior mina de ferro do mundo, foi em 2013 o município que mais exportou no Brasil (acima até de São Paulo). Sua exportação de minérios gerou US\$ 10 bilhões em divisas. O Produto Interno Bruto (PIB) de Parauapebas cresceu 144% entre os anos de 2008 e 2011. Apesar disso, 22 mil famílias (mais de 12% da população) vivem em habitações precárias. A maior parte do esgoto corre a céu aberto e o índice de coleta de lixo é de apenas 13%, enquanto a média brasileira é de 48%, o que já é considerado longe do ideal. A taxa anual de homicídios é de 60,5 por 100 mil habitantes, ficando vergonhosamente

entre as 100 cidades mais violentas do Brasil.

IHU On-Line – Que dramas sociais são enfrentados há décadas pelas populações mais impactadas pelos projetos de mineração na Amazônia oriental?

Dário Bossi e Marcelo Sampaio Carneiro – Há inúmeros conflitos socioambientais provocados pela mineração e sua infraestrutura de escoamento para a exportação de minério. É importante compreender que os impactos da mineração não se dão só no território mais próximo às minas, mas compreendem todas os investimentos necessários para garantir o funcionamento do ciclo extrativo: os grandes projetos de produção de energia (notícias recentes indicam previsões de instalação de 20 usinas hidrelétricas a serem construídas na região amazônica nos próximos oito anos); os minerodutos e outras infraestruturas de escoamento do minério, como os 900 Km de Estrada de Ferro Carajás; a expansão dos portos para aumentar a exportação de matérias-primas (para a Amazônia oriental, em particular, os portos de Santarém, Belém e São Luís).

Existem, portanto, inúmeros impactos: o desmatamento de inteiras regiões para a exploração direta de minério ou para a abertura de canais de escoamento do mesmo, com significativos impactos sobre as populações originárias, indígenas e quilombolas; a destruição de reservas de água ou de patrimônios naturais e históricos, como as cavernas de alta relevância arqueológica ameaçadas pela instalação da nova enorme mina S11D da Vale; a remoção forçada de famílias e inteiras comunidades para deixar espaço à mineração ou à construção/ ampliação da ferrovia de Carajás; os impactos da passagem diária de 24 cargas ferroviárias de minério através das mais de cem comunidades que existem na área de influência direta da estrada de ferro: barulho permanente de mais de 300 vagões carregados com 80 toneladas de ferro cada um, passando a cada hora em frente a casas, escolas, postos de saúde (em 2017 pode-se chegar a um trem passando a cada 27 minutos); rachaduras nas paredes de casas e poços devido às vibrações pelas passagens dos trens; acidentes com atropelamento de pessoas e animais ao longo dos trilhos (uma média de uma pessoa atropelada a cada mês ao longo da Estrada de Ferro Carajás), etc.

Existem também muitos impactos ligados à duplicação da ferrovia de Carajás, operação que foi declarada ilegal em sentença da Justiça Federal do Maranhão e que foi novamente autorizada pelo Tribunal Federal Regional por considerar que, apesar dos impactos e de evidentes irregularidades no processo de licenciamento ambiental, se trata de um empreendimento "de interesse econômico e político nacional".

As obras da duplicação estão amplificando os conflitos com dezenas de comunidades, que chegam a manifestar sua revolta em mobilizações de protesto cada vez mais frequentes: existe o impacto das infraestruturas dos enormes canteiros de obras, das centenas de máquinas trafegando diariamente em frente às comunidades e tomando posse de seus territórios, bem como o perigo de exploração sexual infanto-juvenil, aumento da violência e da dependência alcoólica e química, em decorrência da chegada de centenas de operários homens em canteiros ao lado de povoados e bairros pobres.

As comunidades pesqueiras são fortemente impactadas pela expansão dos portos para comercialização do minério e de outras matérias-primas; também são muito conhecidos os impactos sobre populações indígenas e ribeirinhas provocados pelos grandes projetos hidrelétricos na região amazônica.

IHU On-Line – Que tipos de benefícios o novo código da mineração poderá trazer às populações locais?

Dário Bossi e Marcelo Sampaio Carneiro – O novo código da mineração está sendo articulado pelos interesses das grandes empresas mineradoras e em conformidade com o Plano Nacional de Mineração 2030, que – como já citado anteriormente – prevê até aquele ano o aumento de três vezes a exploração de bauxita e ferro, de três vezes e meia a do ouro, e de mais de quatro vezes a do cobre e do níquel. Percebe-se, então, que

o interesse das populações locais é o último dos valores a pesar na balança dos acordos e negociações, para que se chegue à versão final do Marco Legal da Mineração. Recentemente, a articulação dos prefeitos dos municípios mineradores conseguiu impor, no debate sobre o Código, um aumento relativo dos rovalties (Contribuição Financeira pela Exploração Mineral -CFEM); sobretudo, conseguiu firmar no novo Código o conceito de que os municípios atingidos pela mineração não são somente aqueles situados nas proximidades das minas, mas também todos aqueles afetados pelas infraestruturas de elaboração e transporte do minério (especialmente ferrovias, minerodutos e portos).

Dessa maneira, é verdade, aumentará a disponibilidade econômica dos municípios atingidos por mineração. Por outro lado, não estão sendo debatidos mecanismos adequados de controle social sobre a utilização desses recursos, nem de participação dos grupos que mais sofrem os impactos negativos da mineração na decisão sobre o investimento dos mesmos.

Paradoxalmente, portanto, também os royalties podem se voltar contra o interesse das comunidades locais: se essa contribuição financeira não for aplicada com uma estratégia de geração de renda em perspectiva intergeracional, os gestores municipais, pelo interesse simples de ganhar cada vez mais percentagens da extração minerária, vão apoiar indiscriminadamente todo tipo de investimento das mineradoras em seus territórios, sem limites nem muitas condicionantes. Isso prejudica o futuro dos territórios e volta regiões inteiras para um desenvolvimento primário-extrativista que deixará apenas uma cava ao final da exploração dos recursos minerais.

IHU On-Line – O que está proposto na regulamentação do novo código de mineração é suficiente para dar conta das demandas das populações impactadas?

Dário Bossi e Marcelo Sampaio Carneiro – Absolutamente não. É por isso que, há mais de um ano e com força crescente, o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mi"O chamado reflorestamento não tem relação direta com a recuperação de danos ambientais, pois o plantio dessas espécies está relacionado com o desenvolvimento de algumas indústrias na Amazônia"

neração¹⁰ está articulando estratégias e campanhas para afirmar princípios e defender demandas imprescindíveis para um Código da Mineração que seja efetivamente respeitoso de populações e territórios. Em extrema síntese, os pontos que o Comitê defende são, entre outros, os seguintes:

- 1 democracia e transparência na formulação e aplicação da política mineral brasileira;
- 2 direito de consulta, consentimento e veto das comunidades locais afetadas pelas atividades mineradoras;
- 3 definição de taxas e ritmos de extração;
- 4 delimitação e respeito a áreas livres de mineração;
- 5 controle dos danos ambientais e estabelecimento de Planos de

Fechamento de Minas com contingenciamento de recursos;

- 6 respeito e proteção aos Direitos dos Trabalhadores;
- 7 garantia de que a Mineração em Terras Indígenas respeite a Convenção 169 da OIT e esteja subordinada à aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas.

IHU On-Line – Em que medida os projetos de "reflorestamento" (afinal o plantio de eucaliptos não repõe a mata nativa amazônica) são medidas paliativas aos danos ambientais causados pela atividade extrativista na Amazônia Paraense? De que maneira os estados ficam "reféns" dos projetos capitaneados pela iniciativa privada?

Dário Bossi e Marcelo Sampaio Carneiro - O chamado reflorestamento, tanto com espécies exóticas (Pinus, Eucalipto, Teca, etc.) ou nativas (Paricá), não tem relação direta com a recuperação de danos ambientais, pois o plantio dessas espécies está relacionado com a dinâmica de desenvolvimento de algumas indústrias na Amazônia. Esse é o caso, por exemplo, da indústria de papel e celulose, que estimula o reflorestamento com eucalipto, da indústria de móveis, da indústria madeireira, que tem avançado no aproveitamento de espécies exóticas e locais (como o Paricá) e da siderurgia a carvão vegetal, que tem adquirido vastas áreas para a implantação de reflorestamento com espécies do gênero eucalipto. A ampliação da utilização de madeira de reflorestamento para a produção de carvão pode diminuir a pressão sobre as áreas de mata nativa, mas, por outro lado, provoca outros tipos de repercussões sociais e ambientais, como a concentração fundiária e os problemas associados à utilização intensiva de agrotóxicos.

Em nossas regiões do Corredor de Carajás, o "reflorestamento" tem vinculação direta com o ciclo de mineração e siderurgia. Analisando brevemente esse processo, compreendemse melhor seus impactos sobre a região e as conexões entre a iniciativa privada e o papel dos estados. Existem 18 usinas siderúrgicas implantadas nos estados de Pará e Maranhão em decorrência do Programa Grande Carajás (final dos anos 80): dez no Mu-

¹⁰ Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração: comitê composto por mais de 30 organizações, lançado em 2013. O principal objetivo da iniciativa é enfrentar o debate do novo Código da Mineração do Brasil. (Nota da IHU On-Line)

nicípio de Marabá-PA, cinco em Açailândia-MA, uma em Bacabeira-MA, Pindaré-Mirim-MA e Barcarena-PA. Após a crise de 2008, algumas dessas usinas fecharam por não conseguirem permanecer competitivas. Muitas delas alimentaram por vários anos seus altos-fornos com carvão vegetal oriundo de desmatamento.

Somente quando a floresta nativa começou a dar sinais de esgotamento, as empresas siderúrgicas começaram a buscar alternativas e adquirir ou arrendar vastas áreas degradadas para o chamado "reflorestamento" com eucalipto. O rápido avanço nesses últimos anos do monocultivo do eucalipto para produção de carvão siderúrgico, em muitos casos, não responderia a lógicas de sustentabilidade, nem seria sinal de uma maior sensibilidade socioambiental das empresas: parece mais uma adequação ao processo de desmatamento produzido pelos próprios empreendimentos industriais.

O Estado (a União, os estados e os municípios) não é refém da iniciativa privada nesse projeto de reaproveitamento do território. O ator público possuiria autonomia suficiente para propor iniciativas de desenvolvimento alternativas àquelas demandadas por grandes empresas. Existe uma explícita opção política que redesenhou o corredor de Carajás a partir da expansão do monocultivo de eucalipto e outros tipos de produções extensivas. Grupos políticos influentes, que dirigem o Estado (em suas diversas instâncias) estão articulados, material e intelectualmente, com as grandes empresas e suas perspectivas nessa linha de desenvolvimento.

IHU On-Line – Que tipos de mudanças estruturais são necessários para dar conta dos desafios socioeconômicos e ambientais desta região do país e da questão da mineração?

Dário Bossi e Marcelo Sampaio Carneiro – A economia das regiões em que trabalhamos é definida "de enclave", por não existir quase nenhuma outra atividade econômica independente da mineração. Esse nível de dependência não gera estabilidade econômica a longo prazo e não garante o equilíbrio social uma vez que o ciclo extrativo estiver exaurido. Além disso,

como vimos, esse modelo provoca profundos conflitos sociais e grave degradação ambiental, demonstrando-se absolutamente insustentável.

Não temos as condições de substituir imediatamente um plano de desenvolvimento por outro. As transformações possíveis devem acontecer de forma progressiva e participativa. E precisam garantir, obviamente, bemestar e perspectivas de futuro para populações e territórios no entorno das minas e das outras instalações dos empreendimentos extrativos.

É necessário pensar processos de diversificação produtiva que sejam social e ambientalmente corretos e que atentem para a questão intergeracional. No concreto de nossas regiões, um primeiro investimento urgente deve ser voltado à requalificação das instalações siderúrgicas, minimizando o nível de poluição atualmente muito acima dos limites legalmente permitidos e humanamente toleráveis. Diga--se o mesmo com relação às instalações das mineradoras na região, que ainda fazem uso de métodos de extração de alto impacto socioambiental: é preciso taxar esses empreendimentos todos com muito mais vigor, proporcionalmente aos danos e violações que provocam; um controle estatal mais vinculante pode impor que as adequações tecnológicas realizadas pelas empresas não sejam somente voltadas à maximização do lucro, mas sobretudo ao respeito dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Com relação, mais em geral, ao papel do Estado, é urgente um maior investimento e estruturação das agências de fiscalização dos empreendimentos e grandes projetos, bem como das instituições de defesa dos direitos coletivos, das populações tradicionais e de proteção ambiental. Um papel essencial, com referência aos investimentos, é do BNDES. Seus financiamentos devem reduzir consideravelmente o apoio às chamadas "campeãs nacionais" (poucas empresas com vultosas reservas de investimento e responsáveis pelos maiores impactos socioambientais) e apoiar, desde baixo, as comunidades e grupos locais que propõem suas próprias iniciativas de geração de renda e trabalho.

Em nossa região, por exemplo, temos experiências significativas de agroecologia e agricultura familiar, laticínios e criação de animais de pequeno porte que, com adequados financiamentos, poderiam devolver perspectivas de futuro e sustentabilidade muito mais interessantes. A rede Justica nos Trilhos está pesquisando também experiências internacionais para propor a criação de Fundos Sociais da Mineração em perspectiva intergeracional, que sequestrem parte dos lucros das mineradoras para investimentos e atividades que garantam o futuro da economia local depois do ciclo da mineração. Esses fundos seriam fiscalizados e administrados por comitês locais participativos, representativos dos diversos segmentos sociais e grupos organizados.

IHU On-Line – Ao levarmos em conta o projeto de desenvolvimento nacional baseado no extrativismo mineral, estamos diante de um beco sem saída ou há alternativas éticas à altura dos desafios postos?

Dário Bossi e Marcelo Sampaio Carneiro – Como acenado, um novo modelo de desenvolvimento passa pela ativação das forças sociais locais, do empoderamento dessas populações e da tentativa de dotá-las de instrumentos que reforcem suas capacidades, de forma que possam construir de forma mais autônoma suas trajetórias, integrando preocupações com questões ambientais e impactos intergeracionais.

Nossas redes e movimentos estão investindo também nisso, e não somente na negação do modelo predador e destrutivo do extrativismo mineral. Trata-se, porém, de um investimento que deve ser assumido em nível político, com corajosas inversões de prioridades econômicas e com necessárias articulações a nível internacional.

É o modelo do "Pós-extrativismo", elaborado na América Latina por ativistas, economistas e políticos como Eduardo Gudynas¹¹ (Uruguai) e

¹¹ Eduardo Gudynas: Analista de informação no D3E (Desenvolvimento, Economia, Ecologia e Eqüidade), centro de investigações dos assuntos latino-americanos sediado em Montevidéu. (Nota da IHU On-Line)

Alberto Acosta¹² (Equador). Esse modelo prevê transições econômicas, de um modelo extrativista "sagueador", para uma etapa "sensata", até o nível "indispensável" de dependência da extração de novas matérias-primas do subsolo. Não temos espaco suficiente agui para aprofundar essa proposta, que se fundamenta sobre a exigência de altos padrões de respeito socioambiental, correção de preços das matérias-primas, reordenação dos gastos estatais e dos equilíbrios na balanca comercial, novas práticas de consumo, mudanças na base produtiva e integração continental.

Basta afirmar que existem alternativas e propostas concretas, a serem experimentadas e adaptadas à nossa realidade nacional, e que urge uma opção política e econômica corajosa, que suspenda a escolha destrutiva e suicida atualmente confirmada pelo Plano Nacional de Mineração 2030. Nossa rede Justiça nos Trilhos continua investindo na base, nas comunidades atingidas ao longo do Corredor de Carajás, nos estados do Pará e do Maranhão, mas mantém olhos abertos e articulações intensas com todos os grupos, pessoas e movimentos que acreditam numa alternativa social, econômica e política que, acima do lucro e do poder, priorize a vida e a dignidade humana.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Dário Bossi e Marcelo Sampaio Carneiro – No enfrentamento dos impactos negativos da mineração, o pa"É preciso
taxar esses
empreendimentos
todos com muito
mais vigor,
proporcionalmente aos danos
e violações que
provocam"

pel de atores sociais ligados à igreja é relevante. Em muitos casos, as comunidades eclesiais de base e algumas pastorais sociais, como a Comissão Pastoral da Terra - CPT e o Conselho Indigenista Missionário - CIMI, são os assessores mais próximos aos atingidos, conhecem de perto seus dramas, visitam constantemente as comunidades, são reconhecidos por elas como interlocutores de confiança e conseguem articular denúncias e reivindicações com os poderes públicos e as próprias empresas. Cresce, no mundo religioso e missionário, a sensibilidade para com a justiça ambiental e o esforco de reconstruir as categorias éticas, bíblicas e teológicas para compreender o papel do ser humano no cenário mais amplo da criação.

Também a igreja institucional está se posicionando frequentemente ao lado das comunidades atingidas e expressou, ao longo do último ano,

profunda preocupação pelo teor do novo Marco Legal da Mineração que está sendo debatido no Parlamento. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil integra, através da Comissão Justiça e Paz, o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração. Em nível latino-americano, religiosas/os e leigas/os comprometidos na resistência "de base" contra as violações dos grandes empreendimentos mineiros estão se encontrando para articular melhor suas forças e perspectivas de trabalho. Está previsto em Brasília, para o mês de dezembro de 2014, um encontro latino-americano de aproximadamente 70 dessas lideranças, a fim de aprofundar a opção religiosa para a justiça ambiental, um posicionamento conjunto com relação aos danos da mineração, um apelo às instituições religiosas e à hierarquia da igreja e uma estratégia comum de defesa dos direitos das populações atingidas e seus territórios.

Leia mais...

- Plano Nacional de Mineração e a nova versão do Programa Grande Carajás. Entrevista especial com Dário Bossi de 25-04-2014, disponível em http://bit.ly/ihu250414;
- A Vale no Maranhão: "O lucro é privado, mas o prejuízo é público". Entrevista especial com Danilo D'Addio Chammas de 17-01-2012, disponível em http://bit.ly/1zd0BwV;
- O padre que freia a ferrovia. Reportagem sobre Dario Bossi publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU de 17-01-2012, disponível em http://bit.ly/1whQwCP.

LEIA OS CADERNOS IHU NO SITE DO IHU WWW.IHU.UNISINOS.BR

¹² Alberto Acosta Espinosa: Economista e político equatoriano (Nota da IHU On-Line).

O modelo neoextrativista e o paradoxo latino-americano

Para Bruno Milanez, "o novo código mineral não é uma 'novidade' brasileira; nós simplesmente copiamos (com algum atraso) outros países da América Latina"

POR RICARDO MACHADO E PATRICIA FACHIN

momento econômico denominado "pós-neoliberal", evidenciado na
América Latina, é caracterizado pela
"chegada ao poder de governantes ditos progressistas que buscariam, em algumas áreas,
uma ruptura com algumas das premissas do
período neoliberal como, por exemplo, aquelas relativas ao papel do Estado". Contudo, o
atual momento político e econômico "pode
ser caracterizado pela continuidade de outras políticas do período anterior; entre elas
a busca de uma maior inserção no mercado
internacional", adverte Bruno Milanez em entrevista concedida à **IHU On-Line** por e-mail.

Neste cenário em que há uma disputa para evidenciar se houve mais mudanças ou continuidades, a pauta da mineração é central para perceber o que o engenheiro denomina de o 'paradoxo latino-americano'. De acordo com Milanez, a mineração tem sido responsável pela "inserção" dos países latino--americanos no cenário internacional e, no caso do Brasil, contribui para equilibrar a balança comercial. Por outro lado, agravam-se as implicações sociais e ambientais. "O impacto mais óbvio é a destruição da paisagem e o deslocamento compulsório das pessoas. Como os projetos precisam ser de grande escala para serem competitivos internacionalmente, eles vêm se implantando no interior do país, logo, muitas comunidades rurais são removidas de suas propriedades. Além disso, a extração e o beneficiamento exigem quantidades significativas de água, o que gera ainda mais conflitos", pontua.

De acordo com Milanez, o Estado "é um dos principais agentes de estímulo à extração de recursos naturais que são destinados ao mercado internacional". Ao mesmo tempo, enfatiza, "esses governos legitimam a necessidade da extração mineral, afirmando serem eles condições para investimentos sociais. (...) No Brasil, se promete usar os royalties do petróleo para financiar a educação. Esse mecanismo tem sido chamado por alguns autores de 'paradoxo latino-americano'; o Estado estimula atividades concentradoras de renda e geradoras de desigualdades sociais, arrecada mais recursos e, com eles, compensa as pessoas prejudicadas por tais atividades".

Na entrevista a seguir, Milanez também comenta o novo código da mineração, que ainda está em tramitação no Congresso Nacional. Na avaliação dele, "o problema principal é que a proposta do novo código somente olha para o subsolo; os tecnocratas que propuseram esse projeto parecem ter esquecido que há pessoas vivendo em cima do minério". Esta entrevista foi publicada inicialmente no sítio do Instituto Humanitas Unisinos — IHU, na Notícias do Dia, de 30-07-2014, disponível em http://bit.ly/ihu300714.

Bruno Milanez é graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, mestre em Engenharia Urbana pela Universidade Federal de São Carlos e doutor em Política Ambiental pela Lincoln University. Leciona na Universidade Federal de Juiz de Fora.

Confira a entrevista.

IHU On-Line — Qual o papel da mineração no atual projeto neodesenvolvimentista nacional? Que contradições podem ser apontadas neste processo? Bruno Milanez – O Brasil, assim como a América Latina, vive atualmente um momento econômico que vem sendo chamado de pós-neoliberal. Esse momento se caracterizaria pela chegada ao poder de governantes ditos progressistas que buscariam, em algumas áreas, uma ruptura com algumas das premissas do período neoliberal como, por exemplo, aquelas relativas ao papel do Estado. Por outro lado, esse momento também pode ser caracterizado pela continuidade de outras políticas do período anterior; entre elas a busca de uma maior inserção no mercado internacional. Se observarmos a pauta de exportação do Brasil podemos perceber como a mineração é central para promover essa inserção. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, entre 2006 e 2013, a participação do setor mineral passou de 7,1% para 14,5% das exportações. Nos últimos anos, a exportação de minérios, juntamente com a soja, foi o principal responsável pelo equilíbrio na balança comercial brasileira. Entretanto, esse equilíbrio é muito frágil, pois o preço das commodities é muito mais volátil do que o preço dos bens manufaturados. A queda no preço do minério de ferro nos últimos meses, por exemplo, é um dos fatores que tem contribuído para a piora no saldo da balança comercial brasileira.

IHU On-Line – Que tipo de modelo de mineração vem se consolidando no Brasil?

Bruno Milanez - O Brasil apresenta um modelo de extração mineral altamente dependente da exportação de minério de ferro. Cerca de 70% das operações minerais estão vinculadas a esse setor e mais de 80% do minério de ferro extraído no país é exportado. Como a produção de minério de ferro ocorre em megaminas a céu aberto, o modelo acaba por gerar grandes impactos ambientais e sociais. O impacto mais óbvio é a destruição da paisagem e o deslocamento compulsório das pessoas. Como os projetos precisam ser de grande escala para serem competitivos internacionalmente, eles vêm se implantando no interior do país, logo, muitas comunidades rurais são removidas de suas propriedades. Além disso, a extração e o beneficiamento exigem quantidades significativas de água, o que gera ainda mais conflitos.

Todavia, os impactos não se limitam à extração. Como o modelo é voltado para a exportação, deve-se também levar em conta os efeitos causados pelo sistema logístico, como ferrovias, minerodutos e portos.

"Entre 2006
e 2013, a
participação do
setor mineral
passou de 7,1%
para 14,5% das
exportações"

IHU On-Line – Como o projeto de desenvolvimento atual remonta às práticas seculares de extrativismo primário-exportador?

Bruno Milanez - Esse modelo neoextrativista está profundamente calcado no paradigma primário-exportador. Existem algumas novidades, como o papel atuante do Estado como incentivador do modelo, inclusive por meio de empresas estatais ou paraestatais. Outro diferencial é a nova divisão internacional do trabalho, com o surgimento de "novos centros", como a China, que passa a atuar não apenas como consumidor, mas também como financiador de alguns projetos extrativistas. Nesse sentido, ela tenta copiar a experiência do Japão da segunda metade do século XX.

IHU On-Line – O argumento de quem defende o novo código de mineração é de que a nova lei traria mais rendimento econômico, inclusive ao Estado, com o recolhimento de impostos. Diante de tal cenário, quem ganha e quem perde com a nova legislação?

Bruno Milanez – A proposta do novo código mineral não é uma "novidade" brasileira; nós simplesmente copiamos (com algum atraso) outros países da América Latina. Por exemplo, Bolívia, Chile, Equador e Venezuela, ao longo dos anos 2000, mudaram suas legislações para estimular as atividades de extração e exportação de recursos não renováveis (minério, gás e petróleo) e, ao mesmo tempo, aumentar a captura da renda pelo Estado. A esse modelo temos chamado de "neoextrativismo", onde o Estado é um dos principais agentes de es-

tímulo à extração de recursos naturais que são destinados ao mercado internacional.

Ao mesmo tempo, esses governos legitimam a necessidade da extração mineral, afirmando serem eles condições para investimentos sociais. Por exemplo, na Bolívia, um dos programas de transferência de renda, o Bono Juancito Pinto,1 é diretamente vinculado ao resultado da extração de gás. No Brasil, se promete usar os royalties do petróleo para financiar a educação. Esse mecanismo tem sido chamado por alguns autores de "paradoxo latino-americano"; o Estado estimula atividades concentradoras de renda e geradoras de desigualdades sociais, arrecada mais recursos e, com eles, compensa as pessoas prejudicadas por tais atividades.

IHU On-Line – Quais são os principais limites no que diz respeito ao novo código de mineração brasileiro que está para ser votado?

Bruno Milanez - O equívoco do novo código está em sua concepção. Ele foi elaborado a portas fechadas pela Casa Civil, juntamente com o Ministério de Minas e Energia e as empresas do setor. Ele é um código do setor mineral, pelo setor mineral e para o setor mineral. Assim, ele não consegue enxergar além do aumento da extração mineral e da repartição da renda. Depois da proposta do executivo pronta, foram feitas algumas audiências públicas, mas nenhuma das reivindicações mais estruturais das comunidades atingidas ou dos movimentos sociais foi incorporada de fato.

O problema principal é que a proposta do novo código somente olha para o subsolo; os tecnocratas que propuseram esse projeto parecem ter esquecido que há pessoas vivendo em cima do minério. Por exemplo, quando o último substitutivo do projeto de lei (divulgado em 08 de abril de 2014) fala em "áreas livres", ele se refere a áreas que ainda não foram solicitadas para extração mineral. Em outro arti-

¹ Bono Juancito Pinto: programa de transferência condicionada de renda, com ênfase na eliminação do trabalho infantil e aumentar a matrícula escolar realizado desde 2006 na Bolívia. (Nota da IHU On-Line)

go, o substitutivo define que "a criação de qualquer atividade que tenha potencial de criar impedimento à atividade de mineração depende de prévia anuência da Agência Nacional de Mineração – ANM", órgão a ser criado pelo novo código. Se isso for aprovado, o setor mineral vai ter o poder de impedir a criação de novas unidades de conservação, a demarcação de terras indígenas e, mesmo, a definição de áreas de captação de água para abastecimento humano.

IHU On-Line – Como equalizar o desequilíbrio da atividade mineral, onde os grupos beneficiados e tomadores das decisões têm muito mais poder que os grupos que sofrem os efeitos negativos da mineração?

Bruno Milanez – Em consequência da falta de transparência do governo federal sobre a proposta do novo marco legal, em 2013 foi constituído o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios, composto por mais de 50 instituições, como CNBB,² IBASE³ e Fase.⁴ A partir de um amplo debate, essas organizações definiram diferentes pontos que deveriam ser incluídos no

"Os tecnocratas
que propuseram
esse projeto
parecem ter
esquecido que há
pessoas vivendo
em cima do
minério"

novo código: (1) democracia e transparência no processo decisório sobre concessão de direitos minerários, licenciamento e monitoramento ambiental; (2) direito de consentimento e veto dos grupos locais a atividades mineradoras; (3) definição a priori de taxas e ritmos de extração; (4) definição de critérios que definam áreas livres de mineração; (5) contingenciamento de recursos durante a operação da mina para garantir o cumprimento dos planos de fechamento; (6) garantia dos direitos dos trabalhadores; (7) respeito aos preceitos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho na regulamentação da mineração das terras indígenas e definição dessas regras dentro do contexto do Estatuto dos Povos Indígenas. A elaboração de políticas que respeitassem esses princípios poderia ser um primeiro passo na redução das injusticas causadas pelo atual modelo de mineração.

IHU On-Line – O novo código de mineração brasileiro dá alguma segurança jurídica às famílias atingidas pelas atividades das mineradoras? Tais garantias são condizentes aos prejuízos a que estão sujeitas?

Bruno Milanez – As seguranças presentes no novo código são meramente retóricas. O substitutivo define comunidades impactadas como "conjunto de pessoas que tem seu modo de vida significativamente afetado pela lavra", porém não explica o que quer dizer "significativamente afetado", nem como será decidido se um impacto foi "significativo" ou não.

Será que uma comunidade poderá se autodeclarar significativamente afetada? Ou serão os burocratas do setor mineral que vão arbitrar isso? Ou ainda as consultorias de licenciamento ambiental, contratadas pelas empresas mineradoras? Nada disso foi discutido com as comunidades.

De resto, as diretrizes falam no compromisso com o "bem-estar das comunidades impactadas", mas o projeto de lei não oferece nenhuma garantida de como isso será feito.

IHU On-Line – Que alternativas econômicas seriam viáveis em relação ao projeto de extração em larga escala de *commodities*?

Bruno Milanez - Não existe uma fórmula única. Em muitos casos, as "alternativas" são exatamente as atividades que são inviabilizadas pela mineração. Por exemplo, existe o caso de um assentamento rural no estado do Mato Grosso que está sob risco de desafetação para dar lugar a uma mina de ferro. Este assentamento produz de acordo com princípios da agroecologia e faz parte do programa de merenda escolar, fornecendo alimentos baratos, saudáveis e sem agrotóxicos para as crianças da rede pública. Ele já é viável, a região não precisa de "alternativa". Da mesma forma, existem comunidades de pescadores artesanais e áreas de turismo no sul da Bahia ameaçadas pela construção de um porto para escoamento de minério de ferro. Novamente, comunidades estão perdendo seu sustento e modo de vida (que vêm sendo mantidos há gerações) para dar lugar a uma atividade econômica com perspectiva de 20 anos.

O problema é que quando se fala na "geração de empregos" da mineração, raramente se leva em consideração as pessoas que perdem seu meio de sustento, nem se menciona que a maior parte dos empregos "gerados" se limita à etapa de implantação da mina e que são empregos temporários e precarizados (basta ver o caso de trabalho análogo à escravidão em Conceição do Mato Dentro, MG).

² Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB: trata-se de um organismo permanente que reúne os bispos católicos do Brasil que, conforme o Código de Direito Canônico, exercem conjuntamente certas funções pastorais em favor da comunidade católica de seu território. (Nota da IHU On-Line)

³ Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase: é uma organização da sociedade civil fundada em 1981 por, entre outros, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. O Ibase tem como objetivo a radicalização da democracia e a afirmação de uma cidadania ativa. (Nota da IHU On-Line)

⁴ Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - Fase: fundada em 1961, é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. Para aprofundar a transição democrática, ao longo da segunda metade dos anos 80 e nos anos 90, a Fase desenvolve ferramentas e metodologias educativas voltadas para o controle popular e a participação da cidadania no âmbito das questões urbanas e rurais. O tema do desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, a luta pela ação afirmativa de movimentos sociais de mulheres, afrodescendentes e indígenas, bem como a ação pela exigibilidade e justiciabilidade em Direitos Econômicos Sociais e Culturais, vêm marcando a sua atuação no quadro de luta contra as desigualdades. (Nota da IHU On-Line)

⁵ O Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou em seu sítio extenso material sobre o tema, entre eles o artigo *A luta é por direitos, não por migalhas!*, de Frei Gilvander Luís Moreira, disponível em

Para um debate verdadeiro sobre benefícios da mineração e desenvolvimento local, precisamos mudar a métrica usada para avaliação desses projetos.

IHU On-Line – O que são e qual a importância dos projetos de economia pós-extrativista? Há algum desses modelos sendo pensado para o Brasil?

Bruno Milanez – Iniciativas contrárias ao modelo neoextrativista começam a surgir em diferentes partes do mundo, uma vez que diversos países vêm percebendo que tal modelo gera mais prejuízos do que benefícios. Por exemplo, a Costa Rica proibiu a extração de ouro a céu aberto com uso de cianeto devido à contaminação ambiental e ao risco imposto às comunidades. Nas Filipinas, diferentes províncias declararam moratória por tempo indeterminado de grandes projetos de mineração. Ao mesmo tempo, a Indonésia vem discutindo a

http://bit.ly/1AMYAdl e a reportagem Empresa de Eike Batista é acusada de desmatamento disponível em http://bit. ly/1vEFbJ8. "Quando se fala na 'geração de empregos' da mineração, raramente se leva em consideração as pessoas que perdem seu meio de sustento"

proibição da exportação de minério bruto e a Índia vem impondo restrições à exportação do minério de ferro.

Indo um pouco mais além, diferentes grupos dentro da América Latina vêm discutindo a construção da transição ao pós-extrativismo. Dentro dessa proposta, espera-se construir caminhos para os países latino-americanos saírem da extração predatória

e buscarem uma extração indispensável. As estratégias para construir essa transição passariam pela garantia do cumprimento da legislação ambiental e trabalhista, pelo encerramento dos subsídios públicos às atividades extrativistas, por uma maior integração regional (diminuindo a dependência do comércio global) e por uma mudança na base produtiva com incentivos à industrialização apropriada (reduzindo desperdícios, desenvolvendo produtos duráveis e estimulando o reúso e os sistemas de reciclagem). No Brasil. todavia, essa discussão ainda é muito incipiente nos meios acadêmicos e inexistente nos grandes centros de decisão.

Leia mais...

 O mito da mineração. Entrevista com Bruno Milanez publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU nas Notícias do Dia, de 10-10-2012, disponível em http:// bit.ly/1mHEaKP.

Acompanhe o IHU no Blog



Os direitos humanos e trabalhistas soterrados pela informalidade da extração mineral

Para o advogado Guilherme Zagallo, o principal desafio às atividades mineiras diz respeito à superação dos trabalhadores sem direitos trabalhistas

POR RICARDO MACHADO

m levantamento da Organização Internacional do Trabalho — OIT, realizado em 2013, com foco na América Latina e Caribe, apontou que 50,9% dos trabalhadores em mineração e em pedreiras estão na informalidade. "Em nosso país isso não é diferente, a grande mineração, ou seja, aquela que se destina à exportação, possui um alto nível de formalização, mas a maioria dos trabalhadores faz parte das pequenas mineradoras, de extração de areia, garimpos ilegais, etc. Do aspecto dos direitos trabalhistas, o grande ponto é superar a informalidade", destaca o advogado Guilherme Zagallo, em entrevista por telefone à **IHU On-Line**.

Diante da complexidade de tal contexto, Guilherme Zagallo aponta que a única alternativa é acabar com a ilegalidade. "A mineração ilegal tem que ser extinta. Para isso é preciso uma fiscalização maior da atividade mineral. Isso porque dentro da normalidade temos regras, licenças ambientais, planos de concessão, direitos de mineração, e isso facilita a própria atuação do Estado no controle", argumenta, embora reconheça que o objetivo está longe de ser alcançado. O entrevistado considera que os avanços na legislação referente aos processos de mineração ainda são muito tímidos e que a legislação em pauta para votação no Congresso tem pouco a ajudar nas questões de fundo. "A mineração no

Brasil precisa ser revista de forma mais ampla. O que está contido na proposta do governo é minimalista e não enfrenta os problemas, ainda que haja uma ou outra melhoria, e não assegura que a atividade minerária vai contribuir com o desenvolvimento do país", critica.

O projeto de expansão da mineração no Brasil é muito arriscado na avaliação de Zagallo e os impactos econômicos no Produto Interno Bruto - PIB são pequenos. "Atualmente somos um grande país minerador, embora essa atividade tenha pouco peso no PIB brasileiro. Em 2011, tínhamos 4,1% do PIB oriundos da mineração. Do ponto de vista econômico, o impacto da mineração é pequeno. No entanto, manejamos mais de 1,5 bilhão de minério bruto, exportamos mais de 300 milhões de toneladas de minerais de metálicos por ano, temos um consumo muito grande de minerais não metálicos no mercado interno, sobretudo para a construção civil. Triplicar todos esses processos sem que tenhamos objetivamente uma maior formalização do setor e uma estrutura de fiscalização mais densa é um risco", complementa.

Zagallo é advogado da Campanha Justiça nos Trilhos e relator nacional de direitos humanos da Rede de Direitos Humanos Plataforma Dhesca Brasil.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são os grandes desafios correspondentes aos direitos trabalhistas no que diz respeito às atividades de mineração no Brasil?

Guilherme Zagallo – O principal desafio é superar a informalidade. A organização Internacional do Trabalho – OIT produziu, em 2013, um estudo com foco na América Latina e Caribe, mas isso vale em grande parte para o Brasil, indicando que 50,9% dos trabalhadores em mineração e em pedreiras trabalham na informalidade. Em nosso país isso não é diferente, a grande mineração, ou seja, aquela que se destina à exportação, possui um alto nível de formalização, mas a maioria dos trabalhadores faz parte das pequenas mineradoras, de extração de areia, garimpos ilegais, etc. Do aspecto dos direitos trabalhistas, o grande ponto é superar a informalidade.

Há vários fatores que influenciam nesta prática informal. A atividade mineral é muito pouco fiscalizada no Brasil, o número de agentes do atual Departamento Nacional de Produção Mineral é muito pequeno. A fiscalização do Ministério do Trabalho, apesar de ter um corpo de servidores bem maior, não dá conta, pois as funções desse Ministério são voltadas para todas as atividades de trabalho brasileiras. Seja por ausência da fiscalização macro das atividades de mineração, seja a fiscalização específica do Ministério do Trabalho, isso faz com que o setor se transforme em um grande descumpridor tanto das leis trabalhistas quanto das especificidades legais da atividade minerária.

IHU On-Line – Atualmente, quais são as regiões do país mais impactadas pelos projetos de mineração? Que localidades apresentam os quadros mais graves de negligência aos direitos trabalhistas e humanos?

Guilherme Zagallo - Temos dois tipos de impactos e ambos são bastante intensos. O primeiro, da grande mineração, situado no Sul do Pará, tem como principal foco a produção de ferro e níquel, na região do Carajás, o que gerou e gera remoções. A Vale, por exemplo, está fazendo uma nova ferrovia e construindo a maior mina a céu aberto do mundo, isso tudo com fortes impactos sociais e ambientais. Além da grande mineração, a Amazônia tem as regiões do garimpo, sobretudo do ouro, com fortes implicações ambientais, entre elas a utilização indiscriminada de mercúrio, que faz com que a substância ingresse na cadeia alimentar. O problema é que o mercúrio é persistente, pois permanece muito tempo após o encerramento da mineração, contaminando tais regiões. Ainda podemos destacar a exploração de urânio no interior da Bahia, no município de Caetité,¹ já no âmbito da grande mineração, cuja preocupação é com a contaminação de recursos hídricos. Então quanto aos pontos mais críticos de mineração industrial, eu indicaria o Sul do Pará e o interior da Bahia; já quanto à mineração mais difusa e informal, destaco os garimpos da Amazônia.

IHU On-Line – Quais são os possíveis impactos das atividades relacionadas à extração de ouro pela Belo Sun?

Guilherme Zagallo – Ainda há uma resistência muito forte em relação à implantação da Belo Sun,² e não foi concedida a licença. A preocupação do Ministério Público e dos movimentos sociais que atuam em Altamira, Pará, é que a construção de Belo Monte³ resultaria na duplicação

1 O sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou uma série de entrevistas nas Notícias do Dia, das quais destacamos, Radiação nuclear. Caetité pede atenção com Zoraide Vilas Boas, disponível em http://bit.ly/1qbBjxr; Caetité e o processo de mineração. A luta pelos direitos humanos com Osvaldino Barbosa, disponível em http://bit.ly/1qG4bes; e Caos e medo em Caetité: a violação dos direitos humanos com Marijane Lisboa, disponível em http://bit.ly/1p5mqsh. (Nota da IHU On-Line)

2 Belo Sun Mining Corp: Multinacional canadense responsável pelo Projeto Volta Grande, maior empreendimento de mineração de ouro a céu aberto do país, que deverá retirar 50 toneladas de ouro no prazo de 12 anos, e promete empregar 2.700 operários. (Nota da IHU On-Line) 3 Belo Monte: projeto de construção de usina hidrelétrica previsto para ser implementado em um trecho de 100 guilômetros no Rio Xingu, no estado brasileiro do Pará. Planejada para ter potência instalada de 11.233 MW, é um empreendimento energético polêmico não apenas pelos impactos socioambientais que serão causados pela sua construção. A mais recente controvérsia sobre essa usina envolve o valor do investimento do projeto e, consequentemente, o seu custo de geração. Saiba mais na edição 39 dos Cadernos IHU em Formação, Usinas hidrelétricas no Brasil: matrizes de crises socioambientais, em http:// bit.ly/ihuem39; e nas entrevistas publicadas no sítio do IHU: Belo Monte: a barreira jurídica, com Felício Pontes Júnior, dia 26-04-2012, em http://bit.ly/ ihu260412; Belo Monte. "O capital fala alto, é o maior Deus do mundo", com Ignez Wenzel, dia 28-01-2012, em http:// bit.ly/ihu280112; Belo Monte e as muitas questões em debate, com Ubiratan Cazetta, dia 23-01-2012, em http://bit. ly/ihu230112; "Belo Monte é o símbolo do fim das instituições ambientais no Brasil", com Biviany Rojas Garzon, dia da população do município, passando de 100 mil para 200 mil habitantes, sem que a cidade tenha uma infraestrutura mais adequada para receber esta população. Várias promessas e obrigações, contidas como condicionantes nas licenças ambientais concedidas, vêm sendo descumpridas. Neste contexto de implantação da maior obra em curso no país, Belo Monte, com investimentos que superam os R\$ 30 bilhões, o projeto de mineração de ouro em uma mesma região agrava os impactos sociais, sem contar que está próximo a duas áreas indígenas importantes. Por isso, há uma grande preocupação de que a situação piore ainda mais. Essa obra, inclusive, tem uma relação com a mineração, e uma das justificativas para construção de empreendimentos hidrelétricos, tais como a própria Belo Monte e as hidrelétricas do Rio Madeira, é justamente o crescimento das atividades mineiras puxadas pelo aumento da demanda da China, que elevou muito o preço das commodities. Belo Monte, embora não tenha sido construída especificamente para atender um projeto de exploração mineral, acaba tendo como um dos principais fatores de produção de energia o atendimento a esse crescimento da produção planejada para os próximos anos.

IHU On-Line – Nesse sentido, que impactos em termos de migração de trabalhadores são gerados tanto na extração de minério quanto na execução de grandes obras?

Guilherme Zagallo — De modo geral, a construção dessas áreas demanda um volume de trabalhadores muito maior que aqueles a serem utilizados na operação dos empreendimentos. Então ocorre uma pressão migratória muito grande para as comunidades com infraestrutura precária, e isso cria, durante alguns anos, uma pressão extrema por infraestrutura de serviços básicos — como educação, saúde, etc. Há, em geral, uma migração predominantemente masculina, que causa outros proble-

^{13-12-2011;} em http://bit.ly/ihu131211; Não é hora de jogar a toalha e pendurar as chuteiras na luta contra Belo Monte, com Dom Erwin Krautler, dia 03-08-2011, disponível em http://bit.ly/ihu030811. (Nota da IHU On-Line)

mas, como aumento da prostituição, violência sexual, que já foi registrado em vários episódios que não estão restritos à mineração, mas também à construção de hidrelétricas na Amazônia. Uma parte desta população não retorna ao local de origem após a construção, então temos um crescimento sem que no futuro a população tenha um aproveitamento na fase de operação dos empreendimentos. Ou seja, pós-obra temos uma pressão social maior do que tínhamos antes em função desta migração. Isso é um problema que não foi resolvido em nenhum dos empreendimentos, ainda que haja uma população de trabalhadores que migram de obra em obra, os chamados "barrageiros". O próprio governo reconhece isso e defende, para próximos empreendimentos talvez para minimizar a reação dos movimentos sociais e das comunidades -, a construção de obras cuja jornada de trabalho se assemelhe a das plataformas de petróleo, sem a construção de cidades, tentando diminuir a reação das populações locais onde os empreendimentos se estabelecem.

IHU On-Line – Do ponto de vista ambiental, que impactos decorrentes do crescimento demográfico surgem em regiões com pouca ou nenhuma infraestrutura?

Guilherme Zagallo - Começa que a nossa infraestrutura de saneamento já é precária nesses locais, desde o fornecimento de água até os casos de esgoto a céu aberto. Há pessoas que migram não para trabalhar nos empreendimentos, mas na expectativa de obter emprego ou para a prestação de serviços informais. O que acontece nessas cidades é um crescimento desordenado de suas periferias, sem que o poder público tenha recursos para adequar sua infraestrutura. É comum que os empreendimentos minerais voltados à exportação sejam desonerados pela Lei Kandir⁴, de 1997; logo, prefeituras e governos da federação não dispõem de recursos após a operação para fazer frente a esses problemas. É como receber um "A mineração no Brasil precisa ser revista de forma mais ampla. O que está contido na proposta do governo é minimalista e não enfrenta os problemas"

vizinho incômodo, que como prefeito ou governador precisa prover as necessidades daquela população sem dispor dos recursos para fazer frente aos investimentos. Esse é um problema não resolvido nem na legislação atual, nem na proposta que está no Congresso atualmente, o que pouco contribui para a sua solução.

IHU On-Line – Há algum procedimento de fiscalização das condições de trabalho nas localidades de extração de minério? Em termos legais, de que forma a Organização Internacional do Trabalho – OIT pode tomar medidas de proteção aos trabalhadores, ainda mais considerando que muitas das mineradoras são multinacionais?

Guilherme Zagallo - Temos corpos de fiscalização da atividade mineral em si, da mina que está operando, cuja atividade fiscalizadora é responsabilidade do Departamento Nacional de Produção Mineral, em que o governo propõe a transformação desse órgão em uma agência. A experiência que temos com as agências reguladoras mostra que essa transformação não deve alterar o quadro atual, vide o que acontece, por exemplo, com as empresas de telecomunicação. Na área trabalhista precisaríamos ter um crescimento do corpo de fiscalização. Há alguns anos temos um grupo de combate ao trabalho escravo articulado com o Ministério do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho -

MPT, cujas atividades são voltadas aos empregos informais, mas isso tudo é muito pequeno para enfrentar a mineração, que é muito pulverizada no país. Precisaríamos de uma equipe muito grande.

A estrutura da OIT até admite a apresentação de queixas perante um comitê de peritos, mas ela é muito limitada para esse tipo de atividade. Creio que precisaríamos ter no Brasil uma melhor condição de fiscalização da atividade mineral, pois, ao melhorar as condições da atividade mineira, indiretamente melhoram as condições de trabalho. Penso que a OIT pode ser instrumento de combate, mas não teria estrutura, e não é esse o escopo nem o objetivo da entidade. O que precisamos é construir uma solução local.

IHU On-Line – Existe alguma certificação de responsabilidade ambiental relacionada à mineração?

Guilherme Zagallo — Ainda não existe. Há, sim, algumas iniciativas da indústria de mineração tentando construir princípios de livre adesão por parte das empresas. O fato é que esta é uma indústria que ainda carece de uma maior preocupação. De modo geral, o consumidor final não tem acesso aos minérios, pois são commodities processadas pela indústria e ainda não há processos mais amplos de práticas sustentáveis nesta cadeia.

IHU On-Line – As licitações para extração de minério no Brasil, conforme a atual regulação e considerando o Novo Código de Mineração, em pauta no Congresso, tendem a beneficiar mais o Estado ou quem tem o direito de lavra?

Guilherme Zagallo — O sistema atual é o chamado "regime de prioridade" — quem pede primeiro tem o direito de lavra e pode ficar quase que indefinidamente sem maiores compromissos. A proposta do governo do regime de concessão, um dos poucos pontos positivos na tímida mudança do texto legal, é um aperfeiçoamento da legislação que está para ser votada. A concessão seria colocada dentro do interesse do país, ou seja, a extração não fica condicionada ao interesse do minerador, outras complexidades entram em jogo, como a de o Estado

⁴ Lei Kandir: Lei complementar federal nº 87, de 13 de setembro de 1996. Versa sobre a isenção de impostos (ICMS) para os produtos e serviços destinados a exportação. (Nota da IHU On-Line)

avaliar se é um minério estratégico, se será necessário no futuro, etc. Hoje há muita especulação na mineração por parte de empresas que simplesmente solicitam o direito de lavra para tentar vender isso a outros investidores. O regime de licitações previstos no novo Código de Mineração é um avanço e visa beneficiar mais o Estado e o interesse nacional que o regime de prioridade.

IHU On-Line – Considerando um cenário absolutamente complexo, de que ordem são os tensionamentos entre trabalhadores e indígenas em áreas as quais os índios requerem, legitimamente, a propriedade?

Guilherme Zagallo - Há muita tensão. Primeiro porque a questão fundiária indígena não está resolvida e temos populações de índios que demandam reconhecimento do direito dos grupos que vivem nessas terras. Então já há um conflito pelo próprio espaço territorial demarcado, ou quando há a demarcação, há locais ocupados por populações que formam até cidades dentro de áreas indígenas sem titulação das terras. Ainda tem o problema do garimpo em áreas indígenas, inclusive com violência. Trata-se de uma área particularmente tensa da atividade minerária. O governo apresentou um projeto de lei que permite a regulamentação da mineração em áreas indígenas e, de modo geral, as populações indígenas têm medo de que tal projeto possa piorar a situação atual e intensificar os conflitos. Esse é um ponto que demanda uma especial atenção para os próximos anos.

IHU On-Line – Diante deste conflito por sobrevivência (trabalhadores e indígenas) onde as vítimas estão em ambos os lados, como garantir os direitos humanos e responsabilizar os verdadeiros causadores do problema?

Guilherme Zagallo – É preciso acabar com a ilegalidade. A mineração ilegal tem de ser extinta. Para isso é preciso uma fiscalização maior da atividade mineral. Isso porque dentro da normalidade temos regras, licenças ambientais, planos de concessão, direitos de mineração, e isso facilita a própria atuação do Estado no con-

trole. Então o grande desafio para a redução desses conflitos é a formalização do setor, não só no aspecto do trabalho, mas, também, da atividade mineira, que hoje está muito longe de acontecer.

IHU On-Line – Levando em conta todas as complexidades que estão em jogo, mas que ocupam um espaço mínimo no debate público nacional e que discutimos anteriormente, o projeto de triplicar a mineração no Brasil até 2030 vale a pena?

Guilherme Zagallo - Ele é muito arriscado. Atualmente somos um grande país minerador, embora essa atividade tenha pouco peso no Produto Interno Bruto brasileiro. Em 2011, tínhamos 4,1% do PIB oriundos da mineração. Do ponto de vista econômico, o impacto da mineração é pequeno. No entanto, manejamos mais de 1,5 bilhão de minério bruto, exportamos mais de 300 milhões de toneladas de minerais de metálicos por ano, temos um consumo muito grande de minerais não metálicos no mercado interno, sobretudo para a construção civil. Apesar de economicamente, em termos globais de produção de riqueza, não ser um segmento importante, do ponto de vista social é uma área que tem uma interação muito intensa com o resto da sociedade. Há uma pressão muito forte sobre a infraestrutura com transporte, água, crescimento de minerodutos, hidrovias voltadas ao transporte dessa produção. Triplicar todos esses processos sem que tenhamos objetivamente uma maior formalização do setor e uma estrutura de fiscalização mais densa é um risco. Quanto à questão dos tributos, temos basicamente incidindo sobre a mineração a CFEM5, que é voltada aos municípios, aos Estados e à União. Porém, as cidades por onde passam as ferrovias ou onde ficam os portos não são contemplados com parte desta receita, isto é, eles têm o problema e a pressão por serviços, mas não possuem recursos para fazer frente às demandas. Afora esses aspectos, o Brasil tem uma das menores taxas de royalties comparativamente com outros países mineradores. A mineração no Brasil precisa ser revista de forma mais ampla. O que está contido na proposta do governo é minimalista e não enfrenta os problemas, ainda que haja uma ou outra melhoria, e não assegura que a atividade minerária vai contribuir com o desenvolvimento do país.

IHU On-Line – Como avalia o novo código de mineração?

Guilherme Zagallo — A grande preocupação que se tem agora é com a reformulação do código de lei que muda as regras da mineração. A proposta inicial do governo preocupava os movimentos sociais que vêm discutindo a implantação, e a emenda apresentada pelo relator piora ainda mais a situação. Se tivermos a aprovação da emenda e mesmo da proposta original, teremos um crescimento intenso da produção mineral sem as cautelas que deveríamos tomar ante os impactos dessa atividade.

A única contribuição da nova legislação é para a política econômica. Nem tanto para a geração de empregos, pouco no PIB, mas se torna importante para o governo na questão econômica. Daí a preocupação dos economistas com uma possível reprimarização da cultura, não só pelo aumento das exportações das commodities minerais e agrícolas, mas pelo fortalecimento de uma prática que não favorece o crescimento industrial nacional.

Leia mais...

- Os impactos da mineração. Vejam o exemplo maranhense. Entrevista com Guilherme Zagallo publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, nas Notícias do Dia, de 18-10-2013, disponível em http:// bit.ly/Dia181013;
- As condições de trabalho nos canteiros de obras das hidrelétricas.
 Entrevista com Guilherme Zagallo publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos IHU, nas Notícias do Dia, de 13-09-2011, disponível em http://bit.ly/1ohXgH3.

⁵ Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM: estabelecida pela Constituição de 1988, em seu Art. 20, § 1°, é devida aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, e aos órgãos da administração da União, como contraprestação pela utilização econômica dos recursos minerais em seus respectivos territórios. (Nota da IHU On-Line)

Mineração e o impulso à desigualdade

Carlos Bittencourt avalia o setor relacionando os ganhos financeiros com os impactos sociais e ambientais implicados com o desenvolvimento do extrativismo mineral

POR RICARDO MACHADO E ANDRIOLLI COSTA

inda que a desigualdade de renda e patrimônio seja inata ao capital, a excessiva concentração de renda - que aumenta ainda mais o abismo entre as classes sociais – vem sendo enfrentada por diversas correntes da economia contemporânea. Para o historiador Carlos Bittencourt, especializado em questões envolvendo Mineração, o setor vai na contramão destas tendências, e atua fortemente no sentido da concentração da riqueza em poucas mãos. "Não apenas da renda gerada pela comercialização mineral, mas também da concentração das jazidas minerais que passam a controlar, retirando-as da esfera pública, privatizando-as. Desse ponto de vista, o da desconcentração de renda e patrimônio, a mineração é muito danosa para a economia nacional."

Tendo em vista a forte relação entre a política e o mercado, Bittencourt defende a intensa participação social para evitar que o Congresso defina sozinho e às escondidas as dinâmicas que vão orientar o novo código brasileiro de mineração. Este "pode ser ainda mais pernicioso na medida em que os minérios são finitos e não renováveis. Depois que foram explorados e exportados, não vão se regenerar, não haverá uma segunda safra".

O raciocínio puramente financeirizado é incapaz de perceber a totalidade das implicações negativas da atividade mineradora. Não se trata apenas de ficar à mercê do mercado

internacional por meio de uma atividade primária e extrativista, mas de se atentar para os passivos produzidos a partir desta. "Para extrair/produzir esses milhões de toneladas para exportação, usa-se água brasileira em enormes quantidades e quase de graça. Aproveita-se dos baixos preços da energia para os megaempreendimentos. Submete-se a fertilidade do solo a uma pressão gigantesca e destrutiva. E, ao mesmo tempo, desaloja pessoas, remove comunidades, destrói modos de vida tradicionais. Pergunto novamente: vale a pena pagar esse preço?"

Em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, Carlos Bittencourt questiona as propostas apresentadas pelo relator do Código de Mineração — o deputado federal Leonardo Quintão —, que estariam enviesadas pelos interesses econômicos dos financiadores de sua campanha; discute os limites da Compensação Financeira pela Exploração Mineral — CFEM; e problematiza as implicações da relação entre déficit e superávit da balança comercial brasileira.

Carlos Bittencourt é historiador graduado pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Atualmente é consultor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase. Com financiamento da Fundação Ford, ele desenvolve o projeto de pesquisa "Mineração em Debate".

Confira a entrevista

IHU On-Line – Ao se discutir um novo marco regulatório à mineração no país o que está em jogo?

Carlos Bittencourt – Um novo marco da mineração poderia colocar em questão muitas coisas, como o ritmo que a sociedade brasileira quer exaurir suas reservas minerais, os limites socioambientais da exploração

minerária, os direitos das comunidades atingidas de serem previamente consultadas sobre a instalação dos empreendimentos, a construção mesma de um planejamento democrático para o setor.

Infelizmente, os horizontes deste novo marco regulatório que está no Congresso são muito estreitos. A proposta apresentada pelo governo e a contraproposta do relator Leonardo Quintão¹ giram em torno de duas questões. A forma como as empresas acessarão as jazidas minerais, ou seja,

¹ **Leonardo Quintão** (1975): político brasileiro, atual deputado federal pelo PMDB de Minas Gerais. (Nota da IHU On-Line).

se se manterá o regime de prioridade atual ou se transitará para um regime de concorrência pública por licitação e o tamanho da fatia da renda mineral arrecadada pela Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM e sua distribuição entre os entes da federação.

Trata-se de um novo marco em torno de velhas questões. Não houve qualquer ousadia no sentido de avançar para uma verdadeira regulação da mineração no Brasil. Continua a se acreditar que a exaustão dos recursos minerais brasileiros, por conta da superexploração dos mesmos, é um assunto para ser tratado entre governo e empresas, fora do campo de ação e opinião do conjunto da sociedade brasileira.

IHU On-Line – Do ponto de vista econômico, como o novo marco regulatório impacta nas finanças do país?

Carlos Bittencourt – Essa é uma pergunta complexa. Primeiro devemos desconstruir a noção corrente do que são as "finanças do país". As finanças do país são apenas os valores monetários que entram e saem em nossas transações correntes, balança de pagamentos, saldo comercial, ou devemos incluir aí outros valores menos monetários, mas, na minha avaliação, muito mais sólidos e relevantes?

Por exemplo, a Balança Comercial Brasileira, se olhada apenas do ponto de vista financeiro, veio conseguindo alguns magros superávits. Porém, se olharmos pela ótica do volume das trocas de matéria entre nós e os demais países (especialmente as grandes potências capitalistas, incluindo obviamente a China), temos um déficit gigantesco. Em 2013, o Brasil exportou 558,5 milhões de toneladas de matéria em forma de mercadorias e importou 159,6 milhões de toneladas, uma diferença gritante. Ou seja, há um déficit econômico, porque para alcançar os valores monetários dos produtos importados é necessário exportar maiores quantidades de produtos com precos muito menores e, nesse caso, o minério de ferro e os minérios em geral cumprem um papel destacado. É a reedição contemporânea da troca de espelhos por ouro - os atuais espelhos são os smartphones, computadores e máquinas de todo tipo; o ouro continua sendo ouro mesmo e outros minerais.

Para extrair/produzir esses milhões de toneladas para exportação, usa-se água brasileira em enormes quantidades e quase de graça. Aproveita-se dos baixos preços da energia para os megaempreendimentos. Submete-se a fertilidade do solo a uma pressão gigantesca e destrutiva. E, ao mesmo tempo, desaloja pessoas, remove comunidades, destrói modos de vida tradicionais. Pergunto novamente: vale a pena pagar esse preço? A maioria dos brasileiros está tirando vantagem nisso? Isso ao menos está computado entre ganhos e perdas econômicos?

Outro aspecto é pensar: existem mesmo as finanças do país? Afirmar isso não dá a ideia de que todos os brasileiros se beneficiam igualmente das transações comerciais e financeiras dos setores econômicos brasileiros? Do meu ponto de vista, um indicativo de bonança para as "finanças do país" é a desconcentração de renda e patrimônio. A mineração atua fortemente no sentido da concentração da riqueza em poucas mãos. Não apenas da renda gerada pela comercialização mineral, mas também da concentração das jazidas minerais que passam a controlar, retirando-as da esfera pública, privatizando-as. Desse ponto de vista, o da desconcentração de renda e patrimônio, a mineração é muito danosa para a economia nacional.

A lógica do novo marco da mineração apresentado visa a um mergulho ainda mais profundo na lógica atual, qual seja, mais mineração, mais exportação para equilibrar a balança comercial. Desse ponto de vista, certamente a nova proposta impactará a economia nacional, infelizmente, em minha avaliação, de uma forma muito negativa.

IHU On-Line – Quem ganha e quem perde com o Novo Código da Mineração?

Carlos Bittencourt – Ainda não sabemos qual será o resultado dos debates sobre o novo Código, do cabo de guerra entre o governo e o relator. Se o resultado for um ponto médio entre as propostas de ambos, é possível afirmar sem dúvida: as em-

presas, inclusive estrangeiras, manterão os privilégios conquistados com a desregulamentação liberal do país na década de 1990 e, com isso, seguem sem amarras para conquistar lucros extraordinários. Ganham também os setores políticos que dirigem os estados com direito a receber a CFEM em seus diferentes níveis.

Quem perde são aqueles que vêm perdendo historicamente com a mineração em grande escala. Em primeiro lugar, as comunidades diretamente afetadas. Vale aqui ressaltar que neste nível não se trata de uma perda qualquer. Muitas vezes a existência mesmo como comunidade fica ameaçada, se perdem formas de viver tradicionais, a saúde de muitas pessoas. Perdem os trabalhadores, pois seguem submetidos a níveis de exploração desumanos que sequer são debatidos na proposta atual de código. Por fim, sai derrotado o conjunto da sociedade brasileira, que vê as jazidas minerais se esvaírem sem participar dos ganhos dessa extração.

IHU On-Line – Quais são as principais diferenças entre a legislação vigente e a nova proposta?

Carlos Bittencourt - A proposta apresentada pelo governo modificava a forma de acesso às jazidas, diminuindo o papel do regime de prioridade (quem requer primeiro o direito sobre a jazida pode explorá-la) e criando o regime de licitação, no qual o governo abriria um processo de concorrência pública para se acessar as jazidas. Este talvez fosse o aspecto mais positivo da proposta. O governo propunha também a mudança da base de incidência da alíquota da CFEM, que passaria a incidir no faturamento bruto e não mais no líquido. E, por fim, extinguia o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e criava uma agência nacional da mineração.

O relator Leonardo Quintão, um dos parlamentares que mais recebeu financiamento das mineradoras, apresentou uma contraproposta. Sua proposta mantém o regime de prioridade como principal meio de acesso às jazidas. Modifica pouco a proposta do governo quanto à alíquota da CFEM; a principal mudança é a inclusão de uma segunda classe de municípios (indiretamente atingidos) que

teriam acesso a 10% da arrecadação da CFEM. No entanto, traz duas grandes novidades muito negativas. Cria a possibilidade de negociação dos títulos minerários nas bolsas de valores, o que estimularia uma financeirização sem precedentes do setor, submetendo-o ao risco de ocorrer fenômenos como o que vem afundando as empresas do Eike Batista² - ou seja, de títulos que na bolsa se valorizam, mas que não têm fundo real nas jazidas. E, ainda, a proposta do relator propõe um artigo que diz que qualquer demarcação de nova Terra Indígena, Quilombo, Unidade de Conservação ou qualquer outra coisa que interfira nos interesses minerários deverá ter anuência prévia da Agência Nacional da Mineração. Não é preciso dizer o quão negativa é essa medida, além de inconstitucional.

IHU On-Line — Por que a votação, que entrou na pauta do congresso em junho de 2013 e estava prevista para ser votada em regime de urgência, ainda não foi votada? Qual a relação do atraso com as eleições de outubro?

Carlos Bittencourt – O primeiro motivo foi que o regime de urgência foi um tiro que o governo deu no próprio pé, pois impôs um ritmo de debates absolutamente antidemocrático sobre um tema tão complexo. O surgimento do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração³, trazendo uma nova perspectiva e proposta e fazendo uma crítica muito dura tanto à proposta do gover-

"É a reedição contemporânea da troca de espelhos por ouro – os atuais espelhos são os smartphones; o ouro continua sendo ouro mesmo"

no quanto à forma como ela estava sendo debatida, foi outro motivo. Um terceiro diz respeito à articulação das mineradoras, o relator da proposta e os setores mais conservadores da política brasileira. O encontro desses três campos de interesse acabou em um impasse que travou os debates e que pode ter definitivamente impedido que se vote em breve qualquer proposta. Obviamente que quanto mais as eleições se aproximam, mais se torna inviável votar qualquer coisa dessa magnitude. Tanto por conta das responsabilidades eleitorais dos parlamentares como por conta da instabilidade das relações políticas pré-eleitorais.

IHU On-Line – Como tem se dado a relação entre Estado, grupos econômicos e sociedade civil no debate do tema?

Carlos Bittencourt – Se dependesse do estado e dos grupos econômicos, a sociedade civil seria completamente excluída do debate. Assim o fizeram até que as próprias organizações da sociedade, especialmente o Comitê Nacional, entraram no debate sem bater na porta. Felizmente as organizações populares conseguiram se organizar e construir um plano comum de trabalho que já fez toda diferença até aqui.

A relação entre o estado e os grupos econômicos é íntima e infelizmente sustentada pela promíscua legislação eleitoral que permite o financiamento privado de campanhas. Uma pesquisa realizada pelo Ibase revela que as mineradoras têm um papel decisivo, ao lado das construtoras, no financiamento das campanhas eleitorais. Obviamente, quem paga a banda escolhe a música.

O símbolo dessa promiscuidade é o fato de um dos parlamentares que mais recebeu doações das empresas mineradoras, o deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), ser o relator do Código da Mineração. Embora o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Federal seja explícito em seu artigo 5º, inciso VIII:

Art. 5º – Atentam, ainda, contra o decoro parlamentar as seguintes condutas, puníveis na forma deste Código:

VIII – relatar matéria submetida à apreciação da Câmara dos Deputados, de interesse específico de pessoa física ou jurídica que tenha contribuído para o financiamento de sua campanha eleitoral.

Apesar da regra ser absolutamente explícita, quando o Comitê Nacional entrou com uma representação pela retirada da relatoria das mãos do deputado que flagrantemente infringia a lei, o presidente da Câmara a arquivou. É importante explicitar que Henrique Alves⁴, presidente daquela casa, teve uma campanha no valor de R\$ 3,3 milhões. Ou seja, como a promiscuidade é generalizada, se naturaliza o delito em detrimento, inclusive, do cumprimento da lei.

IHU On-Line – Como o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração está articulando um diálogo em torno do tema junto ao Congresso?

Carlos Bittencourt — O Comitê esteve muito atento a este debate, mesmo antes de sua apresentação ao Congresso. Fizemos reuniões com o governo, parlamentares aliados, e os membros da comissão especial que debate o Código. Participamos da maioria das Audiências Públicas que debateram a matéria, inclusive em diversos estados do Brasil. Apresenta-

2 Eike Fuhrken Batista (1956): empre-

sário brasileiro com atuação em diversos setores, em especial petróleo, logística, energia, mineração, indústria naval e carvão mineral. É presidente do Grupo EBX, formado por seis companhias listadas no Novo Mercado da Bovespa, segmento com os mais elevados padrões de governança corporativa. Segundo a Forbes, Eike Batista foi o homem mais rico da América do Sul, possuindo, em 2012, uma fortuna avaliada de 30 bilhões de reais. Atualmente suas empresas estão em processo de falência, e sua fortuna passou para cerca de 70 milhões de reais. (Nota da IHU On-Line)

³ Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração: comitê composto por mais de 30 organizações, lançado em 2013. O principal objetivo da iniciativa é enfrentar o debate do novo Código da Mineração do Brasil. (Nota da IHU On-Line)

⁴ Henrique Eduardo Alves (1948): advogado, empresário e político brasileiro. Atualmente é deputado federal pelo Rio Grande do Norte. (Nota da IHU On-Line)

mos emendas através dos parlamentares aliados.

Como os debates chegaram a um impasse, como foi dito acima, decidimos adotar uma nova estratégia. Acreditamos que a melhor forma de construir um debate verdadeiramente democrático, fruto do envolvimento do conjunto da sociedade brasileira, é a realização de uma Conferência Nacional da Mineração, desde os níveis municipais, passando pelos estaduais e em nível nacional, onde trabalhadores, comunidades e a cidadania em geral possam definir os rumos que o setor vai tomar.

Não acreditamos que o Congresso sozinho, ainda mais renovado sob as bases do financiamento privado de campanha, no qual certamente o papel dos financiamentos eleitorais feitos pelas mineradoras será novamente significativo, tenha condições de decidir em nome do conjunto da sociedade brasileira.

IHU On-Line – Esse intervalo, em que a lei não foi votada, está servindo para debater junto às comunidades impactadas a nova regulamentação?

Carlos Bittencourt — Bastante. Em maio, fizemos uma grande plenária em Brasília onde reunimos representações de todo o país, indígenas, quilombolas, atingidos pela mineração de norte a sul. O Comitê cresceu muito em tamanho e legitimidade graças ao processo de debates e formação política que construímos junto com as comunidades. O filme Enquanto o trem não passa⁵

"Os minérios são finitos e não renováveis.
Depois que foram explorados e exportados, não vão se regenerar, não haverá uma segunda safra"

foi fundamental para isso; além das mais de 28 mil visualizações na internet, fizemos mais de mil cópias para servir de material de formação política. Além disso, lançamos um boletim impresso de notícias que circulou por todo o país e no próximo mês sairá o segundo.

Na Plenária de maio decidimos lançar uma campanha nacional em defesa das águas frente à mineração. Este é o problema que mais aflige as comunidades que participam do Comitê. A mineração tem sido muito danosa para as águas do país. Tanto pelo consumo gigantesco — a mineração ultrapassou a indústria no número de outorgas de água na ANA — quanto pela poluição e inviabilização de águas superficiais.

IHU On-Line – Em que medida o Novo Código de Mineração a ser votado pode ser ainda mais negativo ao país que o Código Florestal?

Carlos Bittencourt - Os motivos que levaram, quase que concomitantemente, aos debates para reformulação do Código Florestal e do Código da Mineração são muito parecidos, apesar da diferença de conteúdo de ambos. A lógica que motivou interesses para modificação desses códigos é a tendência de fortalecimento do papel dos setores econômicos intensivos em recursos naturais. No caso do Código Florestal, o que estava em jogo era o aumento da fronteira agrícola, a ampliação da área do mercado de terras e, no caso do Código da Mineração, a ampliação da fronteira minerária, do acesso ao subsolo.

O Código da Mineração pode ser ainda mais pernicioso na medida em que os minérios são finitos e não renováveis. Depois que foram explorados e exportados, não vão se regenerar, não haverá uma segunda safra. No caso das florestas, caso tenhamos um governo e um parlamento menos dominado pelos ruralistas, podemos construir planos de reconstituição florestal, aumentando as áreas de preservação e fazendo ações de manejo.

Leia mais...

- Extração de minério no Atlântico: "Abrir uma nova e tão controversa fronteira não traz vantagem alguma". Entrevista especial com Carlos Bittencourt de 05-08-2014, disponível em http://bit.ly/ihu050814;
- Código da Mineração: a urgência é do mercado. Entrevista especial com Carlos Bittencourt, de 17-07-2013, disponível em http://bit.ly/ ihu170713.

LEIA OS CADERNOS TEOLOGIA PÚBLICA NO SITE DO IHU WWW.IHU.UNISINOS.BR

⁵ Enquanto o trem não passa: Documentário sobre a mineração no Brasil produzido pelo Mídia Ninja em 2013. Assista em http://bit.ly/tremnpassa (Nota da IHU On-Line).

A condição colonial da Amazônia

Jornalista e ativista, Rogério Almeida afirma que a visão mecanicista da região como provedora de matérias-primas para atender demandas externas é reatualizada constantemente pelos próprios planos de governo

POR RICARDO MACHADO E ANDRIOLLI COSTA

mineração é uma atividade de grande representatividade para a economia brasileira, especialmente nos estados do norte do país, o que gera grandes empecilhos para a revisão de políticas públicas que afetem o setor. Promulgado em 1967, o atual Código de Mineração retrata a conjuntura política e econômica de sua época. No entanto, para o jornalista e ativista Rogério Almeida, a proposta de novo código (PL 5.807/13), que está em análise na Câmara dos Deputados, pouco faz para realmente mudar o status quo do setor.

"Na queda de braço desigual entre as grandes corporações e as populações ancestrais existem inúmeros lobbys para a configuração de medidas normativas em favor do capital. Em azeitar o sistema e fragilizar ainda mais a condição das populações ancestrais", expõe. Em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, ele critica o modo como a Amazônia ainda hoje é vista pelo Capital como provedora de matérias-primas para atender

demandas externas. Mais do que isso, esta visão seria reatualizada pelos próprios planos de governo, em que "a natureza e as populações nativas são tratadas como um empecilho aos projetos de 'desenvolvimento', uma representação do atraso, e que por conta disso devem ser superadas e subjugadas à lógica e racionalidade do capital".

Rogério Almeida é graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Maranhão — UFMA, com especialização em Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento da Amazônia e mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará — UFPA. Jornalista, professor e assessor de ONGs e movimentos sociais, é autor de Araguaia-Tocantins: fios de uma História camponesa (São Luís: Fórum Carajás, 2006) e Pororoca Pequena: Marolinhas sobre a(s) Amazônia(s) de Cá (Belém, 2012). Mais informações sobre o autor podem ser lidas em seu blog pessoal, em http://bit.ly/ofuroblog.

Confira a entrevista.

IHU On-Line — De que maneira os projetos de Belo Monte¹ e Belo

1 Belo Monte: projeto de construção de usina hidrelétrica previsto para ser implementado em um trecho de 100 quilômetros no Rio Xingu, no estado brasileiro do Pará. Planejada para ter potência instalada de 11.233 MW, é um empreendimento energético polêmico não apenas pelos impactos socioambientais que serão causados pela sua construção. A mais recente controvérsia sobre essa usina envolve o valor do investimento do projeto e, consequentemente, o seu custo de geração. Saiba mais na edição 39 dos Cadernos IHU em formação, *Usinas hidrelétricas no Brasil: matrizes de*

Sun² redefinem a geografia e os modos de vivência das comunidades tradicionais da Amazônia Brasileira?

Rogério Almeida – Os projetos citados fazem parte de uma política de integração e desenvolvimento que

crises socioambientais, em http://bit.ly/ihuem39, e no sítio do IHU em http://bit.ly/bmonteihu. (Nota da IHU On-Line)

2 Belo Sun Mining Corp: multinacional canadense responsável pelo Projeto Volta Grande, maior empreendimento de mineração de ouro a céu aberto do país, que deverá retirar 50 toneladas de ouro no prazo de 12 anos, e promete empregar 2.700 operários. (Nota da IHU On-Line)

privilegiam grandes empresas, que contam com o apoio do Estado como financiador ou facilitador/regulador no setor normativo. Eles estão sob o guarda-chuva da Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA)³, mobilizada pelo Banco Mundial e que

³ Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana - IIR-SA: programa conjunto dos 12 países da América do Sul que visa promover a integração sul-americana. Incentiva a modernização de infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações. Saiba mais em www.iirsa.org. (Nota da IHU On-Line)

tem a anuência do Estado Brasileiro. Grandes projetos na Amazônia (brasileira ou não) que possuem como protagonistas megacorporações do grande capital, com financiamento do BNDES, tendem a redefinir os territórios já estabelecidos ou em luta para reconhecimento das populações ancestrais da região. Eles desorganizam as formas de produção, laços de amizade, solidariedade. Provocam a expropriação pela força, pela cooptacão, pela judicialização e outros mecanismos. No conjunto de passivos, provocam impactos nas dimensões econômicas, sociais e culturais. Um dos graves problemas é o reassentamento, que, via de regra, nunca garante as mesmas condições de reprodução econômica, social e cultural. Ele ameaça a segurança alimentar, detona com a possibilidade de pesquisa de fauna e flora ainda não conhecidas.

IHU On-Line – Podemos considerar que tais projetos neodesenvolvimentistas recolocam em prática uma dinâmica secular de expropriação e exploração das comunidades locais?

Rogério Almeida — Condição colonial provedora de matérias-primas para atender demandas externas tem sido o papel conferido à Amazônia. Não tem ocorrido distensão nesse sentido. Os recortes sobre as várias realidades existentes na Amazônia, desde os anos coloniais, são reatualizados pelos planos de governo. Neles a natureza e as populações nativas são tratadas como um empecilho aos projetos de "desenvolvimento", uma representação do atraso, e que por conta disso devem ser superadas e subjugadas à lógica e à racionalidade do capital.

Desta forma, a feição autoritária do Estado tem se mantido ao longo dos séculos na definição de políticas sobre a região; estas, orientadas para a conquista dos territórios e as riquezas existentes e motivadas a partir das demandas dos interesses dos países centrais. A experiência do megaempresário Henry Ford⁴, no Pará no co-

meço do século passado, com a tentativa de cultivo da borracha em larga escala, ladeada pela exploração mineral de Daniel Ludwig⁵ no Amapá nos anos 1950, são considerados casos emblemáticos da expansão capitalista do século XX na Amazônia.

IHU On-Line – Considerando o processo de mineração do ouro, uso de produtos tóxicos, assoreamento e barramento da corrente do Rio Xingu, quais são os impactos ambientais para as comunidades ribeirinhas?

Rogério Almeida - Ambos os projetos vão impactar a região conhecida como Volta Grande do Xingu, onde está sendo realizado o barramento do rio, que terá uma redução em pelo menos 80% de sua vazão. É o mesmo perímetro de ação da mineradora canadense Belo Sun. Os impactos são cumulativos. Não se conhece ainda a dimensão exata dos impactos da barragem, e já se tem outro projeto de grande dimensão, que usará explosivos e produtos químicos para a extração do ouro. Os moradores das localidades da Vila da Ressaca e da Ilha da Fazenda e as populações indígenas possuem um futuro incerto. Ou como prefere a professora Sônia Magalhães⁶, o Estado está fomentando um genocídio de dimensões históricas contra os povos indígenas da região. Os projetos afetam em profundidade a economia dos moradores, acesso a fontes de proteína, com a proibição, pelas empresas, de acesso a áreas públicas apropriadas indevidamente, poluição dos recursos hídricos, redução da pesca, alteração

prolífico e registrou 161 patentes nos EUA. Como único dono da Ford Company, ele se tornou um dos homens mais ricos e conhecidos do mundo. A ele é atribuído o "fordismo", isto é, a produção em grande quantidade de automóveis a baixo custo por meio da utilização do artifício conhecido como "linha de montagem", o qual tinha condições de fabricar um carro a cada 98 minutos, além dos altos salários oferecidos a seus operários - notavelmente o valor de 5 dólares por dia, adotado em 1914. (Nota da IHU On-Line)

5 Daniel Keith Ludwig (1897-1992): empresário e magnata estadunidense conhecido especialmente pelo Projeto Jari, destinado à produção de celulose a partir de uma fábrica instalada na Amazônia brasileira às margens do Rio Jari. (Nota da IHU On-Line)

da paisagem, incidência de doenças, apenas para citar algumas. As mesmas reconhecidas pelos próprios documentos das empresas.

IHU On-Line – Há algum programa de prevenção de acidentes ambientais? Como se dá o diálogo entre a mineradora e os habitantes locais?

Rogério Almeida – Não sei responder com exatidão sobre a situação acerca da prevenção de acidentes. No entanto, em visita no fim do ano passado aos locais da Volta Grande do Xingu, o quadro verificado é de grande tensão com relação ao futuro dos moradores da Vila da Ressaca e da Ilha da Fazenda. Em particular na Ilha da Fazenda, que nem o Consórcio Belo Monte, nem a Canadense Belo Sun reconhecem que impactam ou irão impactar o local, que não possui energia elétrica e sofre com o abastecimento de água potável.

IHU On-Line – Do total de R\$ 500 milhões estimados em arrecadação de impostos ao longo de 12 anos que estão previstos na concessão à Belo Sun, qual a previsão de aporte de recursos às populações impactadas pela exploração? Há algum programa de investimento específico para os afetados?

Rogério Almeida – No campo normativo existe uma série de medidas no sentido de minorar o saque das riquezas locais. Porém, tudo fica no campo normativo. O consórcio Belo Monte não cumpre as condicionantes do licenciamento ambiental. Das 23 condicionantes, somente 3 ou 4 são atendidas. Vamos analisar os 30 anos da mineração em Carajás, no sudeste do Pará, qual o saldo? Os seminários realizados pelas populações locais em parceria com alguns setores das universidades evidenciam um cipoal de externalidades negativas: desmatamento, violência de diferentes matizes contra as populações locais, trabalho escravo e por aí vai. Há uma situação de duplo saque: o Estado, que mantém uma feição autoritária com relação às políticas de desenvolvimento para a região, além de financiar a partir do BN-DES, ainda renuncia fiscalmente com a adoção da Lei Kandir.

IHU On-Line – O novo Código de Mineração tende a corrigir os problemas de desoneração fiscal das mine-

⁴ Henry Ford (18630-1947): empreendedor estadunidense, fundador da Ford Motor Company e o primeiro empresário a aplicar a montagem em série para a produção em massa de automóveis em menos tempo e a um menor custo. A introdução de seu modelo Ford T revolucionou os transportes e a indústria norte-americanos. Ford foi um inventor

⁶ Sônia Magalhães: antropóloga e professora da Universidade Federal do Pará - UFPA. Está ligada ao movimento de resistência à hidrelétrica Belo Monte. (Nota da IHU On-Line)

radoras, a chamada Lei Kandir⁷, ou tende a reforçar esta lógica?

Rogério Almeida - Na queda de braco desigual entre as grandes corporações e as populações ancestrais existem inúmeros lobbys para a configuração de medidas normativas em favor do capital. Em azeitar o sistema e fragilizar ainda mais a condição das populações ancestrais. Aí estão o Código Mineral e o Florestal, medidas de permissão em acessar os territórios considerados tradicionais. Aqui apanho um fragmento do manifesto da frente contra a mineração, que diz: "A proposta tornou o projeto ainda mais deseguilibrado, colocando a mineração como uma prioridade absoluta, acima de todos os outros usos do território. Chega ao absurdo de propor que a criação de unidade de conservação ambiental, demarcação de terra indígena, assentamentos rurais e definição de comunidades quilombolas dependerão de anuência prévia da Agência Nacional de Mineração -ANM. Ou seja, subjuga a proteção de nossa biodiversidade, belezas cênicas e dos territórios de uso tradicional de povos indígenas e quilombolas aos interesses das empresas mineradoras". E tem ainda o agravante de o relator do projeto ser financiado pelas mineradoras. Não existe isenção.

IHU On-Line — Qual a situação dos garimpeiros da região que tiveram que suspender suas atividades por conta da concessão à Belo Sun Mining Corp? O número de empregos aberto pela companhia foi suficiente para atender a demanda local?

Rogério Almeida – Era o garimpo artesanal que movia a economia da Vila da Ressaca e da Ilha da Fazenda desde os anos 1940. Os territórios são áreas da União. Parte da Vila da Ressaca é um projeto de assentamento da reforma agrária do INCRA. Com a presença da empresa ocorreu uma desagregação, incerteza e esvaziamento dos locais há uns 12 meses. A Vila da Ressaca tem um aspecto de cidade fantasma. Com relação ao número de geração de empregos, os do-

A feição
autoritária do
Estado tem se
mantido ao longo
dos séculos na
definição de
políticas sobre a
região

cumentos da Belo Sun anunciam que o empreendimento vai gerar perto de 2 mil empregos. A situação é que a cultura da população é de trabalho autônomo, a garimpagem, que segundo eles rendia até 5 mil por mês.

IHU On-Line – Que mecanismos legais existem no sentido de garantir uma distribuição dos recursos das jazidas de modo mais equitativo às populações afetadas pela extração de ouro?

Rogério Almeida – A regra que configura essa modalidade de projeto é a expropriação das populações locais. As empresas fazem perfumaria, marketing de responsabilidade social. Reformam a escola, colocam caixa d'água, bancam festival disso ou daquilo e capitalizam como responsabilidade social e ambiental. O modelo de desenvolvimento estabelecido para a Amazônia consagra o saque.

IHU On-Line – Diante do contexto atual vivido nesta região do Pará, que desafios estão postos ao Novo Código de Mineração? Que tipos de medidas são viáveis para garantir mais qualidade de vida às populações da região?

Rogério Almeida — Como falei acima. O Novo Código faz parte de medidas que azeitam o acesso à terra e aos recursos locais pelas grandes corporações. Acredito nas mobilizações das inúmeras frentes populares que buscam ampliar e garantir direitos destas populações, entre elas: Jus-

tiça nos Trilhos⁸, que acompanha as situações em Carajás, o Movimento Xingu Vivo⁹, a mobilização de alguns setores na região do Tapajós.

IHU On-Line – O atual projeto de desenvolvimento nacional, predominantemente baseado no crescimento do PIB, tornou-se um beco sem saída às populações tradicionais? Que alternativas seriam viáveis a este modelo neodesenvolvimentista?

Rogério Almeida - O modelo privilegia o grande capital. Não resta dúvida. Mas as populações ancestrais, detentores de conhecimento milenar, conflitam no sentido de garantir seus territórios e pela efetivação de seus direitos. Em certa medida existem vitórias, como o reconhecimento de reservas extrativistas, definição de alguns territórios como projetos de assentamentos e outras modalidades, quilombolas e indígenas. O processo é lento. Os financiamentos, as pesquisas, os currículos, as práticas e tecnologias em sua ampla maioria tendem a privilegiar o grande capital. Para não falar no perfil conservador e oligárquico do Congresso Nacional, onde a principal bancada é a ruralista.

Leia mais...

- Exploração de minério: o surgimento de um novo Carajazão. Entrevista com Rogério Almeida publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, de 17-12-2013, disponível em http:// bit.ly/1qxprTE;
- Mineração no Xingu, a batalha entre a canadense Belo Sun e os garimpeiros da Ressaca. Artigo de Rogério Almeida publicado no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU de 04-12-2013, disponível em http://bit.ly/VLsAXr.

⁷ Lei Kandir: Lei complementar federal nº 87, de 13 de setembro de 1996. Versa sobre a isenção de impostos (ICMS) para os produtos e serviços destinados à exportação. (Nota da IHU On-Line)

⁸ Campanha Justiça nos Trilhos: coordenação de movimentos, associações e cidadãos que se organizou para reivindicar compensações mais eficazes para moradores de áreas atravessadas pela ferrovia da então companhia Vale do Rio Doce. Mais em www.justicanostrilhos. org. (Nota da IHU On-Line)

⁹ Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS): coletivo de organizações e movimentos sociais e ambientalistas da região de Altamira e das áreas de influência do projeto da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, que historicamente se opuseram à sua instalação no rio Xingu. (Nota da IHU On-Line)

Baú da IHU On-Line

Confira outras edições da **IHU On-Line** cujo tema de capa aborda assuntos relacionados ao meio ambiente, à produção de alimentos e ao ecossistema.



- *Mudanças Climáticas. Impactos, adaptação e vulnerabilidade.* Edição 442, de 19-05-2014, disponível em http://bit.ly/ihuon442;
- Áreas úmidas. Biodiversidade e equilíbrio ambiental. Edição 433, de 02-12-2013, disponível em http://bit.ly/ihuon433;
- *Transgênicos no Brasil. 10 anos depois o debate continua.* Edição 432, de 18-11-2013, disponível em http://bit.ly/ihuon432;
- Biologia sintética. O redesenho da vida e a criação de novas formas de existência. Edição 429, de 15-10-2013, disponível em http://bit.ly/ihuon429;
- A era do lixo. Edição 410, de 03-12-2012, disponível em http://bit.ly/ihuon410;
- Oceanos. Ecossistemas sob ameaça. Edição 409, de 19-11-2012, disponível em http://bit.ly/ihuon409;
- Caatinga: um bioma exclusivamente brasileiro... e o mais frágil. Edição 389, de 23-04-2012, disponível em http://bit.ly/ihuon389;
- Rio+20. Desafios e perspectivas. Edição 384, de 12-12-2013, disponível em http://bit.ly/ihuon384;
- Cerrado. O pai das águas do Brasil e a cumeeira da América do Sul. Edição 382, de 28-11-2011, disponível em http://bit.ly/ihuon382;
- Agroecologia e o futuro sustentável para o planeta. Um debate. Edição 377, de 24-10-2011, disponível em http://bit.ly/ihuon377;
- Agrotóxicos. Pilar do agronegócio. Edição 368, de 04-07-2011, disponível em http://bit.ly/ihuon368;
- Ano internacional das florestas. Em defesa da habitabilidade do Planeta. Edição 365, de 13-06-2011, disponível em http://bit.ly/ihuon365;
- A energia nuclear em debate. Edição 355, de 28-03-2011, disponível em http://bit.ly/ihuon355;
- O Pantanal em alerta. Edição 345, de 27-09-2010, disponível em http://bit.ly/ihuon345;
- A propriedade da terra deve ser limitada? Edição 339, de 16-08-2010, disponível em http://bit.ly/ihuon339;
- Biodiversidade. Abundância e riqueza a serem descobertas. Edição 324, de 12-04-2010, disponível em http://bit.ly/ihuon324;
- Água e saneamento básico: um direito a ser conquistado. Edição 321, de 15-03-2010, disponível em http://bit.ly/ihuon321;
- A Convenção do Clima em Copenhague. Um debate. Edição 311, de 19-10-2009, disponível em http://bit.ly/ihuon311;
- Agrotóxicos. Remédio ou veneno? Uma discussão. Edição 296, de 08-06-2009, disponível em http://bit.ly/ihuon296;
- Ecoeconomia. Uma resposta à crise ambiental? Edição 295, de 01-06-2009, disponível em http://bit.ly/ihuon295;
- O Pampa e o monocultivo do eucalipto. Edição 247, de 10-12-2007, disponível em http://bit.ly/ihuon247;
- Energia para quê e para quem? A matriz energética do Brasil em debate. Edição 236, de 17-09-2007, disponível em http://bit.ly/ihuon236;
- Amazônia. Verdades e Mitos. Edição 211, de 12-03-2007, disponível em http://bit.ly/ihuon211;
- Pampa. Silencioso e desconhecido. Edição 190, de 07-08-2006, disponível em http://bit.ly/ihuon190;
- Floresta de Araucária: uma teia ecológica complexa. Edição 183, de 05-06-2006, disponível em http://bit.ly/ihuon183;
- A vingança de Gaia. Mudanças climáticas e a vulnerabilidade do Planeta. Edição 171, de 13-03-2006, disponível em http://bit.ly/ihuon171.

Tema de Capa

Destaques da Semana

IHU em Revista

Destaques On-Line

Entrevistas especiais feitas pela **IHU On-Line** no período de 18-08-2014 a 22-08-2014, disponíveis nas **Entrevistas do Dia** do site do IHU (www.ihu.unisinos.br).

Desenvolvimento econômico x crise ambiental: a superação da dicotomia e a expectativa de sair da inércia

Entrevista com Sérgio Besserman Vianna, economista e autor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ Publicada no dia 22-08-2014 Acesse o link http://bit.ly/ihu220814

"A dicotomia meio ambiente de um lado, e crescimento econômico, combate à pobreza, combate à desigualdade do outro é anacrônica, é algo para ficar no século passado", pontua o economista Sérgio Besserman Vianna. Segundo ele, neste século está "cada vez mais claro que só poderemos ter perspectivas de crescimento econômico se formos capazes de evitar a continuidade da degradação da natureza do planeta". O economista enfatiza que as incertezas acerca de como a "humanidade vai reagir principalmente frente às mudanças climáticas" está "paralisando investimentos" e dificultando o cálculo da taxa de retorno de projetos de longo prazo.

As hidrelétricas e o processo de intervenção na Amazônia

Entrevista com André Villas-Bôas, coordenador do Instituto Socioambiental – ISA Publicada no dia 21-08-2014 Acesse o link http://bit.ly/ihu210814

"Qual modelo de desenvolvimento e ocupação que nós queremos na Amazônia? A construção das hidrelétricas que estão sendo feitas corresponde ao modelo que se deseja?", questiona André Villas-Bôas em entrevista à IHU On-Line. Na avaliação dele, é um equívoco "achar que as hidrelétricas não são uma força de atração de um conjunto de investimentos que acabam modelando a forma que estamos ocupando a Amazônia". Entre os

empreendimentos questionados na Amazônia, Villas-Bôas destaca a construção da hidrelétrica de Belo Monte, que está com 50% das obras concluídas, e a hidrelétrica de Tapajós, que ainda está no projeto. Diante do processo de deliberação acerca desses empreendimentos, o indigenista chama a atenção para a necessidade de que a Convenção 169 da OIT seja vista como "uma oportunidade para se entender amiúde quais as preocupações dos povos indígenas em relação aos impactos desses empreendimentos sobre eles", já que a consulta pública não tem o poder de interferir nas decisões políticas.

Porto Alegre. Com pequenas e grandes obras, a cidade é um lugar de disputa permanente

Entrevista com Lucimar Siqueira, geógrafa, integrante da equipe do Observatório das Metrópoles Núcleo Porto Alegre Publicada no dia 20-08-2014 Acesse o link http://bit.ly/ihuon200814

A avaliação da organização espacial das cidades e das mudanças urbanas que estão acontecendo "passa por compreender as articulações entre um conjunto de ações promovidas pelo setor imobiliário, planos e programas tanto de caráter nacional quanto municipal, e ações do Executivo e do Legislativo", frisa a geógrafa Lucimar Siqueira. Integrante do núcleo gaúcho do Observatório das Metrópoles, a pesquisadora acompanha as principais transformações em relação à moradia e à infraestrutura na cidade de Porto Alegre, as quais estão diretamente relacionadas ao Programa Minha Casa, Minha Vida, ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Segundo ela, mais de 50 mil famílias que residem na capital gaúcha, com renda de até três salários mínimos, estão cadastradas no Programa Minha Casa, Minha Vida, o qual ainda apresenta problemas em relação à localização.

Uma violência invisível

Entrevista com Jacqueline Pitanguy, socióloga e ex-professora da PUC-Rio Publicada no dia 19-08-2014 Acesse o link http://bit.ly/ihu190814

Os dados do Instituto de Segurança Pública - ISP do Rio de Janeiro demonstram que o número de estupros contra mulheres vem crescendo exponencialmente desde 2008, ao menos no estado carioca. Contudo, as informações podem ser interpretadas de outra maneira, como adverte a socióloga Jacqueline Pitanguy: "Quando temos um número crescente de registros de violência, não necessariamente é porque a violência está aumentando; tem de se considerar também que é porque as mulheres estão registrando, estão rompendo aquele muro de silêncio". Na entrevista concedida à IHU On-Line, ela enfatiza os limites das estatísticas que registram casos de violência contra a mulher e assinala a necessidade de haver pesquisas nacionais recorrentes, que permitam comparações de casos e a elaboração de um panorama sobre a violência contra as mulheres, já que "estatísticas nacionais, com séries históricas, não existem".

Biogás como solução para os resíduos sólidos

Entrevista com Joachim Werner Zang, doutor em Ciências Naturais e professor de Química Tecnológica e do Mestrado em Tecnologias de Processos Sustentáveis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG Publicada no dia 18-08-2014 Acesse o link http://bit.ly/ihu180814

Apesar do potencial energético para produzir biogás, o Brasil ainda investe pouco nesta fonte energética. Os motivos são claros: "o desconhecimento da tecnologia e a falta de necessidade", já que 70% da energia produzida no país é oriunda de hidrelétricas, explica o pesquisador. Zang esclarece que o biogás, implantado na Alemanha há 20 anos, seria uma solução adequada não só como fonte de energia, mas para resolver outro problema ambiental brasileiro: a quantidade de lixo produzido e mal armazenado. Ele menciona que, segundo o Ministério do Meio Ambiente, "o país produz mais ou menos 300 milhões de toneladas de resíduos da agroindústria por ano e cem milhões de toneladas de lixo orgânico domiciliar". Esse total de 400 milhões de toneladas de resíduos orgânicos, assinala, "poderia ser aproveitado, desde que separado devidamente de outros materiais".

Acesse o Twitter do IHU em twitter.com/ ihu você possul uma conta? **Entrar** > Tweets Seguindo Sequidores Favoritos Listas Siga IHU Nome completo E-mail 55.648 728 6,366 ₩ Seguir Senha Tweets IHU @ lhu Beneficiários do Bolsa Família no Vale do Sinos permanecem na linha da pobreza extrema bit.ly/ZuJuo3 IHU @ Ihu O mundo financeiro, altamente instável e fascinante bit.ly/Zs3iJu #blogihu IHU @ thu Tráfico de pessoas. A forma contemporânea de escravidão humana Ver todas as fotos e videos bit.ly/117SEJF

Dossiê Vargas

A reinvenção da Era Vargas e o desenvolvimento nacional

Para Carlos Lessa, ao longo das últimas décadas o Brasil abriu mão de um projeto de país e não colocou nada em seu lugar, apostando no fornecimento de *commodities* à economia global

POR RICARDO MACHADO

Era Vargas mostra que é possível um país que era praticamente um cafezal se transformar na sétima economia industrial do mundo. Depois de termos ocupado essa posição, não devemos abrir mão do sonho industrial e combiná-lo melhor com a observância dos direitos civis, da confiabilidade democrática, fortalecimento dos institutos federativos", aponta o professor doutor Carlos Lessa, em entrevista por telefone à IHU On-Line. "Se não formos capazes de fazer essas coisas, estamos jogando fora a Era Vargas, como se jogássemos a água suja da bacia com o bebê dentro", complementa.

Na opinião de Carlos Lessa, um modo produtivo de pensar a história do Brasil desde o século XX é abordá-la a partir de três paradigmas: com Vargas, contra Vargas ou sem Vargas. "Durante 50 anos o Brasil apostou na industrialização para sair da periferia do mundo e, mais do que isso, para integrar as reformas sociais. Tais reformas começaram com a Consolidação das Leis do Trabalho, a ideia de empresariado nacional, a criação de protagonistas ligados à modernização e, também, uma tentativa de olhar para o futuro", destaca Lessa.

Ao longo das últimas seis décadas, a chamada Era Vargas foi sistematicamente sendo

deixada de lado, por diversas razões, inclusive por uma esperança de pujança nacional que viria com a redemocratização do país, após o regime militar. "Eu, como tantos outros que fizeram oposição ao regime, praticava a seguinte simplificação: todos os problemas do Brasil derivavam do governo militar e a democracia seria uma panaceia que resolveria tudo. Mas a realidade é que a democracia foi só simbolicamente conquistada. A democracia não foi discutida nas suas características e experiências passadas com a cultura do Brasil", sustenta o entrevistado. "Nós temos de olhar para dentro de nós e buscar referências importantes para pensar nossa história, e uma delas é Getúlio Vargas. Isso não significa que vai se repetir o que Getúlio fez, a história só se repete como farsa, mas não é possível desconhecê-la", argumenta.

Carlos Lessa é formado em Ciências Econômicas pela antiga Universidade do Brasil e doutor em Ciências Humanas pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas — Unicamp. Em 2002, foi reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ e, em 2003, assumiu a presidência do BNDES.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual foi o projeto de Brasil implantado por Getúlio Vargas na primeira metade do século XX?

Carlos Lessa — Para responder a essa pergunta é preciso retroceder aos grupos republicanos paulistas e gaúchos antes da Proclamação da República. Porque os clubes gaúchos defenderam certas teses que são extremamente relevantes na visão de um projeto de Brasil, entre elas o abolicionismo, tendo esses clubes no Rio Grande do Sul estimulado a adesão voluntária dos gaúchos a esta postura. Antes mesmo da abolição, o estado havia reduzido significativamente

o número de escravos. Esses clubes do sul condenavam, digamos assim, discretamente o Clube Revolucionário Paulista porque ele não se comprometeu, em Itu, com o ideal abolicionista. A ideia de construir um Brasil mais justo impregnou o movimento republicano no RS e gerou a assimilação rá-

pida do que eu chamo de positivismo ibérico nas Américas. As raízes positivistas mais importantes no continente foram México, Brasil e Argentina. No Brasil, certamente, a mais importante presença foi no Rio Grande do Sul. Isso tudo dentro de uma perspectiva positivista que acreditava que era possível o progresso econômico e social desde que a razão prevalecesse. O positivismo gaúcho foi extremamente bem-sucedido do ponto de vista político, dando origem, inclusive, a Borges de Medeiros¹, que foi eleito governador do RS por cinco vezes.

Vargas começou sua vida pública como estudante de Direito, e como estudante de Direito foi encarregado por seus colegas para saudar Afonso Pena², eleito presidente da República, na visita que havia feito ao RS. No discurso de saudação que Vargas proferiu, em 1906, ele diz uma coisa muito interessante e importante: "O Brasil não deveria exportar minério de ferro. O Brasil não deveria importar enxadas. O Brasil deveria produzir enxadas com seu próprio minério de ferro". Ele usou o termo "enxadas" porque na época a ideia da mecanização ainda estava muito incipiente. A ideia defendida por Vargas é que o Brasil não deveria ser uma economia primário-exportadora, mas sim industrializada. Os pensamentos iniciados e ensaiados nesse período permitiram o embrião de aspectos relacionados ao trabalho, ao planejamento e, também, a uma visão muito encorajadora da ideia de educação. Essas são visões presentes nas discussões gaúchas, que Vargas conhecia e apoiava. Inclusive a primeira empresa estatal comprometida com o desenvolvimento nacional é a Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Industrialização

Getúlio Vargas estava impregnado de uma visão positiva do Brasil no futuro. A maturidade dessa reflexão pode ser percebida por outras pessoas que faziam parte do círculo, entre elas João Neves da Fontoura³, que, ao amarrar simbolicamente seu tordilho no obelisco central da Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, faz o seguinte discurso: "O Brasil só poderia ser totalmente soberano quando fizesse as máguinas que fazem máguinas". Esta é uma ideia avançadíssima da industrialização e que foi feito por alguém que, simbolicamente, chegou a cavalo. A ideia da industrialização está profundamente sedimentada na cabeca de Getúlio e avançar na industrialização é indispensável para remover obstáculos - pensamentos que estão presentes na administração de Vargas nos anos 1930. Isso se reflete nos primeiros grandes atos da sua gestão, que são o Código Nacional de Mineração e o Código Nacional de Águas e Energia. Esses eram dois instrumentos decisivos para que o Brasil retirasse de concessionários, que estavam em cima das riquezas do Brasil, os recursos necessários para o desenvolvimento econômico. Essa ideia está absolutamente clara na cabeca de Vargas e de seus companheiros, que começam o trabalho inovando a administração pública nos anos 1930, logo depois da revolução. Antes, porém, nos anos 1920, há um processo de redescoberta do Brasil do ponto de vista da identidade nacional, conhecido por muitos nomes, desde a Semana de Arte Moderna⁴ até o Movimento Antropofágico. Tais ideias impregnaram Getúlio, que chamou nomes importantes desse movimento para fazer parte de seu governo. O sonho brasileiro dele era pensado ensaisticamente nas instituições gaúchas, antes da República Velha⁵, e tinha uma enorme vontade de pensar a identidade nacional em sua plenitude. Isso é importante porque explica o projeto de Vargas para o Brasil.

Periferia do mundo

Na visão de Getúlio, o país precisava se industrializar e urbanizar. Essa perspectiva fica impregnada durante 50 anos na história brasileira. Gosto de pensar a partir da seguinte lógica: com Vargas, contra Vargas, sem Vargas. Ou seja, durante 50 anos o Brasil apostou na industrialização para sair da periferia do mundo e, mais do que isso, para integrar as reformas sociais. Tais reformas começaram com

4 Semana de Arte Moderna: também chamada de Semana de 1922, ocorreu em São Paulo nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro daquele ano, no Teatro Municipal. Representou uma verdadeira renovação de linguagem, na busca de experimentação, na liberdade criadora da ruptura com o passado e até corporal, pois a arte passou então da vanguarda para o modernismo. Participaram da Semana nomes consagrados do modernismo brasileiro, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Víctor Brecheret, Plínio Salgado, Anita Malfatti, Menotti Del Pichia, Guilherme de Almeida, Sérgio Milliet, Heitor Villa--Lobos, Tarsila do Amaral, Tácito de Almeida, Di Cavalcanti entre outros. (Nota da IHU On-Line)

5 Primeira República Brasileira (também conhecida como República Velha - em oposição à República Nova, período posterior, iniciado com o governo de Getúlio Vargas): foi o período da história do Brasil que se estendeu da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, até a Revolução de 1930 que depôs o 13° e último presidente da Primeira República, Washington Luís. Nesse período o Brasil foi nomeado de Estados Unidos do Brasil. o mesmo nome da constituição de 1891, também promulgada nesse período. Este período é dividido pelos historiadores em dois momentos: República da Espada - dominado pelos setores mobilizados do Exército apoiados pelos republicanos; e República Oligárquica, caracterizada pelas oligarquias dominantes compostas por forças políticas republicanas de São Paulo e Minas Gerais, que se revezavam na presidência. Este último período também é conhecido como política do café com leite, em razão da importância econômica da produção de café paulista e de leite mineiro para a economia brasileira da época. (Nota da IHU On-Line)

³ João Neves da Fontoura (1887-1963): foi um advogado, diplomata, jornalista, político e escritor brasileiro. Além disso, foi deputado federal, Ministro das Relações Exteriores durante os governos de Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra, embaixador do Brasil em Portugal entre 1943 e 1945, membro da Academia Brasileira de Letras e membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa. Recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Columbia e a Ordem do Congresso Nacional. Faleceu em 1963 no Rio de Janeiro, aos 75 anos de idade. (Nota da IHU On-Line)

¹ Borges de Medeiros (1863-1961): político gaúcho. Foi presidente do estado do Rio Grande do Sul, indicado por Júlio de Castilhos, e procurou dar continuidade ao projeto político do castilhismo, do qual foi um dos maiores representantes e fiel executor do positivismo. Manteve-se no poder de 1898 até 1928 e sua única interrupção como governante ocorreu no quinquênio de 1908-1913. Sobre Borges de Medeiros, confira a edição 14 dos Cadernos IHU ideias, intitulado Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS, de autoria de Gunter Axt, ano 2003. (Nota da IHU On-Line)

² Afonso Augusto Moreira Pena (1847-1909): foi um político brasileiro membro do Partido Republicano Mineiro eleito deputado federal, governador do estado de Minas Gerais, vice-presidente e presidente do Brasil entre 15 de novembro de 1906 e 14 de junho de 1909, data de seu falecimento. Antes da carreira política, foi advogado e jurista. (Nota da IHU On-Line)

a Consolidação das Leis do Trabalho,6 a ideia de empresariado nacional, a criação de protagonistas ligados à modernização e, também, uma tentativa de olhar para o futuro. Levando em conta todos esses aspectos é que podemos interpretar as manobras políticas que Vargas fez. Havia uma enorme suspeita do positivismo gaúcho de que a elite paulista era contrária ao desenvolvimento industrial brasileiro. Apesar de ter salvado São Paulo, com a defesa do café, Getúlio não tinha nenhum carinho especial pelo estado paulista, ainda que também não tivesse horror. O fato é que como presidente não podia permitir que o café quebrasse, pois o país também quebraria. Do ponto de vista de política econômica, ele fez o correto: salvou a economia do café e colocou-a sob tutela do Estado brasileiro. Assumindo a visão que vem do positivismo ibérico, é necessário que uma elite modernizadora comande o país, porque as elites tradicionais não são modernizadoras, o que se trata da perspectiva política central de Vargas. Do ponto de recrutamento de adesões isso foi muito interessante, pois ele construiu um governo que lançou mão dos tenentes, oficiais que tinham uma visão de futuro do Brasil com espectro muito amplo, que ia desde Luís Carlos Prestes⁷

até Juarez Távora⁸, que não tinham um denominador comum e, por isso, Vargas optou por afastar da direção as elites tradicionais que não queriam que o país se desenvolvesse. Tal visão influenciou os intelectuais da periferia brasileira, e a gestão de Vargas recrutou Celso Furtado⁹, Ignácio Rangel¹⁰,

que congregava tenentes, socialistas e comunistas descontentes com o Governo Vargas. Organiza a Intentona Comunista, com uma insurreição eclodindo em quartéis do exército de Natal, Recife e Rio de Janeiro (então Distrito Federal). O movimento é debelado por Vargas, que desencadeia um processo de repressão e prisões. Em marco de 1936, Prestes é preso e perde a patente de capitão. Sua companheira Olga Benário, grávida, é deportada para a Alemanha. Com o fim do Estado Novo, Prestes recebe a anistia e retorna à clandestinidade. Mais tarde, é eleito senador pela Guanabara, cumprindo mandato entre 1946 e 1948. Em 1950, conhece sua segunda companheira. a pernambucana Maria, mãe de dois meninos. Juntos, teriam outros sete filhos. Com o golpe de 1964, Prestes tem seus direitos de cidadão novamente revogados. Exila-se na União Soviética no final dos anos 1960, regressando ao Brasil com a Anistia de 1979. (Nota da IHU On-Line) 8 Juarez do Nascimento Fernandes Távora: foi um militar e político brasileiro, que na Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro e tornou-se aspirante em 1919. Em 1924 participa do movimento revolucionário paulista contra o Presidente Arthur Bernardes. Em 1926 integra-se à Coluna Prestes, onde é preso em combate e libertado no governo de Washington Luís. Comanda as forcas nordestinas que apoiam Getúlio Vargas em 1930 e ganha o apelido de Vice-Rei do Norte, participa da repressão à Revolução Constitucionalista de 1932. Durante a Era Vargas foi ministro da Agricultura. Foi ministro dos Transportes nos governos de Getúlio Vargas. Como coronel, na década de 1940, foi adido militar no Chile. Anos mais tarde rompe com Vargas e envolve-se nas conspirações que levam à deposição do ditador em 1945. (Nota da IHU On-Line)

9 Celso Furtado (1920-2004): economista brasileiro, membro do corpo permanente de economistas da ONU. Foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e membro da Academia Brasileira de Letras. Algumas de suas obras são A economia brasileira (1954) e Formação econômica do Brasil (1959). Confira a edição 155 da IHU On-Line que aborda a obra de Furtado, disponível em http://migre.me/BhSp. (Nota da IHU On-Line)

10 Ignácio Rangel Mourão (1914-1994): foi um economista brasileiro. Ocupou a cadeira nº 26 da Academia Maranhense de Letras. Foi um dos mais profícuos analistas do desenvolvimento econômico brasileiro, segundo o economista Bresser Pereira e o geógrafo Elias Jabbour, ambos professores da USP. (Nota da IHU On-Line)

Cleanto de Paiva Leite¹¹ e Soares Pereira¹². Isso era uma coisa impressionante. Enquanto ele era presidente, buscou, inclusive de São Paulo, os setores que apostavam no desenvolvimento, por isso chamou o José Maria Whitaker¹³ para ser ministro da Fazenda, e também o Roberto Simonsen¹⁴, que era o campeão da ideia da industrialização dentro do segmento empresarial.

11 Cleanto de Paiva Leite (1921-1992): em 1936, foi estudar no Recife, e comecou a trabalhar no Diário de Pernambuco. Aprovado no exame vestibular para a Faculdade de Direito do Recife, aproveitou as facilidades do curso em relação à frequência às aulas, retornando, no início da década de 1940 a João Pessoa, onde começou a trabalhar na Biblioteca Pública Estadual. Em 1951, Cleanto de Paiva Leite tornou-se representante do Brasil, no United Nations International Children's Emergency Fund (UNICEF), função que exerceria até 1954. Ainda durante o segundo governo Vargas, foi nomeado, em agosto de 1953, diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado em 1952. Licenciado entre 1956 e 1958, seria posteriormente reconduzido a esse cargo, que ocuparia até agosto de 1962. (Nota da IHU On-Line)

12 Jesus Soares Pereira (1910-1974): dos 15 aos 21 anos, trabalhou como telegrafista na capital cearense, custeando assim seus estudos. Durante esses anos de formação, aderiu ao positivismo. Em fins de 1931, mudou-se para o Rio de Janeiro. Devido à sua ligação com os positivistas, ainda em 1931 tornou-se amigo do diretor-geral do setor de administração do Ministério da Agricultura, Mário Barbosa Carneiro, que no ano seguinte assumiu interinamente as funções de ministro. Em fevereiro de 1951, no início do segundo governo constitucional de Getúlio Vargas, Soares Pereira deixou seus trabalhos na Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ) e no INP para integrar a Assessoria Econômica da Presidência da República, chefiada por Rômulo de Almeida. (Nota da IHU On-Line)

13 José Maria Whitaker (1878-1970): foi um advogado, formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e político brasileiro. Foi por duas vezes ministro da Fazenda, de 4 de novembro de 1930 a 16 de novembro de 1931, durante o governo provisório formado após a Revolução de 1930, chefiado por Getúlio Vargas, e de 12 de abril a 10 de outubro de 1955, no governo Café Filho. Foi presidente do Banco do Brasil durante o governo de Epitácio Pessoa. Em São Paulo, foi secretário estadual da Fazenda e chefe do governo provisório num breve período posterior ao golpe de Getúlio Vargas. (Nota da IHU On-Line)

14 Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948): engenheiro, empresário, político e historiador brasileiro. (Nota da IHU On-Line)

⁶ Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): Decreto-Lei 5.452 de 1° de maio de 1943 (Nota do IHU On-Line)

⁷ Luís Carlos Prestes (1898-1990): engenheiro militar e político brasileiro. Entre 1925 e 1927, liderou a Coluna Prestes, movimento político-militar que percorreu 25 mil quilômetros pelo interior do país exigindo o voto secreto e a obrigatoriedade do ensino primário a toda a população. Em 1930, ao retornar clandestinamente a Porto Alegre, tem dois encontros com Getúlio Vargas. É convidado a comandar militarmente a Revolução de 1930, mas recusa-se a apoiar o movimento, opondo-se à aliança entre os tenentistas e as oligarquias dissidentes. Em 1931, muda-se para a União Soviética a convite do país. Lá, trabalha como engenheiro e dedica-se a estudos marxistas-leninistas. Por pressão do Partido Comunista da União Soviética, é aceito como filiado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), posteriormente chamado Partido Comunista Brasileiro. Eleito membro da comissão executiva da Internacional Comunista (IC), volta como clandestino ao Brasil em dezembro de 1934, acompanhado da sua primeira esposa, a alemã Olga Benário, também membro da IC. No Brasil, Prestes se torna presidente de honra da Alianca Nacional Libertadora (ANL), de cunho antifascista e anti-imperialista e

Apoiadores

O projeto era de que o Brasil convivesse com uma agricultura tal qual ela era, enquanto deslocava a população para a cidade, que era o lócus da industrialização e que daria origem a dois grupos sociais inovadores, por definição, que eram os trabalhadores urbanos e os empresários nacionais. Os apoiadores de Vargas eram os que apostavam em uma visão de futuro, especialmente o seguimento militar, pois eles haviam ido para a Prússia para estudar a organização alemã, o desenvolvimento político, institucional e econômico, e depois os militares foram para a França para estudar. Esses tenentes estavam com Vargas e Vargas com eles. Então a modernização brasileira - industrializada e urbana - está na cabeca dele antes de ser presidente e é um norte que atravessa anos de vida do país. Tal aspecto pode ser percebido em toda a indústria, onde a batalha da Companhia Siderúrgica Nacional é um elemento-chave no controle da base dos recursos naturais, como, por exemplo, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, na campanha do petróleo, que começa em 1937, que vai desembocar na Petrobras nos anos 1950. Tinha ainda a visão de que o Brasil tinha que sair da costa para o interior, a chamada Marcha para o Oeste¹⁵, a ideia de defesa nacional com medidas, como, por exemplo, a criação dos territórios federais, período em que se consolida o Acre. Ele tinha uma imensa preocupação em proteger o país - e isso é absolutamente transparente na gestão territorial de Vargas -, como também sabia que o avanço da América Latina dependia da cooperação entre Brasil e Argentina e, por isso, faz um movimento de aproximação do Perón16.

Projeto

Em termos de política externa, Vargas faz coisas inteligentes, que vão desde negociar com a Alemanha e depois se articular com os Estados Unidos, mas mantendo a integridade nacional, sem ceder nos aspectos substantivos de seu projeto de Estado. A Era Vargas vai prosseguir de forma muito clara depois que ele se suicidou, pois os anos 1950 levam às últimas consequências os planos de Vargas. A indústria automobilística, por exemplo, Vargas tentou começar com a Safra Nacional de Motores, com o caminhão Feneme, e criou uma empresa nacional para consertar motores de aviação, pois sabia que para um país como o nosso a aviação era fundamental. A mão de Vargas está em tudo que diz respeito ao futuro brasileiro, por isso fico incomodado com a ideia transmitida sistemicamente com Fernando Henrique Cardoso¹⁷ de que a Era Vargas havia terminado, discurso dele quando presidente e que ele próprio acabou levando ao fim o projeto varguista, mas não colocou nada no lugar e hoje estamos órfãos de um projeto nacional. Aliás, não sei bem se o projeto atual é o Brasil voltar a ser periferia em um sistema mundial globalizado. Eu não gosto, absolutamente, desse caminho, mas parece ser o caminho que está colocado na atual conjuntura.

IHU On-Line – Como foi o processo político desencadeado ao longo das últimas décadas do século XX para dar fim à chamada "Era Vargas"?

Carlos Lessa — A minha interpretação, que não é livre de distorções associadas ao meu modo de pensar, é de que o Brasil adotou a democracia sem ter levado essa discussão a sério, porque só se leva a democracia para valer quando se discute a matriz autoritária brasileira. Então sai a Constituição de 1988, que é bastante avançada, ainda que tecnicamente com algumas imperfeições, mas sai o documento discutindo o que estava por trás do autoritarismo brasileiro. Na verdade, eu, como tantos outros que fizeram oposição ao regime, praticava a seguinte simplificação: todos os problemas do Brasil derivavam do governo militar e a democracia seria uma panaceia que resolveria tudo. Mas a realidade é que a democracia foi só simbolicamente conquistada. Ela não foi discutida nas suas características e experiências passadas com a cultura do Brasil. Os militares tinham se apropriado das ideias de desenvolvimento, que não fizeram, e levaram adiante a profecia de que no ano 2000 o Brasil seria uma potência mundial, sem contar o acordo militar com os Estados Unidos e o acordo nuclear com a Alemanha, tudo isso nos anos 1970. Houve uma espécie de exorcismo jogando fora tudo isso em nome de uma solução universal, que seria a democracia. Só que o processo inflacionário foi em frente, mesmo com o fim do regime militar, a economia tinha muitos problemas, e na Constituição de 1988, antes mesmo da tinta secar, o ministro do Sarney¹⁸, Maílson da Nóbrega¹⁹, dizia que o Brasil não era governável com tal Carta Magna, tanto que de lá para cá são mais de 70 emendas constitucionais, e já não sei mais qual é a Constituição brasileira. Eu admiro muito os advogados que trabalham em um universo de dúvidas colossal. Então institucionalmente estamos em uma terra em transe, porque eu duvido que um brasileiro médio consiga, atualmente, compreender a nossa Constituição.

A visão de muitas das gerações que sucederam a queda do regime militar é que a causa da democracia não funciona, mas isso não é verdade. Penso que a democracia está funcionando, claro que ainda não é perfeita, mas houve um avanço enorme, e agora percebemos também uma maior vigilância social sobre o comportamento dos homens públicos, um processo de reajuste nos padrões de comporta-

¹⁵ Marcha para o Oeste: foi criada pelo governo de Getúlio Vargas para incentivar o progresso e a ocupação do Centro-Oeste, que organizou um plano para que as pessoas migrassem para o centro do Brasil, onde havia muitas terras desocupadas. Esse movimento ficou conhecido como Marcha para o Oeste. (Nota da IHU On-Line)

¹⁶ Juan Domingo Perón (1895-1974): foi um militar e político argentino, presidente de seu país de 1946 a 1955 e de 1973 a 1974. (Nota da IHU On-Line)

¹⁷ Fernando Henrique Cardoso (1931): sociólogo, cientista político, professor universitário e político brasileiro. Foi o 34º Presidente do Brasil, por dois mandatos consecutivos. Conhecido como FHC, ganhou notoriedade como ministro da Fazenda (1993-1994) com a instauração do Plano Real para combate à inflação. (Nota da IHU On-Line)

¹⁸ José Sarney [José Sarney de Araújo Costa] (1930): político brasileiro, 31° presidente do Brasil (1985-1990). Atuou como governador do Maranhão e foi presidente do Senado Federal por quatro vezes. Em seu último mandato foi sucedido em 2012 pelo senador Renan Calheiros. (Nota da IHU On-Line)

¹⁹ Maílson Ferreira da Nóbrega (1942): é um economista brasileiro. Foi ministro da Fazenda no governo de José Sarney, durante o período de hiperinflação em fins dos anos 1980. (Nota da IHU On-Line)

mento político brasileiro. Entretanto, não temos ainda um projeto nacional, então a era Vargas foi tratada com desprezo pelas pessoas vinculadas à globalização, que arrebentaram o planejamento brasileiro, privatizaram boa parte das empresas públicas, fizeram um processo de concessões esquisito, terminaram, inclusive, leiloando Libras, ²⁰ que é o futuro brasileiro em matéria energética. Eu vejo isso com muita preocupação porque há a falta de um projeto de país.

IHU On-Line – Como surgiu a impressão de que a "Era Vargas" havia sido superada?

Carlos Lessa – Esse foi o discurso do Fernando Henrique e de todos a favor da globalização. Esse é também o discurso de todos que dizem que o Brasil será o celeiro do mundo, e o país é primário exportador de soja, de café, de proteína branca, proteína vermelha, minério de ferro e assim por diante. Trata-se de uma ideia de que o Brasil pode se tornar uma sociedade desenvolvida por meio dessas coisas, o que não é verdade.

O fato é que as pesquisas indicam que houve, realmente, um avanço enorme nas taxas de emprego depois do ano 2000. Isso é formidável, como também a consistência de um aumento real do salário mínimo, poder de compra, o que gerou um efeito daquilo que se chama a nova classe média, cujo termo não me agrada, ainda que considere importante a incorporação ao consumo e à vida material de milhões de famílias. Entretanto, o que não é positivo é a criação muito baixa de empregos de qualidade. A ausência de garantias para os padrões de vida que foram obtidos nos últimos anos, tais como praticar a melhoria da distribuição de renda a partir de uma situação econômica internacional a qual o Brasil viveu e que é extremamente favorável, ou seja, o boom das matérias-primas e dos alimentos.

IHU On-Line – É possível compreender a ascensão de Lula e seu

forte apelo popular sem compreender Getúlio Vargas?

Carlos Lessa - Aparentemente, o Lula, antes de ser presidente, falava mal da Era Vargas e chamava a CLT de AI-5 dos trabalhadores, nas palavras do próprio Lula. Inclusive ele se colocava como inovador popular brasileiro e é verdade que quando ele se elegeu ganhou um capital político enorme, mas suas inovações foram muito tímidas, além disso, ele não fez nenhum movimento para se apropriar da lenda de Getúlio, ao contrário, é um discurso paulista contra o Vargas. Na minha opinião ele continuou a demolição da Era Vargas em um ritmo mais lento, e não há nada mais simbólico que o Leilão do Campo de Petróleo de Libras. Para fins de explicação simplificada, o Brasil foi uma república de empreiteiros e agora é um império de banqueiros, por culpa das administrações passadas. Aliás, se o Lula pode ser corretamente valorizado e aplaudido pela política de salário mínimo, ele também fez a política que fez surgir Eike Batista²¹, uma invenção petista.

IHU On-Line – O que país deixou de aprender com Vargas e quais são as possíveis consequências da ausência de um claro projeto de Estado para o Brasil a longo prazo?

Carlos Lessa — O Brasil pensa muito pouco sua história, e nisso somos radicalmente diferente dos chineses. Não penso que devemos mergulhar na história para exaltá-la, mas para entender o presente e olhar para o futuro. É extremamente importante que se recupere a Era Vargas e que se pergunte, diante dos tempos atuais, o que do projeto Vargas deve ser preservado e modificado. Ou seja, esse é o pensamento que o chinês faz sobre a vida na China. No Rio de Janeiro,

eu tenho uma empresa pequena que fica perto de uma comunidade pobre onde foi instalada uma Unidade de Polícia Pacificadora — UPP, e essa força de defesa começou a vigiar essa comunidade. Vez por outra, os militares passavam na minha empresa para usar o banheiro ou tomar água, e conversando com um sargento eu comentei sobre o Getúlio Vargas e ele não sabia quem era. A imagem de Vargas é evanescente.

IHU On-Line – A ausência de um projeto claro de país gera que tipo de dependência?

Carlos Lessa – Vargas fez um acordo político que era mais ou menos o seguinte: não mexo no campo e crio as cidades com o empresariado e o operariado. No contexto atual a pergunta é a seguinte: o Brasil pode parar de desenvolver as forças produtivas? Não vejo como. Porque apesar de termos gerado muitos empregos, o que é ótimo, metade desses cargos tem salários abaixo de mil reais por mês. Além disso, estamos com lacunas enormes em saúde, educação, habitação, segurança, ou seja, temos ainda que expandir muito as condições gerais de nossa população, o que não é possível sem desenvolver as forças produtivas. Vivemos muito a dependência de se a economia chinesa vai ou não puxar a economia mundial. A Europa não é capaz de puxar a economia mundial, os Estados Unidos estão se segurando com modéstia. Estamos vivendo tempos muito difíceis do ponto de vista das tendências econômicas mundiais. Vivemos, também, tempos duvidosos em termos geopolíticos. Nós temos de olhar para dentro de nós e buscar referências importantes para pensar nossa história, e uma delas é Getúlio Vargas. Isso não significa que vai se repetir o que Getúlio fez, a história só se repete como farsa, mas não é possível desconhecê-la. Penso que Fernando Henrique expressando a aristocracia paulista decretou uma espécie de maldição de que teríamos de acabar com a história brasileira.

IHU On-Line – Como explicar a contradição de Vargas, principalmente em sua primeira fase como presidente, de usar um regime ditatorial para defender seu projeto de Estado

²⁰ Campo de Libra: integrando as bacias de petróleo da chamada Camada do Pré-Sal, o Campo de Libra é uma área onde devem ser produzidos entre 8 e 12 bi-lhões de barris de petróleo nos próximos 35 anos. (Nota da IHU On-Line)

²¹ Eike Fuhrken Batista (1956): empresário brasileiro com atuação em diversos setores, em especial petróleo, logística, energia, mineração, indústria naval e carvão mineral. É presidente do Grupo EBX, formado por seis companhias listadas no Novo Mercado da Bovespa, segmento com os mais elevados padrões de governança corporativa. Segundo a Forbes, Eike Batista foi o homem mais rico da América do Sul, possuindo, em 2012, uma fortuna avaliada de 30 bilhões de reais. Atualmente suas empresas estão em processo de falência, e sua fortuna passou para cerca de 70 milhões de reais. (Nota da IHU On-Line)

e os trabalhadores, mas ter ignorado preceitos dos Direitos Humanos?

Carlos Lessa - Eu não sei se Vargas ignorou tanto assim os Direitos Humanos, porque, afinal, tais direitos não eram respeitados na República Ve-Iha. A ideia da ditadura de Vargas é um pouco complicada, pois o positivismo gaúcho-ibérico estabelecia que o governo poderia ser exercido pela mesma pessoa em muitos períodos, mas com o tempo deveria haver um enorme controle sobre essa pessoa. Vargas se projetou nessa visão positivista e entendeu que para controlar as elites que dominavam o país e substituí-las por uma nova elite precisava fazer isso mediante um governo forte. O que seus adversários políticos fizeram foi carimbar essa postura como ditatorial. Entretanto, havia, sim, violência política no período Vargas, mas isso não é uma prática inaugurada por ele, pois existia na República Velha. Não acho que ele seja um modelo para a defesa dos direitos civis, mas nos direitos sociais ele deu um passo gigantesco à frente, com a Consolidação das Leis do Trabalho, logo no começo do seu governo. Penso que chamá-lo de ditador é um equívoco; ele foi, sem dúvida, um governo forte. Monitorava toda a organização política, tanto que introduziu dois partidos: o Partido Traba-Ihista Brasileiro – PTB e o Partido Social Democrático - PSD. Para demonstrar o prestígio que tinha, elegeu-se senador e deputado com uma vantagem enorme e depois foi para São Borja, em um exílio interno dentro do próprio país. Foi, reitero, um governo forte, mas ditador no sentido pior da palavra eu não gosto de aplicar a ele.

IHU On-Line – Que outros projetos de nação surgiram no Brasil nesses quase 60 anos da morte de Getúlio Vargas?

Carlos Lessa — Não sei se surgiu outro projeto, mas o que houve, aparentemente, foi uma adesão brasileira entusiástica à globalização. Houve uma redução da visão de nosso futuro, porque estamos querendo ser celeiro, fornecedores de suprimentos para o mundo. Aliás, não tenho nada contra o Brasil exportar alimentos, mas colocar o comando da política a serviço disso como um sonho nacional é um erro. Na minha perspectiva,

nós saímos de um projeto nacional, a Era Vargas, e fizemos um esforço de demolição das instituições criadas por ele, visível nas emendas constitucionais que foram desmantelando peças fundamentais do aparelho de Estado, e não colocamos nada no lugar. Não acho que haja um projeto, apenas um anseio de "ir a Miami fazer compra" [sic] e absorver essa modernidade pela sua dimensão de consumo, e não pela dimensão de desenvolvimento e capacidade de sustentação dos padrões já alcançados.

Nós dissolvemos a visão de Vargas e não colocamos nada no lugar, mas devemos colocar em breve, porque a ideia de que o mercado é capaz de produzir o paraíso já está desmoralizada mundialmente. O que aconteceu agora é um restabelecimento de linhas geopolíticas extremamente engessantes. O Brasil faz parte dos Brics²², mas três dos países integrantes dos Brics têm submarino nuclear e bomba atômica e nós não temos nada, tampouco uma polícia de fronteira eficiente. Estamos diminuindo os investimentos de soberania nacional, e por isso não vejo nosso país no grupo. Penso que é uma expressão politicamente conveniente, astuta, para fazer um jogo de figurações, mas não se trata de nenhum projeto, pois continuamos fazendo parte da periferia do mundo. O projeto que o país deveria levar à frente com o máximo de intensidade é a União Sul-Americana²³, que tem uma dificuldade imensa de articulação porque o

22 Brics: em economia, Brics é um acrônimo que se refere aos países membros fundadores: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Juntos formam um grupo político de cooperação. Os membros estão todos em um estágio similar de mercado emergente, devido ao seu desenvolvimento econômico. Apesar do grupo ainda não ser um bloco econômico ou uma associação de comércio formal, como no caso da União Europeia, existem fortes indicadores de que os cinco países têm procurado formar uma aliança, e assim converter seu crescente poder econômico em uma maior influência geopolítica. Desde 2009, os líderes do grupo realizam cúpulas anuais. (Nota da IHU On-Line) 23 União de Nações Sul-Americanas ou Unasul: é uma organização intergovernamental composta pelos doze Estados da América do Sul. Foi fundada dentro dos ideais de integração sul-americana multissetorial, conjugando as duas uniões aduaneiras regionais: o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Comunidade Andina de Nações (CAN). (Nota da IHU On-Line)

Brasil é tão grande e os outros países são tão pequenos, fazendo com que sejamos olhados com suspeição.

IHU On-Line – Qual o grande legado de Getúlio Vargas para a política nacional brasileira? Qual a lição política daquele que foi um dos maiores nomes do país no século XX?

Carlos Lessa - A Era Vargas mostra que é possível um país que era praticamente um cafezal se transformar na sétima economia industrial do mundo. Depois de termos ocupado essa posição não devemos abrir mão do sonho industrial e combiná-lo melhor com a observância dos direitos civis, da confiabilidade democrática, fortalecimento dos institutos federativos, etc. Se não formos capazes de fazer essas coisas estamos jogando fora a Era Vargas, como se jogássemos a água suja da bacia com o bebê dentro. Temos que pensar a Era Vargas no que ela é fundamental para construirmos o futuro brasileiro.

Leia mais...

- Brasil: Impossível pensar o futuro sem discutir a geopolítica mundial.
 Entrevista especial com Carlos Lessa publicada na Notícias do Dia, de 28-07-2014, disponível em http://bit. ly/ihu280714;
- Pré-sal brasileiro é ouro em pó. Entrevista especial com Carlos Lessa de 21-10-2013, disponível http:// bit.ly/ihu211013;
- Transparência e responsabilidade na governança corporativa. Entrevista com Carlos Lessa, publicada na edição 421 de 04-06-2013, disponível em http://bit.ly/ihuon421;
- Perfil: Carlos Lessa. Entrevista sobre a trajetória de Carlos Lessa publicada na edição 344, de 21-09-2010, disponível em http://bit. ly/1mHMyKj;
- Estado atrofiado e capital globalizado. Entrevista especial com Carlos Lessa, de 20-03-2010, disponível em http://bit.ly/ihu200310;
- "O mercado realiza a globalização dos infernos". Entrevista especial com Carlos Lessa, de 31-05-2009, disponível em http://bit.ly/ ihu31052009;
- "O Brasil já foi atingido pela crise". Entrevista especial com Carlos Lessa, de 05-10-2008, disponível em http://bit.ly/ihu05102008.

Dossiê Vargas

Os "Brasis" da década de 1920 e a chegada de Vargas ao poder

A professora e pesquisadora Marieta de Moraes Ferreira comenta a emergência de Getúlio Vargas a partir das agitações políticas da década que antecedeu sua ascensão presidencial

POR RICARDO MACHADO

Semana de Arte Moderna, coluna de insurgentes, antropofagismo. O Brasil que engoliu a si próprio nos anos 1920 fez emergir, na década de 1930, um sujeito que acreditava na industrialização e em um controle mais rígido das federações para o país deixar de ser uma sociedade agrária e predominantemente oligárquica para se transformar em um Estado. A insatisfação política e as demandas que emergiam na década de 1920 foram capitaneadas e levadas a cabo por Getúlio Vargas. "Temos a reação republicana que começa no final de 1921, depois a criação do Partido Comunista, a Semana de Arte Moderna e o Movimento Tenentista no meio do ano. Todos esses eventos são indicativos de que novos ventos estavam soprando e que havia, por parte de diversos segmentos, demandas por mudanças, e a própria cisão das oligarquias permitia a vazão dessas vozes que veiculavam ideias e projetos diferentes", explica Marieta de Moraes Ferreira, em entrevista por telefone à IHU On-Line.

Quando Vargas assume o poder, no governo provisório, entre 1930 e 1934, com a elaboração da nova constituição, as forças heterogêneas que o acompanhavam desde sua chegada ao poder tornam-se oposição. "(...) Vai havendo uma depuração, e muitas vozes que o apoiavam passam para a oposição, porque começam a discordar dele, uma vez que, de certa maneira, a proposta da Aliança Liberal de criar um sistema político liberal vai se dissolvendo em favor de uma proposta autoritária", explica Marieta. "Os militares acreditavam que

a realização de eleições, a criação de partidos, permitiria um retorno das velhas oligarquias. Então, o projeto que vai se desenhando paulatinamente, e que Vargas é a expressão maior, é um projeto de domesticação das oligarquias; não se trata de ir contra as oligarquias, mas de diminuição do poder delas. Com isso ocorre um fortalecimento do Estado, fortalecimento do Executivo, que vai se mostrar muito em função da própria modernização e expansão do aparelho de Estado", complementa.

Marieta de Moraes Ferreira é graduada em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF, onde também fez mestrado e doutorado. Realizou pós-doutorado na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales - EHESS, em Paris. Foi, entre outras atividades, diretora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas - CPDOC/FGV, presidente da Associação Brasileira de História Oral - ABHO, além de ter sido presidente da International Oral History Association - IOHA (2000/2002). Publicou o livro Em busca da Idade do Ouro (Rio de Janeiro: UFRJ, 1994), organizou os livros Rio de Janeiro: uma cidade na História e, em parceria com Janaína Amado, Usos & abusos da História Oral (Rio de Janeiro: FGV, 2000), João Goulart: Entre a Memória e a História (Rio de Janeiro: FGV, 2006), além de outros inúmeros trabalhos na área de História Contemporânea do Brasil, História Oral e Memória e História do Rio de Janeiro.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – De que maneira o tenentismo da década de 1920 também fez emergir a chamada Era Vargas? Marieta de Moraes Ferreira – O tenentismo, ou melhor, o movimento que passou a ser chamado dessa forma posteriormente, com as revoltas dos tenentes, cuja primeira foi em 1922, no Rio de Janeiro, depois em 1924 e após com a Coluna

Prestes¹, resulta de uma insatisfação do segmento militar que se soma a demandas de outros segmentos da sociedade. Há, inclusive, uma discussão de até que ponto as revoltas dos tenentes tratavam-se de representações da classe média ou de uma vanguarda dos setores médios, reivindicando uma maior participação política. Outras teses questionam esse tipo de interpretação e chamam a atenção para as revoltas dos tenentes, que seriam corporativas e que expressariam insatisfações com relação à organização militar, às políticas de promoção e aos próprios soldos que recebiam. O que percebo, a partir de meus estudos, principalmente com relação à primeira revolta e à reação republicana, em 1922, com a disputa à Presidência da República com a candidatura de Nilo Pecanha², é o momento de dissidência política dentro das próprias oligarquias. Então, a década de 1920 expressa uma série de insatisfações e conflitos, especialmente no ano de 1922. Temos a reação republicana³, que começa no final de 1921, depois a criação do Partido Comunista⁴, a Semana de Arte Moderna⁵ e o

"Todos esses eventos são indicativos que novos ventos estavam soprando e que havia por parte de vários seguimentos demandas por mudancas"

Movimento Tenentista no meio do ano, com o 18 do Forte⁶. Todos esses eventos são indicativos de que novos ventos estavam soprando e que havia, por parte de diversos segmentos, demandas por mudanças, e a própria cisão das oligarquias permitia a vazão dessas vozes que veiculavam ideias e projetos diferentes. Nesse momento percebemos que na primeira revolta tenentista havia, em alguma medida, certa aliança entre os tenentes e setores das oligarquias, como o grupo do Nilo Peçanha, no RJ, tendo como

foco comum a insatisfação. Ainda

que tivessem interesses distintos, convergiam em alguns pontos e afinidades, no sentido de questionar a política dominante naquele momento, concretizada na aliança de Minas Gerais e São Paulo. Então a década de 1920 traz essa possibilidade de mudança, onde muitas coisas estão acontecendo do ponto de vista do crescimento industrial, do aumento da urbanização, do crescimento dos setores médios e da própria transformação da sociedade que começava a indicar uma revisão do regime federalista vigente, uma tendência maior à centralização política do poder do Estado.

IHU On-Line - Como podemos compreender a perspectiva histórica que sustenta que a chegada de Vargas ao poder em 1930 foi resultado não de uma revolução, mas de uma articulação de diversos grupos heterogêneos?

Marieta de Moraes Ferreira -Penso que o movimento de 1929, a criação da Aliança Liberal7 e as próprias eleições em 1930, com a derrota de Vargas na disputa eleitoral, que leva depois ao movimento armado, expressam uma insatisfação com aquele status quo dominante da Primeira República8, com o do-

1 Coluna Prestes: foi um movimento

chamada de Semana de 22, ocorreu em São Paulo nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro daquele ano, no Teatro Municipal. Representou uma verdadeira renovação de linguagem, na busca de experimentação, na liberdade criadora da ruptura com o passado e até corporal, pois a arte passou então da vanguarda para o modernismo. Participaram da Semana nomes consagrados do modernismo brasileiro, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Víctor Brecheret, Plínio Salgado, Anita Malfatti, Menotti Del Picchia, Guilherme de Almeida, Sérgio Milliet, Heitor Villa--Lobos, Tarsila do Amaral, Tácito de Almeida, Di Cavalcanti entre outros. (Nota da IHU On-Line)

⁶ Revolta dos 18 do Forte de Copacabana: ocorreu em 2 de julho de 1922, na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Foi a primeira revolta do movimento tenentista, no contexto da República Velha brasileira. Foi feita por 17 militares e um civil que reivindicavam o fim das oligarquias do poder. (Nota da IHU On-Line)

político-militar brasileiro existente entre 1925 e 1927 e ligado ao tenentismo de insatisfação com a República Velha, exigência do voto secreto, defesa do ensino público e a obrigatoriedade do ensino primário para toda a população. Teve como líder mais notório, que inclusive dá nome ao movimento, Luís Carlos Prestes. (Nota da IHU On-Line)

² Nilo Procópio Peçanha (1867-1924): foi um político brasileiro; assumiu a Presidência da República após o falecimento de Afonso Pena, em 14 de junho de 1909, e governou até 15 de novembro de 1910. Foi o primeiro mulato presidente do Brasil. (Nota da IHU On-Line)

³ Reação republicana: é o nome pelo qual ficou conhecida a chapa de oposição apresentada, em 1921, por alguns estados Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Distrito Federal - contra o candidato à Presidência da República apoiado por Minas Gerais e São Paulo. Em março de 1922, Arthur Bernardes seria escolhido o novo Presidente da República, que substituiria o paraibano Epitácio Pessoa, no cargo desde 1919. (Nota da IHU On-Line)

⁴ PCB (Partido Comunista Brasileiro): também conhecido como Partidão, foi fundado em 1922. Tem sua base ideológica no marxismo-leninismo. Seus símbolos são a foice e o martelo cruzados, em amarelo, sobre fundo vermelho, simbolizando a união entre os trabalhadores do campo e da cidade. (Nota da IHU On-Line)

⁵ Semana de Arte Moderna: também

⁷ Aliança Liberal: coligação oposicionista de âmbito nacional formada no início de agosto de 1929 por iniciativa de líderes políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul com o objetivo de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa, respectivamente, à Presidência e Vice-Presidência da República nas eleicões de 1º de marco de 1930. (Nota da IHU On-Line)

⁸ Primeira República Brasileira (também conhecida como República Velha - em oposição à República Nova, período posterior, iniciado com o governo de Getúlio Vargas): foi o período da história do Brasil que se estendeu da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, até a Revolução de 1930 que depôs o 13° e último presidente da Primeira República Washington Luís. Nesse período o Brasil foi nomeado de Estados Unidos do Brasil, o mesmo nome da constituição de 1891, também promulgada nesse período. Este período é dividido pelos historiadores em dois momentos: República da Espada - dominado pelos setores mobilizados do Exército apoiados pelos republicanos; e República Oligárquica, caracterizada pelas oligarquias dominantes compostas por forças políticas republicanas de São Paulo e Minas Gerais, que se revezavam na presidência. Este último período também é conhecido como política do café

mínio dos grupos oligárquicos, com determinados vícios do sistema político que inibia uma maior participação, com a problemática eleitoral e a grande margem de fraudes, sem voto secreto, sem justiça eleitoral, etc. Além disso, havia todas as questões relacionadas com a modernização do aparelho de Estado e a necessidade de uma presença maior da União na vida econômica e social. Vargas, apesar de sua candidatura na Aliança Liberal, reunia em torno de si a efervescência de muitas vozes. Quando finalmente ele assume o poder, o governo provisório, no período de 1930 a 1934, já com a elaboração da nova Constituição, vai havendo uma depuração, e muitas vozes que o apoiavam passam para a oposição, porque começam a discordar dele, uma vez que, de certa maneira, a proposta da Aliança Liberal de criar um sistema político liberal vai se dissolvendo em favor de uma proposta autoritária.

O que junta Vargas e os tenentes, nos primeiros anos da década de 1930? É justamente o projeto autoritário. Os militares acreditavam que a realização de eleições, a criação de partidos, permitiria um retorno das velhas oligarquias. Então o projeto que vai se desenhando paulatinamente, e que Vargas é a expressão maior, é um projeto de domesticação das oligarquias; não se trata de ir contra as oligarquias, mas de diminuição do poder delas. Com isso ocorre um fortalecimento do Estado, fortalecimento do Executivo, que vai se mostrar muito em função da própria modernização e expansão do aparelho de Estado. Por exemplo, a criação do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que são duas áreas fundamentais. De um lado o Ministério do Trabalho, onde vai ser implementada a legislação trabalhista, que será um elemento-chave desta nova ordem; de outro, as reformas educacionais, preocupadas em modernizar e ampliar a educação no Brasil. Há nesse projeto esta ideia de que o país precisava, para que a expansão "Os militares
acreditavam que
a realização de
eleições, a criação
de partidos,
permitiria um
retorno das velhas
oligarquias"

capitalista pudesse continuar, ter um Estado moderno, com uma máquina bem engrenada e uma presença maior na economia.

IHU On-Line – Por que a primeira fase de Getúlio Vargas no poder – do governo provisório ao Estado Novo – é melhor compreendida quando levamos em conta toda movimentação política da década de 1920?

Marieta de Moraes Ferreira -Há uma questão muito importante para compreender a década, pois durante muito tempo se teve uma ideia de que a chegada de Vargas ao poder é o marco de onde se inicia todo o processo de transformação vindouro. Entretanto, olhar para a década de 1920 é relativizar um pouco isso. Não se trata de minimizar o papel de Vargas ou o que foi feito na década de 1930, mas entender que muitas das propostas e das iniciativas que vão ser tomadas com Vargas já vêm sendo gestadas na década de 1920. Por exemplo, toda a discussão traba-Ihista é uma discussão que vem ocorrendo com a criação do Ministério do Trabalho, em 1930, e com a implementação da lei trabalhista, cujas demandas são captadas por Vargas e operacionalizadas por ele de modo que sejam eficazes. O fortalecimento do Estado é algo que já se percebe anos antes da chegada de Vargas ao poder, e percebemos várias vezes a crítica ao federalismo, a demanda por protagonismo do Estado - o texto de Oliveira Viana⁹, em 1922, O *Idealismo da Constituição* (Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1932), já critica o federalismo da Primeira República, colocando em pauta a necessidade de fortalecimento do Estado, etc. Vargas será, novamente, o personagem que vai pegar essas demandas e implementá-las na década de 1930.

IHU On-Line – Qual foi o papel da Coluna Prestes, a partir de 1925, dentro do contexto político da época? Como seu enfraquecimento nos anos 1930 abriu espaço político para Getúlio Vargas?

Marieta de Moraes Ferreira - Na minha concepção, a Coluna Prestes se dissolve antes de 1930. O movimento é resultado da confluência desses grupos de tenentes que a partir de 1924 saem pelo país, liderados por Prestes, passando por vários estados e percorrendo uma enormidade de quilômetros, no intuito de conhecer a realidade do país e promover certa conscientização da realidade brasileira da época. Porém, há um momento em que a Coluna Prestes não tem mais possibilidade de existência, ela se esgota em si mesma. Não há a possibilidade de se fazer uma revolução e virar o jogo dos grupos oligárquicos, porque existe uma recomposição depois do governo de Artur Bernardes¹⁰, quando teremos a escolha de um novo presidente da República, que vai resultar na eleição de Washington Luís¹¹, e as oligarquias que tinham

com leite, em razão da importância econômica da produção de café paulista e de leite mineiro para a economia brasileira da época. (Nota da IHU On-Line)

⁹ Oliveira Viana [Francisco José de Oliveira Viana] (1883-1951): professor, jurista, historiador e sociólogo brasileiro. Grande defensor da eugenia era contrário a vinda de imigrantes japoneses para o Brasil. Também foi membro da Academia Brasileira de Letras. Entre outras obras, Oliveira Viana é autor de Populações meridionais do Brasil (Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005). (Nota da IHU On-Line)

¹⁰ Artur da Silva Bernardes (1875-1955): advogado e político brasileiro, presidente de Minas Gerais de 1918 a 1922 e presidente do Brasil entre 15 de novembro de 1922 e 15 de novembro de 1926. Seus seguidores foram chamados de "bernardistas". (Nota da IHU On-Line)

¹¹ Washington Luís (1869-1957): Advogado, historiador e político brasileiro, décimo primeiro presidente do estado de São Paulo, décimo terceiro presidente do Brasil e último presidente da República Velha. (Nota da IHU On-Line)

cindido em 1922 já estão novamente aliadas. Como a repressão havia sido intensa, expurgando das Forças Armadas aqueles setores de maior contestação, a Coluna se dissolve e, então, Prestes e outros membros vão se exilar em países vizinhos como a Bolívia e a Argentina, quando o movimento deixa de ter relevância. A importância que ela teve foi muito mais de denúncia da realidade brasileira, de como viviam as populações do interior e também o fato de que a Coluna catapultou muito a figura de Prestes. Ele se transforma em uma grande liderança política e um grande personagem da história, mas, na verdade, não sei se isso tem relação direta com a chegada de Vargas ao poder. É claro que muitos desses membros da Coluna Prestes estarão com Getúlio em 1930 e durante o governo provisório.

IHU On-Line – Como Getúlio Vargas sobrevive ainda hoje em nossa política nacional? O que do projeto democrático de Brasil da década de 1920 até hoje não foi realizado?

Marieta de Moraes Ferreira - Em um artigo que escrevi por ocasião dos 50 anos da morte de Getúlio Vargas, intitulado Getúlio Vargas e as comemorações¹², faço um resgate do que correspondem, a cada década, as comemorações, de 1974 a 2004, pesquisando basicamente o Jornal do Brasil, pois o periódico, todos os anos, fazia matérias em torno da morte de Vargas. A partir disso conseguimos intuir porque Vargas continua sendo um personagem tão importante na memória política brasileira. É interessante ver como essa imagem se altera ao longo do tempo: em agosto de 1964, logo depois do Golpe, as comemorações e as lembranças ficam extremamente minimizadas, exatamente porque o golpe foi feito contra alguns seguidores, como Jango¹³, do em duas fases: fase parlamentarista (da posse, em janeiro de 1961, a janeiro de 1963) e fase presidencialista (de janeiro de 1963 ao golpe militar de 1964). Jango fora ainda ministro do Trabalho entre 1953 e 1954, durante o governo de Getúlio Vargas. Foi deposto pelo golpe militar do dia 1º de abril de 1964 e morreu no exílio. Confira a entrevista "Jango era um conservador reformista", com Flavio Tavares, de 19-12-2006, em http://bit.ly/ihu191206; João Goulart e um projeto de nação interrompido, com Oswaldo Munteal, de 27-08-2007, em http://bit.ly/ihu270807. Confira também as entrevistas com Lucília de Almeida Neves Delgado intitulada O Jango da memória e o Jango da História, publicada na edição 371 da IHU On--Line, de 29-08-2011, em http://bit.ly/ ihuon371 e "Dúvidas sobre a morte de Jango só aumentam", de 05-08-2013, em http://bit.ly/ihu050813. Veja ainda "João Goulart foi, antes de tudo, um herói", com Juremir Machado, de 26-08-2013, em http://bit.ly/ihu260813 e Comício da Central do Brasil: a proposta era modificar as estruturas sociais e econômicas do país, com João Vicente Goulart, de 13-03-2014, em http://bit. ly/ihu130314. (Nota da IHU On-Line) 14 Leonel de Moura Brizola (1922-2004): político brasileiro, nascido em Carazinho, no Rio Grande do Sul. Foi prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul, deputado federal pelo extinto estado da Guanabara e duas vezes governador do Rio de Janeiro. Sua influência política no Brasil durou aproximadamente 50 anos, inclusive enquanto exilado pelo Golpe de 1964, contra o qual foi um dos líderes da resistência. Por várias vezes foi candidato a presidente do Brasil, sem sucesso, e fundou um partido político, o PDT. Sobre Brizola, confira a primeira edição dos Cadernos IHU em formação intitulado Populismo e trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola, disponível em http:// bit.ly/ihuem01. Leia também a IHU On-Line intitulada Leonel de Moura Brizola

15 Tancredo de Almeida Neves (1910-1985): político brasileiro. Foi eleito presidente do Brasil por um colégio eleitoral

1922-2004, disponível em http://bit.ly/

ihuon107. (Nota da IHU On-Line)

do então Partido Social Democrático – PSD, que estava se articulando como candidato à Presidência da República –, e todos exaltam o seu papel e seu governo para destacar a importância desta herança varguista.

Depois, em 1994, novamente a presença de Getúlio fica eclipsada, pois estamos na época de Fernando Henrique¹⁶, cuja palavra de ordem foi "a Era Vargas acabou". Vivíamos um momento em que se questionava a ideia de um Estado intervencionista, de um Estado desenvolvimentista, pois se tratava de um momento da defesa das grandes privatizações de empresas estatais e públicas criadas por Vargas, e ainda tinha a flexibilização do trabalho. Todo o legado que havia sido deixado estava em causa e sugerindo uma superação. Finalmente, quando chegamos em 2004, com o governo Lula, novamente a herança de Vargas volta com grande valorização porque, de novo, busca-se valorizar as grandes empresas públicas, a permanência da legislação trabalhista. Mas qual Vargas será lembrado nesse momento? Obviamente o Vargas do segundo governo; o personagem autoritário do Governo Provisório e do Estado Novo não aparece nessas rememorações. Exalta-se o Vargas democrata, o Vargas da Petrobras, do Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES, do Conselho Nacional de Pesquisa - CNPQ, etc. Essa herança de Vargas como político modernizador do Estado brasileiro, uma das grandes figuras do nacional desenvolvimentismo, da industrialização e da legislação trabalhista é muito presente. E muitas vezes o Vargas do Estado Novo fica mais silenciado em um plano secundarizado.

Brizola¹⁴, etc. Em 1974, o que vai ser lembrado de Getúlio é o Estado Novo. a crítica à ditadura, pois estamos vivendo, à época, o auge da repressão do regime militar instaurado no Brasil havia 10 anos. Em 1984, estamos em um momento de redemocratização, e a lembrança de Vargas é importante e intensa, pois as grandes personalidades da história brasileira naquele momento vão a São Borja e ao túmulo de Getúlio Vargas para homenageá-lo como Brizola, que havia ficado anos exilado e recém havia fundado o Partido Democrático Trabalhista - PDT. e Tancredo Neves¹⁵, uma antiga figura

¹² O artigo na íntegra está disponível para consulta na biblioteca digital do site da Fundação Getulio Vargas, no seguinte link http://bit.ly/1teSU8J. (Nota da IHU Ord ine)

¹³ João Belchior Marques Goulart ou Jango (1919-1976): presidente do Brasil de 1961 a 1964, tendo sido também vice-presidente, de 1956 a 1961 - em 1955, foi eleito com mais votos que o próprio presidente, Juscelino Kubits-chek. Seu governo é usualmente dividi-

em 1985, mas não chegou a tomar posse no cargo. (Nota da IHU On-Line)

¹⁶ Fernando Henrique Cardoso (1931): sociólogo, cientista político, professor universitário e político brasileiro. Foi o 34º Presidente do Brasil, por dois mandatos consecutivos. Conhecido como FHC, ganhou notoriedade como ministro da Fazenda (1993-1994) com a instauração do Plano Real para combate à inflação. (Nota da IHU On-Line)

Dossiê Vargas

"Não acredito em biografias definitivas"

Lira Neto, autor de uma trilogia sobre a vida de Getúlio Vargas, ressalta que ainda há muito a se explorar sobre aquele a quem considera a maior figura pública de toda a história brasileira

POR RICARDO MACHADO E ANDRIOLLI COSTA

studos, leituras, cartas, revisão de documentos, checagem e a vida de 72 anos de Getúlio Vargas, uma das figuras mais controversas e ilustres do Brasil do século XX, resumida em uma biografia, cujo último volume é lançado no momento em que seu suicídio de completa 60 anos. A epopeia getulista divide em três tomos os importantes períodos vividos pelo político brasileiro, acompanhando Vargas dos tempos do Rio Grande do Sul à entrada na cena política da Capital da República, passando pela ditadura do Estado Novo e seu retorno à Presidência. Encerra-se, como não podia deixar de ser, com o suicídio – e sua entrada definitiva para a história.

Se após a extensão deste trabalho é possível chegar a uma síntese, para o jornalista, esta é de que Vargas não deve ser observado à visada única de suas facetas. "Não há 'três Getúlios': um revolucionário, um ditador e um democrata nacionalista, por assim dizer. Ele foi um só, com todas suas ambivalências e contradições."

Na quarta-capa do primeiro livro da trilogia Vargas, o historiador Boris Fausto afirma que Getúlio é "para o bem ou para o mal a maior figura pública do Brasil no século XX". Ao fim de seu trabalho, Neto chega a uma constatação mais ousada. Para ele, por sua influência em tantas instâncias da sociedade brasileira, Vargas seria "a maior figura pública de toda a história brasileira" — para o bem e para o mal. Nesta entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Lira Neto trata dos desafios em retratar seu biografado, relaciona as aproximações e distanciamentos de nosso atual cenário político como da época getulista e ressalta que ainda há muito material a ser explorado sobre o assunto.

Lira Neto cursou Jornalismo na Universidade Federal do Ceará – UFC. Foi ombudsman de *O Povo*, o segundo jornal a implementar o cargo em uma redação brasileira além da *Folha de S. Paulo*. Sua primeira biografia foi *O poder e a Peste* (Fortaleza: Ed. Fundação Demócrito Rocha, 1999), que tratava da vida do médico Rodolfo Teófilo e seu combate a uma epidemia de varíola que matou um quinto de toda a população de Fortaleza no fim do século XIX. O jornalista já revisitou a vida de diversas outras personalidades, como o Padre Cícero, sobre a cantora Maysa e sobre o primeiro presidente do regime militar do Brasil, Humberto Castello Branco.

Seu mais recente projeto é a trilogia sobre Getúlio Vargas, cujo terceiro volume, *Getúlio* (1945-1954): Da volta pela consagração popular ao suicídio (São Paulo: Companhia das Letras, 2014), acaba de ser lançado. Os dois primeiros volumes são *Getúlio* (1930-1945): Do governo provisório à ditadura do Estado Novo (2013) e *Getúlio* (1882-1930): Dos anos de formação à conquista do poder (2012).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Passados 60 anos da morte de Getúlio Vargas, o que ainda há para ser descoberto de uma das figuras mais marcantes do Brasil no século XX?

Lira Neto - Por princípio, não acredito em biografias definitivas. Nesse sentido, penso que sempre haverá espaço para novas pesquisas e enfoques sobre qualquer personagem histórico, quem quer que seja ele. Nenhuma vida, acredito, cabe inteiramente em um livro. E Getúlio, de modo específico, é um personagem inesgotável. Seu acervo compreende centenas de milhares de documentos e constitui um universo de possibilidades ainda a ser explorado. Busquei trabalhar o maior número possível de fontes, para oferecer ao leitor a visão mais completa e multifacetada do biografado. Mas, claro, não esgotei o assunto. Há muito a ser escrito, analisado e interpretado por outros pesquisadores que se disponham a mergulhar no universo "getuliano".

IHU On-Line – Por que não podemos compreender o Brasil do século XXI sem compreendermos Getúlio Vargas?

Lira Neto - Em primeiro lugar, Getúlio foi o chefe de governo que mais tempo passou à frente do poder no Brasil. Foram, ao todo, guase duas décadas no comando do Executivo. Só isso seria suficiente para justificar sua importância para os rumos de nossa história. Porém, além disso, sua trajetória política deixou marcas profundas na vida política, social, econômica e cultural do país. Hoje, 60 anos após sua morte, ainda discutimos sobre o maior ou menor tamanho do Estado, a necessidade de flexibilização ou não das leis trabalhistas, as contingências e limitações do sistema representativo. Assim, mais de meio século depois, Getúlio e seu legado continuam a dividir opiniões e a despertar sentimentos extremados, de devoção e repulsa.

IHU On-Line – O último volume de sua trilogia biográfica sobre

"Vargas é a maior figura pública de toda a história brasileira"

Getúlio Vargas conta a história dos últimos nove anos de vida do ex-presidente. O que há de realmente novo neste livro que será lançado? Que aspectos desta figura ainda são desconhecidos?

Lira Neto - Para este terceiro e último volume, lancei mão de dois expressivos conjuntos de fontes, até hoje inexplicavelmente pouco trabalhadas pela historiografia. O primeiro deles é a coleção de cartas trocadas entre Getúlio e a filha, Alzira Vargas1, no período compreendido entre 1945, quando da sua derrubada pelos militares, e 1950, data da eleição que o conduziu de volta ao poder, por meio de uma votação popular consagradora. São mais de 1.600 páginas de uma correspondência reveladora, que explicita as articulações políticas para o retorno gradativo à vida pública, bem como desnuda aspectos do cotidiano e do pensamento do biografado durante o chamado "retiro" em São Borja. O segundo conjunto de fonte engloba os papéis avulsos deixados por Alzira, que objetivava lançar um segundo volume de memória, mas que permaneceu até aqui inédito.

IHU On-Line – Ao levarmos em conta a atual conjuntura nacional, como o projeto de desenvolvimentismo nacional dialoga com o projeto getulista iniciado em 1930?

Lira Neto – É sempre temerário fazer analogias entre épocas históri-

cas distintas. Mas, sem dúvida, ainda que possamos avançar o sinal e cairmos em certo anacronismo, é possível tentar estabelecer certas simetrias entre os dois períodos. Getúlio. como sabemos, era defensor de um projeto nacional-desenvolvimentista, com grande ênfase na ação do Estado, alternativa combatida pelo chamado neoliberalismo e pelos defensores da "mão invisível" do mercado. Os governos de Lula² e Dilma³ buscaram recuperar, em certa medida, o intervencionismo estatal como estratégia para tentar superar os abismos sociais em um país ainda tão desigual e excludente. Curioso notar que, na sua origem de líder metalúrgico, Lula era um antigetulista. Repudiava a ideia do sindicalismo tutelado, típico do varguismo. Mais tarde, buscou pontos de contato e identificações com o getulismo, buscando inclusive mimetizar, quando do anúncio da exploração do pré-sal, a mão tisnada de petróleo, uma imagem histórica de Getúlio à época da fundação da

IHU On-Line – Ao dividir a biografia de Getúlio Vargas em três momentos – dos anos de formação à conquista do poder; do governo provisório à ditadura do Estado Novo; e os últimos nove anos –, como podemos entender esses "três Getúlios"? No que exatamente eles se diferenciam entre si?

Lira Neto – A opção por uma divisão cronológica obedeceu a questões

¹ Alzira Vargas do Amaral Peixoto (1914-1992): filha de Getúlio e Darci Vargas. Foi chefe do Gabinete Civil da Presidência da República durante o governo de seu pai. (Nota da IHU On-Line)

² Luiz Inácio Lula da Silva [Lula] (1945): trigésimo quinto presidente da República Federativa do Brasil. É cofundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1990, foi um dos fundadores e organizadores do Foro de São Paulo, que congrega parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe. Foi candidato a presidente cinco vezes: em 1989 (perdeu para Fernando Collor de Mello), em 1994 (perdeu para Fernando Henrique Cardoso), em 1998 (novamente perdeu para Fernando Henrique Cardoso), e ganhou as eleições de 2002 (derrotando José Serra) e de 2006 (derrotando Geraldo Alckmin). (Nota da IHU On-Line)

³ **Dilma Rousseff:** economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT). Desde 2010 ocupa a Presidência da República. (Nota da IHU On-Line)

metodológicas e às contingências editoriais. Na verdade, não há "três Getúlios": um revolucionário, um ditador e um democrata nacionalista, por assim dizer. Ele foi um só, com todas suas ambivalências e contradições. A cientista política Maria Celina D'Araújo4 é uma das maiores autoridades na chamada Era Vargas e escreveu certa vez um texto primoroso, antológico, para demonstrar que Getúlio foi afetado e envolvido pelas mudanças da sociedade brasileira que ele próprio ajudou a operar. O ditador do Estado Novo, por exemplo, contribuiu de maneira significativa para a emergência de uma sociedade de massas, fenômeno que será o motor e o sustentáculo de sua volta ao poder.

IHU On-Line – Que semelhanças e diferenças há entre o populismo inaugurado a partir da década de 1930 no princípio da Era Vargas e o populismo do século XXI?

Lira Neto - Mais uma vez, considero arriscado e reducionista estabelecer relações mecânicas e automáticas entre períodos e personagens tão diversos e tão separados no tempo. Além do mais, a própria menção ao termo "populismo" com acento pejorativo embute, costumeiramente, uma armadilha conceitual e um viés ideológico. Getúlio construiu as bases do Estado moderno no Brasil, por meio da profissionalização da administração pública, assim como foi o responsável pela coalizão nacional entre burguesia industrial, trabalhadores urbanos e setores oligárquicos, "Na sua origem
de líder metalúrgico, Lula era
um antigetulista.
Repudiava a
ideia do
sindicalismo
tutelado, típico
do varguismo"

o que a rigor permitiu a própria construção do capitalismo no Brasil.

IHU On-Line – Como explicar o fato de que mesmo sendo um ditador, durante o Estado Novo, Getúlio Vargas tenha se tornado uma figura até hoje admirada por milhares de pessoas?

Lira Neto - Além da ação da poderosa máquina de propaganda do Estado Novo, que contribuiu de modo significativo para o culto à personalidade de Getúlio Vargas, não podemos esquecer o inegável legado da legislação trabalhista e os frutos efetivos da política desenvolvimentista. Ao regulamentar a relação entre capital e trabalho em um país historicamente recém-saído da escravidão, Getúlio conquistou a adesão e a simpatia de largas faixas do operariado e das classes médias urbanas. Ao fundar a Petrobras, o BNDES, o Banco do Nordeste e outras tantas instituições da mesma envergadura, conduziu um país agrário, semifeudal, ao rumo da industrialização. Some-se tudo isso ao final trágico, à autoimolação que ajudou a consolidá-lo como mártir, e temos como compreender a permanência de sua figura histórica e de sua mística no imaginário coletivo.

IHU On-Line – Que atravessamentos são possíveis de serem realizados entre a repressão militar que garantiu um projeto de governo durante o Estado Novo e a atuação da Força Nacional para viabilizar os megaprojetos atuais do Estado, vide Belo Monte, remoções para obras da Copa do Mundo?

Lira Neto – O Estado Novo foi um regime policialesco, com perseguição implacável a adversários políticos, tortura institucionalizada, Legislativo fechado, imprensa sob censura, Judiciário manietado. Por mais que queiramos, por mais preocupantes que sejam as denúncias de hoje sobre a criminalização dos movimentos sociais, não há como comparar uma coisa com a outra.

IHU On-Line – Que Getúlio Vargas é esse que emerge das interações entre o homem da vida pública e o homem na vida privada?

Lira Neto - Penso que o Getúlio que emerge nos três volumes da biografia é exatamente este indivíduo contraditório, complexo, controverso, impossível de ser definido em uma única frase ou avaliado em apenas uma de suas muitas dimensões. Como bem escreveu o professor Boris Fausto⁵ na quarta capa do primeiro volume da biografia, Getúlio Vargas é "para o bem ou para o mal a maior figura pública do Brasil no século XX". Eu ousaria dizer que, mais do que isso, pelas marcas que deixou na política, na sociedade, na economia e na própria cultura nacional, ele é a maior figura pública de toda a história brasileira – para o bem e para o mal.

Leia mais...

 Getúlio Vargas: "Estou resolvido ao sacrifício, como um protesto, marcando a consciência dos traidores".
 59 anos depois. Entrevista especial Lira Neto de 24-08-2013, disponível em http://bit.ly/1l1iu0l.

⁴ Maria Celina D'Araújo: graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense, mestre e doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, com pós-doutorado pela University of Florida (EUA). Escreveu Governo Lula, contornos sociais e políticos da elite no poder (Rio de Janeiro: Cpdoc, 2007), Capital Social (Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2003), entre outros. Leia algumas entrevista publicadas, entre elas, 'Suicídio não adiou ditadura', disponível em http://bit. ly/1vEVhCx; O papel das Forças Armadas no Brasil e na América Latina, disponível em http://bit.ly/1zs0y0o; e Quem é a elite dirigente brasileira, hoje?, disponível em http://bit.ly/1pxvSKe. (Nota da IHU On-Line)

⁵ **Boris Fausto** (1930): historiador e cientista político brasileiro. Sua obra mais conhecida é *A Revolução de 1930 - historiografia e história*. (Nota da I**HU On-Line**)

Dossiê Vargas

Vargas e o ideal de conciliação política

"Durante seu governo foram definidos um modo de se fazer política e um determinado modelo de Estado e de desenvolvimento dos quais se pode observar traços ainda hoje no Brasil", diz Luciano Aronne de Abreu

POR LUCIANO GALLAS

e acordo com o historiador Luciano Aronne de Abreu, Getúlio Vargas implementou um relevante processo de ajustes nas estruturas política e administrativa do país, definindo um modelo de desenvolvimento que teve expressivas contribuições para a construção do Brasil contemporâneo. "O chamado 'Estado de Compromisso' que se formou em torno de Vargas nos anos 1930 ainda se mantém em pauta como uma espécie de ideal político brasileiro, independentemente de ideologias ou partidos políticos, em nome do que hoje se chama de governabilidade. Ao longo desse tempo, evidentemente, de acordo com as condições próprias de cada contexto, certos grupos ou classes sociais podem ter sido incluídos ou excluídos nesse pacto, ou pode ter havido ajustes em seus espaços de poder e correlações de forças. Mas a lógica de se estabelecer uma espécie de 'Estado de Compromisso', o mais amplo possível, se mantém", aponta Abreu nesta entrevista, concedida por e-mail à IHU On-Line.

Entretanto, para além deste modo de se fazer política e de seu ideal de conciliação entre as diferentes forças político-partidárias e ideológicas, Vargas deixou sua marca também na consolidação de uma estrutura sindical, ainda que tutelada pelo Estado, e na sistematização legal de importantes direitos sociais. "O exemplo mais conhecido e inúmeras vezes citado como a principal herança da Era Vargas seria sua legislação social e sindical, cujas bases se mantêm ainda hoje como referência nas discussões sobre direitos sociais e trabalhistas no Brasil", enfatiza o historiador, para quem, desde a Era Vargas, o Estado brasileiro vem reafirmando seu papel de regulador, in-

dutor e promotor do desenvolvimento nacional. "Recentemente, as medidas de estímulo ao setor produtivo e ao consumo adotadas pelo governo federal são mais um exemplo do papel central que o Estado continua a desempenhar no Brasil. Talvez se possa dizer que a grande concentração de poderes no Executivo e sua prevalência sobre o Legislativo seja também herança do modelo de poder construído a partir dos anos 30, assim como a imposição de limites mais estreitos de autonomia aos governos estaduais", declara.

Luciano Aronne de Abreu possui mestrado em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS e doutorado em Estudos Históricos Latino-Americanos pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Atualmente é professor do Programa de Pós-graduação em História da PUCRS. Direciona a ênfase de seus estudos para a História do Brasil República, atuando principalmente nos temas História do Rio Grande do Sul, Era Vargas e Autoritarismo. É autor dos livros Getúlio Vargas: a construção do mito (Porto Alegre: Editora da PUCRS, 1997) e Um Olhar Regional sobre o Estado Novo (Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2007). É também co-organizador das obras História e Ideologia: perspectivas e debates (Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2009) e Estado e Desenvolvimento: política e relações internacionais no Brasil Contemporâneo (Porto Alegre: Editora Asterisco, 2010), dentre outros trabalhos. Ele participou do IHU ideias no último dia 21-08 com a palestra Getúlio Vargas 60 anos depois: influências à economia, à política e ao trabalho no Brasil.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Por que Getúlio Vargas é tão importante para entendermos o Brasil da atualidade?

Luciano Aronne de Abreu - Tal questão é bastante ampla e complexa, com respostas certamente muito variadas entre os historiadores e demais especialistas no assunto. No entanto, arrisco dizer que durante seu governo foram definidos um modo de se fazer política e um determinado modelo de Estado e de desenvolvimento dos quais se pode observar traços ainda hoje no Brasil. No primeiro caso, pode-se dizer que o chamado "Estado de Compromisso" que se formou em torno de Vargas nos anos 1930 ainda se mantém em pauta como uma espécie de ideal político brasileiro, independentemente de ideologias ou partidos políticos, em nome do que hoje se chama de governabilidade. Ao longo desse tempo, evidentemente, de acordo com as condições próprias de cada contexto, certos grupos ou classes sociais podem ter sido incluídos ou excluídos nesse pacto, ou pode ter havido ajustes em seus espaços de poder e correlações de forças. Mas a lógica de se estabelecer uma espécie de "Estado de Compromisso", o mais amplo possível, se mantém.

No segundo caso, dos anos Vargas para cá, pode-se dizer que o Estado brasileiro tem reafirmado de diferentes maneiras seu papel central como regulador, indutor ou mesmo promotor do desenvolvimento nacional. Mesmo durante as décadas de 1990 e 2000, quando as privatizações e a redução do tamanho do Estado e de sua intervenção na economia se colocaram na ordem do dia dos debates políticos, pode-se dizer que este manteve um importante papel de regulador e indutor de investimentos e do desenvolvimento do país, ainda que com uma maior participação e influência da iniciativa privada. Recentemente, as medidas de estímulo ao setor produtivo e ao consumo adotadas pelo governo federal são mais um exemplo do papel central que o Estado continua a desempenhar no Brasil. Talvez se possa dizer que a grande concentração de poderes no Executivo e sua prevalência sobre o Legislativo seja também herança do modelo "A consolidação do mito Vargas se deu somente após o suicídio, a partir das diversas manifestações populares então ocorridas no Brasil e da exaltação de suas heranças e liderança pelo trabalhismo"

de poder construído a partir dos anos 30, assim como a imposição de limites mais estreitos de autonomia aos governos estaduais. Por fim, o exemplo mais conhecido e inúmeras vezes citado como a principal herança da Era Vargas seria sua legislação social e sindical, cujas bases se mantêm ainda hoje como referência nas discussões sobre direitos sociais e trabalhistas no Brasil.

IHU On-Line – É correto afirmar que o modelo de desenvolvimento econômico implementado por Vargas constituiu-se em eixo central do projeto econômico colocado em marcha pela ditadura militar após o golpe de 1964?

Luciano Aronne de Abreu – O modelo de desenvolvimento econômico adotado por Vargas caracterizou-se pela substituição de importações, sobretudo nos setores de infraestrutura e indústrias de base, marcado por um forte dirigismo estatal, mas sem excluir o investimento de capitais privados nacionais ou internacionais, como ilustram os clássicos exemplos da Companhia Siderúrgica Nacional (1943) e Petrobras (1953). Esses mesmos princípios também es-

tiveram presentes no modelo dos militares, porém num outro contexto e numa etapa de desenvolvimento muito mais complexa, seja pelo tipo de indústrias existentes, por exemplo, seja pelo novo tipo de relações comerciais e de investimentos internacionais que então se colocavam. É claro que havia importantes relações entre esses modelos e que durante os anos Vargas foram construídas as bases para a expansão e diversificação da economia nacional nas décadas seguintes, mas não acho que se possa dizer que o modelo de desenvolvimento de Vargas se constituía exatamente no eixo central do projeto dos militares.

IHU On-Line – Em que medida este modelo segue em vigor ainda hoje?

Luciano Aronne de Abreu - Em sentido estrito, como sugeri na questão anterior, o modelo de desenvolvimento de Vargas não se manteve em vigor no período dos militares, assim como o modelo destes também não se mantém nos dias de hoje. Pode-se dizer que a grave crise econômica que o Brasil viveu desde os anos 1980 até meados da década de 1990 se deveu precisamente ao esgotamento daquele modelo substitutivo de importações, exigindo dos governos seguintes, de Fernando Collor de Mello a Dilma Rousseff (e provavelmente de seus sucessores), a adoção de importantes ajustes fiscais e tributários, privatização de estatais e uma maior abertura da economia nacional ao capital internacional, por exemplo. De todo modo, pode-se dizer que o Estado brasileiro se mantém ainda hoje como o principal agente regulador, indutor ou mesmo promotor do desenvolvimento nacional. Ainda que o setor privado nacional tenha se modernizado e fortalecido muito nas últimas décadas, associado ou não a capitais internacionais, políticas públicas de incentivo à produção ou de crédito ao consumo continuam sendo essenciais para o crescimento do país. Além disso, empresas estatais como a Petrobras, por exemplo, seguem tendo um peso determinante no conjunto da economia nacional e no comércio internacional do Brasil, Talvez esse

forte "estatismo" da economia e do desenvolvimento brasileiro seja uma das mais fortes heranças daqueles modelos anteriores.

IHU On-Line – Que comparação é possível realizar entre o período autoritário do Estado Novo e a ditadura imposta ao país pelo golpe civil-militar de 64?

Luciano Aronne de Abreu - Essa comparação é recorrente nos estudos de diferentes historiadores e demais estudiosos da temática. São comuns a estas ditaduras, por exemplo, justificar a necessidade de um governo forte em nome da ordem e da segurança nacional, como forma de enfrentar uma situação de crise econômica, de corrupção e descontrole da administração pública, bem como combater supostos movimentos subversivos e ameaças comunistas. Por outro lado, devem-se observar também algumas importantes diferenças entre elas. No caso da ditadura Vargas, o próprio governo e seus intelectuais admitiam seu caráter autoritário, definido como o tipo de regime mais adequado à realidade nacional, em detrimento do liberalismo vigente no período anterior. Nesse sentido, foram fechados todos os partidos políticos e órgãos legislativos, outorgada uma nova Constituição ao país e nomeados Interventores para os governos estaduais. Já os militares, ao contrário, procuraram negar o caráter ditatorial dos seus governos e manter no país uma aparência institucional democrática, instituindo um sistema bipartidário e preservando o funcionamento dos órgãos legislativos, ainda que com poderes limitados, realizando eleições para os governos estaduais, ainda que indiretas, e mantendo a rotatividade da Presidência da República, ainda que sempre sob o controle do Exército.

IHU On-Line – Passados mais de 70 anos, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) permanece ainda a principal base legal brasileira no que se refere à garantia de direitos sociais?

Luciano Aronne de Abreu – A CLT foi um instrumento de regulação e sistematização dos direitos sociais "Alguns direitos e garantias sociais que vinham sendo reivindicados pelos trabalhadores desde os anos 1920 foram regulados e sistematizados pela CLT, sob a garantia e chancela do Estado"

no Brasil. Alguns direitos e garantias sociais que vinham sendo reivindicados pelos trabalhadores desde princípios dos anos 1920 foram regulados e sistematizados pela CLT, a partir de então sob a garantia e chancela do Estado e não mais com base apenas em acordos de sindicatos ou associações de trabalhadores e empresários. De todo modo, pode-se dizer que a CLT não apenas continua sendo a principal garantia dos direitos sociais no Brasil, mas se constitui mesmo numa espécie de sinônimo destes. Ainda que a CLT tenha sofrido vários ajustes de 1943 até hoje, o conjunto básico de direitos dos trabalhadores se manteve ao longo do tempo, como salário mínimo, férias, descanso semanal remunerado e jornada de trabalho, por exemplo. As recentes discussões sobre a flexibilização das leis sociais são sempre polêmicas e enfrentam muitas resistências de sindicatos, associações de trabalhadores e de certos partidos políticos, o que indicaria o papel central que a CLT ainda mantém na definição e regulação das relações trabalhistas no Brasil.

IHU On-Line – Em que pese o legado deixado por Vargas, não vivenciamos atualmente a necessidade de uma ampla reformulação do Estado brasileiro, dadas as atuais necessidades e exigências políticas, econômicas e sociais?

Luciano Aronne de Abreu - Acho que sim, as tão faladas e sempre adiadas reformas política, fiscal e tributária, por exemplo, são essenciais para o desenvolvimento do Brasil, além, é claro, de fortes investimentos em infraestrutura e na qualificação da educação. De meados dos anos 1990 para cá, o Brasil passou por um amplo processo de modernização produtiva e de abertura de sua economia, tendo havido também importantes ajustes políticos e administrativos em diversos setores. No entanto, não fomos capazes de produzir reformas mais profundas nesses campos, ainda muito tradicionais no país.

IHU On-Line – Que diálogo é possível construir entre as figuras do estadista, do ditador e do mito em Getúlio Vargas?

Luciano Aronne de Abreu - Todas essas imagens se referem a um mesmo personagem, porém visto por diferentes ângulos e com relação a diferentes questões, pode-se dizer assim. O Vargas estadista, por exemplo, não está apenas ligado ao ditador por sua forma de atuação política, mas foi mesmo forjado por ela. De outro lado, o chamado mito Vargas tem oculta sua face ditatorial e iluminada a de estadista, como sendo o grande construtor da unidade nacional e defensor dos verdadeiros interesses coletivos da nação, em geral, e dos trabalhadores, em particular. No caso do mito, porém, ainda que sua construção tenha sido muito trabalhada pela própria propaganda do regime e pelos intelectuais a ele associados, deve-se observar que sua consolidação se deu somente após o suicídio de Vargas, a partir das diversas manifestações populares então ocorridas no Brasil e da exaltação de suas heranças e liderança pelos próceres do trabalhismo.

Dossiê Vargas

O trabalhismo à brasileira de um nacionalista obcecado

"Com seus acertos e erros, com sua sede de poder, com sua obsessão nacionalista, mudou o Brasil. Fez uma parte. Não chegou a mudar o Brasil rural", aponta Juremir Machado da Silva sobre Getúlio Vargas

POR LUCIANO GALLAS

etúlio foi o personagem mais comple-🖚 xo da história do Brasil, o mais lúcido, o mais enigmático, o mais gelado e o mais útil. Com seus acertos e erros, com sua sede de poder, com sua obsessão nacionalista, mudou o Brasil. Fez uma parte. Não chegou a mudar o Brasil rural", afirma Juremir Machado da Silva, em entrevista por e-mail à IHU On-Line. Para ele, Vargas sempre teve como objetivos centrais a diminuição da desigualdade no país, a criação de bases para o desenvolvimento e a formalização da economia. E, para isso, utilizou intensamente os instrumentos de comunicação de que dispunha: "o rádio, a música, as escolas de samba, a cultura em geral e até o marketing de imagem em objetos. [Vargas] Foi o político por excelência da era do rádio. Mais do que um populista, foi um realizador de um trabalhismo à brasileira".

Juremir Machado da Silva é jornalista e historiador. Possui mestrado e doutorado em Socio-

logia da Cultura pela Université Paris V - René Descartes, na França. Atualmente, é professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. É tradutor, romancista e cronista, tendo publicado 30 livros individuais três deles traduzidos para o francês. Entre suas obras, estão Getúlio (Rio de Janeiro: Record, 2004), História regional da infâmia – o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (Porto Alegre: L&PM, 2010), 1930, águas da revolução (Rio de Janeiro: Record, 2010), Vozes da Legalidade, política e imaginário na era do rádio (Porto Alegre: Sulina, 2011), A sociedade midíocre, passagem ao hiperespetacular - o fim do direito autoral, do livro e da escrita (Porto Alegre: Sulina, 2012), Jango, a vida e a morte no exílio (Porto Alegre: L&PM, 2013) e 1964 - O golpe midiático-civil-militar (Porto Alegre: Sulina, 2014).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Passados dez anos da publicação do livro *Getúlio*, houve alguma mudança em sua percepção de jornalista e historiador sobre esta personalidade brasileira?

Juremir Machado da Silva – Aprendi muito sobre Getúlio nestes dez anos. Percebi que ele não foi tão contraditório quanto se diz. Tinha um projeto para o Brasil e se comportou como um homem do seu tempo, um tempo de valorização dos executivos fortes, de golpismo e de fragilida-

de da democracia. Nunca perdeu o rumo que se impôs: diminuir o fosso da desigualdade no país, levar o Brasil ao desenvolvimento e formalizar a economia.

IHU On-Line — Quais os principais fatores que levaram à construção do mito Getúlio Vargas? Que participação tiveram os meios de comunicação neste aspecto?

Juremir Machado da Silva – Getúlio lançou mão de todos os instrumentos de comunicação disponíveis para se fortalecer como político, reformador, ditador e condutor do seu projeto de modernização conservadora. Usou o rádio, a música, as escolas de samba, a cultura em geral e até o marketing de imagem em objetos. Foi o político por excelência da era do rádio. Mais do que um populista, foi um realizador de um trabalhismo à brasileira.

IHU On-Line – Que diferenças podem ser observadas entre o Getú-

lio que assumiu o poder com a revolução de 1930 e o Getúlio eleito pelas urnas em 1950?

Juremir Machado da Silva – O Getúlio de 1930 era um positivista tímido em busca da grande oportunidade política da sua vida. O cavalo passou encilhado e ele montou. O Getúlio de 1950 era um homem calejado, conhecedor de todos os atalhos, marcado pela sua própria ditadura e desejoso de experimentar uma nova face, democrática, mais aberta e mais à esquerda. Ele compreendeu as mudanças da época e adaptou-se a elas.

IHU On-Line – Há diferenças em termos de propaganda governamental entre estes dois períodos?

Juremir Machado da Silva – Sim, a lógica paternalista foi deixada de lado. Entrou em campo uma discursividade mais sedutora. A propaganda, de qualquer maneira, sempre encobre a frontalidade do objetivo com a sinuosidade das suas formas pensadas para conquistar a servidão voluntária.

IHU On-Line – Qual foi a extensão da repressão imposta pelo Estado Novo? Há semelhanças com a ditadura militar pós-1964?

Juremir Machado da Silva – O Estado Novo e a ditadura de 1964 foram violentos, implacáveis e ardilosos: prenderam, torturaram e mataram com a mesma desenvoltura.

IHU On-Line – É possível comparar a linha editorial dos jornais que faziam oposição a Vargas em 1954 com a linha editorial dos jornais favoráveis ao golpe civil-militar de 1964?

Juremir Machado da Silva – É a mesma. Os jornais de 1954 combateram Jango como uma continuação de Getúlio.

IHU On-Line – Que relações entre Estado e sociedade, principalmente no que se refere à comunicação, foram fundadas por Vargas?

Juremir Machado da Silva – Vargas procurou manipular a população para manter a sociedade sob seu controle. Fez isso, como todo condutor, convencido de que agia pelo bem social.

IHU On-Line – Qual foi a efetiva participação de Vargas na extradição de Olga Benário¹, então grávida de

1 Olga Benário Prestes (1908-1942): jovem militante comunista alemã, de origem judaica. Veio para o Brasil na década de 1930 na companhia de Luís Carlos Prestes, atendendo uma determinação da Internacional Comunista, O objetivo era apoiar as acões do Partido Comunista do Brasil - PCB. Com a eclosão de um levante armado na cidade de Natal em novembro de 1935, motivado principalmente por fatores locais, e a tentativa de insurreição de um movimento armado de âmbito nacional, que ficou conhecido como Intentona Comunista e que repercutiu nos levantes das unidades militares de Recife e Rio de Janeiro, o governo de Getúlio Vargas desencadeou uma forte repressão sobre os setores revolucionários. Muitos líderes comunistas viriam a ser presos, entre eles o casal de alemães Artur e Elise Ewert, conhecida como Sabo, amigos de Olga e Prestes. Artur e Elise foram torturados pela polícia brasileira sob o comando de Filinto Müller, sendo que Artur perdeu permanentemente sua sanidade mental em função das torturas. Em março de 1936, Olga e Prestes foram capturados pela polícia. Ela descobriria que estava grávida dele após ser levada para a casa de detenção. Com o pedido formal de extradição feito pelo regime nazista, surge um movimento internacional pela libertação de Olga e Prestes, encabeçado por Dona Leocádia e Lígia Prestes, respectivamente, mãe e irmã de Luís Carlos Prestes. O advogado de defesa de Olga argumentou que sua extradição seria ilegal, pois representava colocar o(a) filho(a) de um brasileiro, o(a) qual Olga trazia no ventre, sob o poder de um governo estrangeiro. Havia também o aspecto humanitário da permanência dela no Brasil, afinal, estava grávida e, embora os campos de concentração nazistas não funcionassem à época como aparatos de extermínio, eram conhecidos pela crueldade com que tratavam os prisioneiros e prisioneiras. Ainda assim, o Supremo Tribunal Federal - STF aprovou o pedido de extradição, Vargas não decretou indulto e Olga foi deportada para a Alemanha, juntamente com a amiga Elise Ewert. Olga seria transportada de navio, o cargueiro alemão La Coruña, apesar dos protestos feitos pelo capitão devido à violação do Direito Marítimo Internacional, já que ela estava grávida de sete meses. Olga foi levada para Barnimstrasse, uma prisão de mulheres da Gestapo, onde teve a filha, que denominou de Anita Leocádia Prestes, futura historiadora, professora-adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Anita permaneceu com a mãe até o fim do período de amamentação, quando foi entregue aos cuidados da avó, Dona Leocádia, devido à pressão realizada pelo movimento internacional. Olga seria transferida para o campo de concentração de Lichtenburg em 1938 e, em 1939, levada ao campo de concentração feminino de Ravensbrück. Relatos de sobreviventes contam que, neste período, ela organizou atividades de solidariedade e resistência, com aulas sete meses, ocorrida por decisão do Supremo Tribunal Federal?

Juremir Machado da Silva – A decisão foi do Supremo Tribunal Federal – STF. Aconteceu antes de o Brasil mergulhar totalmente no regime autoritário. E ainda não existiam as câmaras de gás. Ninguém tinha ainda noção do que seria de fato o nazismo. Getúlio pecou por omissão. Mas não se pode dizer com nexo causal que tenha enviado Olga para que ela fosse morta nas câmaras de gás.

IHU On-Line – Qual era a relação entre Getúlio Vargas e Luís Carlos Prestes²?

de ginástica e história. Com a Segunda Guerra Mundial e o fim da possibilidade dos recursos à opinião pública internacional, em 1942, então com 34 anos, Olga foi transferida para o campo de extermínio de Bernburg, onde foi assassinada na câmara de gás em 23 de abril de 1942 com mais 199 prisioneiras, entre elas as amigas Sarah Fidermann, Hannah Karpow, Tilde Klose, Irena Langer e Rosa Menzer. (Nota da IHU On-Line)

2 Luís Carlos Prestes (1898-1990): engenheiro militar e político brasileiro. Entre 1925 e 1927, liderou a Coluna Prestes, movimento político-militar que percorreu 25 mil quilômetros pelo interior do país exigindo o voto secreto e a obrigatoriedade do ensino primário a toda a população. Em 1930, ao retornar clandestinamente a Porto Alegre, tem dois encontros com Getúlio Vargas. É convidado a comandar militarmente a Revolução de 1930, mas recusa-se a apoiar o movimento, opondo-se à aliança entre os tenentistas e as oligarquias dissidentes. Em 1931, muda-se para a União Soviética a convite do país. Lá, trabalha como engenheiro e dedica-se a estudos marxistas-leninistas. Por pressão do Partido Comunista da União Soviética, é aceito como filiado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), posteriormente chamado Partido Comunista Brasileiro. Eleito membro da comissão executiva da Internacional Comunista (IC), volta como clandestino ao Brasil em dezembro de 1934, acompanhado da sua primeira esposa, a alemã Olga Benário, também membro da IC. No Brasil, Prestes se torna presidente de honra da Aliança Nacional Libertadora (ANL), de cunho antifascista e anti-imperialista e que congregava tenentes, socialistas e comunistas descontentes com o Governo Vargas. Organiza a Intentona Comunista, com uma insurreição eclodindo em quartéis do exército de Natal, Recife e Rio de Janeiro (então Distrito Federal). O movimento é debelado por Vargas, que desencadeia um processo de repressão e prisões. Em março de 1936, Prestes é preso e perde a patente de capitão. Sua companheira Olga Benário, grávida, é deportada para a Alemanha. Com o fim do Estado Novo, Prestes recebe a anistia e retorna à clandestinidade. Mais tarde. é eleito senador pela Guanabara, cumJuremir Machado da Silva – Uma relação distanciada e meramente política. Eram dois monstros políticos capazes de engolir seus rancores em nome dos seus projetos.

IHU On-Line – Gostaria de adicionar algo?

Juremir Machado da Silva – Getúlio foi o personagem mais complexo da história do Brasil, o mais lúcido, o mais enigmático, o mais gelado e o mais útil. Com seus acertos e erros, com sua sede de poder, com sua obsessão nacionalista, mudou o Brasil.

prindo mandato entre 1946 e 1948. Em 1950, conhece sua segunda companheira, a pernambucana Maria, mãe de dois meninos. Juntos, teriam outros sete filhos. Com o golpe de 1964, Prestes tem seus direitos de cidadão novamente revogados. Exila-se na União Soviética no final dos anos 1960, regressando ao Brasil com a Anistia de 1979. (Nota da IHU On-Line)

Fez uma parte. Não chegou a mudar o Brasil rural.

Leia mais...

- A imprensa prepara o golpe. Entrevista com Juremir Machado publicada na edição 439 da IHU
 On-Line, de 31-03-2014, disponível em http://bit.ly/ihuon439.
- "João Goulart foi, antes de tudo, um herói". Entrevista com Juremir Machado publicada no sítio do IHU em 26-08-2013, disponível em http://bit.ly/1jKsFSO.
- A defesa de Brizola pela Legalidade foi heroica. Entrevista com Juremir Machado publicada na edição 372 da IHU On-Line, de 05-

- 09-2011, disponível em http://bit. ly/ihuon372.
- Geração Y "parece coisa de revista Veja". Entrevista com Juremir Machado publicada na edição 361 da IHU On-Line, de 16-05-2011, disponível em http://bit.ly/ihuon361.
- A cultura política do RS mudou.
 Para pior. Entrevista com Juremir
 Machado publicada no sítio do
 IHU em 08-10-2010, disponível em
 http://bit.ly/1jKuZZ8.
- "1968 reduz enormemente a carga de hipocrisia da sociedade".
 Entrevista com Juremir Machado publicada na edição 250 da IHU
 On-Line, de 10-03-2008, disponível em http://bit.ly/ihuon250.



Baú da IHU On-Line

Confira outras edições da IHU On-Line cujo tema de capa aborda Getúlio Vargas.



- Getúlio. Edição 112, de 23-08-2004, disponível em http://bit.ly/ihuon112;
- A Era Vargas em questão 1954-2004. Edição 111, de 16-08-2004, disponível em http://bit.ly/ihuon111;

Leia também temas correlatos a Getúlio Vargas com seus sucessores, seguidores e contexto político nacional após seu suicídio.

- 1964. Um golpe civil-militar. Impactos, (des)caminhos, processos. Edição 437, de 17-03-2014, disponível em http://bit.ly/ihuon437;
- 25 anos da Constituição: avanços e limites. Edição 428, de 30-09-2013, disponível em http://bit.ly/ihuon428;
- O Desenvolvimentismo em debate. Edição 392, de 14-05-2012, disponível em http://bit.ly/ihuon392;
- Anistia. Memória e justiça. Edição 358, de 18-04-2011, disponível em http://bit.ly/ihuon358;
- *A política econômica do governo Dilma. Continuidade ou mudança?* Edição 356, de 04-04-2011, disponível em http://bit.ly/ihuon356;
- Tortura, crime contra humanidade. Um debate urgente e necessário. Edição 269, de 18-08-2008, disponível em http://bit.ly/ihuon269;
- A imaginação no poder. JK 50 anos depois. Edição 166, de 28-11-2005, disponível em http://bit.ly/ihuon166;
- 1985-2005. A Nova República. 20 anos depois. Edição 132, de 14-03-2005, disponível em http://bit.ly/ihuon132;
- Leonel de Moura Brizola 1922-2004. Edição 107, de 28-06-2004, disponível em http://bit.ly/ihuon107;
- *O regime militar: a Economia, a Igreja, a Imprensa e o Imaginário.* Edição 96, de 12-04-2004, disponível em http://bit.ly/ihuon96;
- 1964-2004. Hora de passar o Brasil a limpo. Edição 95, de 05-04-2004, disponível em http://bit.ly/ihuon95;
- Economia Brasileira: Entre os neoliberais e os nacionais-desenvolvimentistas. Edição 86, de 01-12-2003, disponível em http://bit.ly/ihuon86.

quetes







Qual código de ética é lecionado na faculdade de administração de Harvard? bit.ly/16EwNdK

Teologi

dária Edu

Ativistas do Greenpeace estão presos na Rússia Chargement of Decision







bit.ly/ihuon



twitter.com/_ihu



instagram.com/_ihu



unisinos.br/blogs/ihu

Tema de Capa

Destaques da Semana

IHU em Revista

Entrevista de Eventos

"Cruzamentos felizes", branqueamento e biopoder

O historiador Gustavo da Silva Kern resgata o histórico do controle da vida no Brasil a partir das dinâmicas de mestiçagem

POR ANDRIOLLI COSTA

inda que a dinâmica de mestiçagem tenha sido fundamental para a consolidação da sociedade brasileira como tal, as questões raciais historicamente sempre foram alvo de tensionamento. Por um lado, intelectuais como Gilberto Freyre teciam elogios à miscigenação, descrevendo-a como tendo um "efeito democratizante sobre o equilíbrio de extremos que caracterizou a formação histórico-sociológica do Brasil" — aliada a ideia de uma certa "democracia racial". Por outro, entusiastas do branqueamento da população brasileira, como João Baptista Lacerda e Oliveira Vianna, enxergavam na mestiçagem a oportunidade de promover uma "arianização do Brasil".

É o que relata o historiador Gustavo da Silva Kern, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line. Segundo ele, o exercício do biopoder no Brasil no que tange às questões raciais pode ser visto em diversos pontos ao longo de nossa historiografia. Um dos mais emblemáticos, talvez, seja ainda durante a Primeira República (1889-1930), quando "o Estado procurou promover o branqueamento da população brasileira, principalmente através do influxo de imigrantes europeus em larga escala".

Na elaboração desta estratégia biopolítica, ocupa papel de destaque a pesquisa de João

Baptista Lacerda, em que previa que "dentro de um século o elemento ameríndio e o elemento negro desapareceriam, dando lugar ao mestiço branqueado que constituiria o elemento por excelência da população, apto ao desenvolvimento e garantidor do progresso nacional". Ainda segundo Kern, tudo dependeria do sucesso do que outro teórico do branqueamento, Oliveira Vianna, chamou mais tarde de "cruzamentos felizes". "O Estado trataria de garantir que esse contingente europeu, racialmente superior, se diluísse entre a população de cor, considerada por nossos homens de sciencia como racialmente inferior."

Gustavo da Silva Kern é licenciado em História pelo Centro Universitário Metodista e especialista em História Africana e Afro-brasileira pela Faculdade Porto-Alegrense (FAPA). Mestre e doutorando em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, é membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Currículo e Pós-modernidade (GEPCPós) do PPGEDU/UFRGS.

Biopoder e a constituição étnico-racial das populações é o tema da conferência que o pesquisador proferirá na quinta-feira, 28-08-2014, às 17h30min na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Dinâmicas de mestiçagem fazem parte da formação de todo o povo brasileiro. No entanto, as questões raciais sempre foram alvo de tensionamento e enfrentamento, sendo que muitas vezes a "pureza de sangue" era vista como característica de distinção. Como estas questões se atualizam nos dias de hoje?

Gustavo da Silva Kern – Como já indica a pergunta, a formação da população brasileira aconteceu em um processo histórico de longa duração, caracterizado fundamental-

mente pela mestiçagem étnico-racial. De modo que a busca pela pureza de sangue (ou de raça), ao que me parece, não chegou a tornar-se um objetivo relevante desde que a questão racial passou a ser objeto de teorizações científicas e disputas políticas no

Brasil, a partir da segunda metade do século XIX. Nina Rodrigues¹ e Euclides da Cunha² — teóricos racialistas, bem como precursores das Ciências Sociais em nosso país — foram céticos quanto à possibilidade da existência de um "tipo nacional único", característico de um povo homogêneo do ponto de vista étnico-racial. Mesmo os teóricos entusiastas do branqueamento da população brasileira, como João Baptista Lacerda³ e Oliveira Vianna⁴, afirmavam ser a correta condução da mestiçagem o mecanismo fundamental para a desejada arianização do Brasil. Desse modo, mesmo esse projeto eugenista de melhoramento racial da população através do branqueamento não buscava empreender uma purificação racial.

Neste sentido observa-se uma regularidade, na medida em que atualmente, assim como no contexto anteriormente referido, da passagem do século XIX para o XX, inexiste a pretensão do ensejo de uma purificação racial. Naquele contexto histórico, a raça era compreendida como um conceito científico através

do qual se poderia não apenas definir o caráter biológico da população brasileira, mas também determinar suas possibilidades de progresso social, cultural, econômico, etc. Ou seia, o estatuto biológico-racial era tomado como elemento determinante em última instância. Do que decorriam posições otimistas e pessimistas acerca do futuro: seria possível alcançar o tão desejado progresso uma vez que a nação era composta por uma população considerada, na sua maior parte, biologicamente degenerada e, portanto, racialmente inferior?

Atualmente, a questão racial brasileira tem sido tomada como uma questão, sobretudo, política. Desde meados da década de 1990, com a emergência das políticas de ação afirmativa, essa politização das relações raciais ganhou força, afinal o Estado principalmente através da iniciativa do Governo Federal — vem institucionalizando uma sırie de polvticas piblicas que levam em conta justamente o recorte itnico-racial da populanyo brasileira, reconhecendo oficialmente a existkncia do racismo e a necessidade de mecanismos compensatorios voltados para a inclusyo social dos grupos ıtnico-raciais historicamente discriminados.

IHU On-Line – Diversos autores, como Gilberto Freyre⁵, promovem certo "elogio da mestiçagem" ao evidenciar o intercâmbio de raças que dão origem ao povo brasileiro. Você acredita que estas perspectivas colaboraram para um outro olhar sobre a questão racial no país?

Gustavo da Silva Kern – Creio que, primeiramente, deve-se reconhecer que Gilberto Freyre é autor incontornável para compreendermos a complexidade do país em que vivemos, difícil entender um pouco sobre o Brasil "sem passar por ele". De fato, Freyre sofreu duras críticas por todo um grupo de sociólogos — entre eles Florestan Fernandes⁶ e Fernando Henrique Cardoso⁷ — por sua tese mais importante, apresentada em *Casa Grande & Senzala* e posteriormente desenvolvida em seus ensaios subsequentes.

Segundo essa tese, a miscigenação racial teria tido um efeito democratizante sobre o equilíbrio de extremos que caracterizou a formação histórico-sociológica do Brasil. O intercurso entre as três matrizes étnicoraciais da população brasileira — lusitana, africana e ameríndia — é visto por Freyre como algo positivo, pois a miscigenação no plano cultural teria sido fundamental para que se cumprisse, com sucesso, a formação de uma "civilização nova" no Brasil. Sem ter cunhado a expressão "democracia racial", teve seu nome a ela ligado na medida em que sua tese de trabalho de certo modo sustenta a ideia de que no Brasil os preconceitos raciais seriam brandos ou inexistentes, pois as relações raciais seriam algo democráticas. Em 1949, após a traumática experiência da Segunda Guerra, onde o racismo foi levado às últimas consequências pelo regime nazista, a Unesco apresentaria o Brasil ao mundo como um modelo de convivência harmônica entre as raças.

É importante ter em mente, contudo, que esse "elogio da mestiçagem" é anterior ao trabalho de Freyre, sendo encontrado em autores que lhe

⁵ Gilberto Freyre (1900-1987): escritor, professor, conferencista e deputado federal. Colaborou em revistas e jornais brasileiros. Foi professor convidado da Universidade de Stanford (EUA). Recebeu vários prêmios por sua obra, entre os quais, em 1967, o prêmio Aspen, do Instituto Aspen de Estudos Humanísticos (EUA) e o Prêmio Internacional La Madoninna, em 1969. Entre seus livros, citamos: Casa grande & Senzala e Sobrados e Mocambos. Sobre Freyre, confira os Cadernos IHU nº 6, de 2004, intitulado Gilberto Freyre: da Casa-Grande ao Sobrado. Gênese e Dissolução do Patriarcalismo Escravista no Brasil. Algumas Considerações, disponível em http://bit.ly/ cadihu06. (Nota da IHU On-Line)

¹ Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906): médico legista, psiquiatra, professor e antropólogo brasileiro. (Nota da IHU On--Line)

² Euclides da Cunha (1866-1909): engenheiro, escritor e ensaísta brasileiro. Entre suas obras, além de Os Sertões (1902), destacam-se Contrastes e confrontos (1907), Peru versus Bolívia (1907), À margem da história (1909), a conferência Castro Alves e seu tempo (1907), proferida no Centro Acadêmico XI de Agosto (Faculdade de Direito), de São Paulo, e as obras póstumas Canudos: diário de uma expedição (1939) e Caderneta de campo (1975). Confira a edição 317 da IHU On-Line, de 30-11-2009, intitulada Euclides da Cunha e Celso Furtado. Demiurgos do Brasil, disponível para download em http://bit.ly/ihuon317. (Nota da IHU On-Line)

³ João Baptista de Lacerda (1846-1915): médico e cientista brasileiro, foi nomeado pelo ministro da Agricultura subdiretor da seção de antropologia, zoologia e paleontologia do Museu Nacional. (Nota da IHU On-Line)

⁴ Oliveira Viana [Francisco José de Oliveira Viana] (1883-1951): professor, jurista, historiador e sociólogo brasileiro. Grande defensor da eugenia era contrário a vinda de imigrantes japoneses para o Brasil. Também foi membro da Academia Brasileira de Letras. Entre outras obras, Oliveira Viana é autor de *Populações meridionais do Brasil* (Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005). (Nota da IHU On-Line)

⁶ Florestan Fernandes (1920-1995): sociólogo e político brasileiro. Foi duas vezes deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores. (Nota da IHU On-Line) 7 Fernando Henrique Cardoso (1931):

sociólogo, cientista político, professor universitário e político brasileiro. Foi o 34º presidente do Brasil, por dois mandatos consecutivos. Conhecido como FHC, ganhou notoriedade como ministro da Fazenda (1993-1994) com a instauração do Plano Real para combate à inflação. (Nota da IHU On-Line)

precederam, como Sílvio Romero⁸ e o já referido João Baptista Lacerda. Ainda que Freyre tenha proposto que a miscigenação racial teve um efeito democratizante na formação do Brasil, ele não se furtou de demonstrar como nossa radical desigualdade social foi historicamente constituída através de uma série de práticas sociais, brilhantemente descritas e analisadas em páginas densas onde se pode aprender muito sobre o Brasil.

Penso que essa ideia na qual o Brasil figura como um exemplo de "democracia racial" é ainda hegemônica, todavia já foi profundamente questionada. Na Conferência da Unesco de 2001, o Brasil se tornou signatário da Declaração de Durban9, reconhecendo oficialmente a existência do fenômeno social racismo e comprometendo-se a promover políticas afirmativas como forma de combate aos seus efeitos. O acontecimento é significativo, na medida em que o Estado rompeu com sua adesão histórica à percepção do Brasil como uma democracia racial.

A questão racial brasileira é um campo de tensões políticas, de disputa, mas, mesmo que questionemos esse elogio da mestiçagem e a ideia de democracia racial — o que me parece legítimo do ponto de vista político e intelectual —, não podemos dispensar a grandiosa contribuição de Gilberto Freyre para pensar o Brasil.

IHU On-Line – O que implica a percepção da passagem de um discurso de *ênfase biológica* para um de *ênfase política* no que tange as questões raciais?

Gustavo da Silva Kern – Hannah Arendt¹⁰ propôs que a noção de raça "Os teóricos racialistas teriam feito um uso ideológico da ciência, valendo-se de determinados conclusões científicas para fins políticos de caráter racista"

se tornou a "chave da história" para toda uma corrente de pensadores do século XIX. Transpondo o conceito biológico para a análise do social, os teóricos racialistas teriam feito um uso ideológico da ciência, valendo-se de determinadas conclusões científicas para fins políticos de caráter racista. Tem-se, portanto, uma ambivalência permanente entre a dimensão biológica e a dimensão política da noção de raça.

A compreensão da historicidade da questão racial brasileira, acredito eu, deve passar pela análise de como se articularam as dimensões biológica e política da noção de raça nos discursos acerca das relações no Brasil. Sugeri, em pesquisa já concluída, a

de parte das suas obras. Lecionou nas principais universidades deste país. Sua filosofia assenta numa crítica à sociedade de massas e à sua tendência para atomizar os indivíduos. Preconiza um regresso a uma concepção política separada da esfera econômica, tendo como modelo de inspiração a antiga cidade grega. A edição mais recente da IHU On-Line que abordou o trabalho da filósofa foi a 438, A Banalidade do Mal, de 24-03-2014, disponível em http://bit.ly/ihuon438. Sobre Arendt, confira ainda as edicões 168 da IHU On-Line, de 12-12-2005, sob o título Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. Três mulheres que marcaram o século XX, disponível em http://bit.ly/ ihuon168, e a edição 206, de 27-11-2006, intitulada O mundo moderno é o mundo sem política. Hannah Arendt 1906-1975, disponível em http://bit.ly/ihuon206. (Nota da IHU On-Line)

hipótese de que teria havido a passagem de uma ênfase biológica para uma ênfase política da questão racial no Brasil.

Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX. a raca é reconhecida fundamentalmente como conceito científico, através do qual seria possível conhecer verdadeiramente a população brasileira. suas possibilidades de futuro diante da intransponível determinação biológico-racial em última instância. A obra de Gilberto Frevre – que, como afirmei anteriormente, foi um importante sustentáculo para a percepção do Brasil como uma "democracia racial" – marca uma inflexão importante, que se dá a partir de meados do século XX. A noção de raça surge adjetivando o conceito político de democracia. Tendencialmente, no transcorrer da segunda metade do século XX, a politização da noção de raça se afirmou principalmente no debate crítico acerca da ideia de democracia racial. Importantes trabalhos de Florestan Fernandes empreenderam tal crítica, dando a linha central dos argumentos das organizações vinculadas ao movimento negro, como o Movimento Negro Unificado, que definem a raça como uma construção política, qualificando positivamente a ideia da existência de uma raça negra.

Desse modo, compreender esse deslocamento da ênfase biológica para a ênfase política da noção da questão racial implica reconhecer a complexa historicidade do tema. Parece-me que o processo histórico no qual se deu a politização da raça e das relações raciais está intimamente ligado à emergência das políticas afirmativas, e pode lançar luz sobre o controverso debate em torno de sua aplicação.

IHU On-Line – De que formas o biopoder é constituído nas relações do brasileiro com as instituições e com o outro?

Gustavo da Silva Kern – Na acepção que lhe conferiu Michel Foucault¹¹, o biopoder é o poder exerci-

⁸ Sílvio Romero (1851-1814): poeta, escritor, crítico literário, filósofo e político brasileiro. (Nota da IHU On-Line)

⁹ Declaração de Durban: declaração e programa de ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida entre 31 de agosto e 8 de setembro de 2001, em Durban, África do Sul. (Nota da IHU On-Line) 10 Hannah Arendt (1906-1975): filósofa e socióloga alemã, de origem judaica. Foi influenciada por Husserl, Heidegger e Karl Jaspers. Em consequência das perseguições nazistas, em 1941, partiu para os Estados Unidos, onde escreveu gran-

¹¹ Michel Foucault (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a História da

do sobre a vida. Um tipo de poder caracteristicamente moderno, que ao tomar por objeto a vida de uma coletividade humana, mais propriamente de uma população, toma a forma de biopolítica. Um exemplo limite do exercício desta biopolítica foi a política de eugenização racial levada a cabo pelo regime nazista, definida como a expressão mais dramática do que o filósofo francês chamou de "racismo de Estado". Ainda de acordo com Foucault, seria importante perceber que dificilmente um Estado moderno poderia governar o "corpo múltiplo" que é a população — base da nação, ou seja, o povo nação abstendo-se de praticar alguma forma de racismo.

Valendo-se de exemplo histórico, é possível observar o exercício do biopoder no Brasil no que se refere ao modo como, durante a Primeira República (1889-1930), o Estado procurou promover o branqueamento da

Loucura até a História da sexualidade (a qual não pôde completar devido à sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a sua própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (História da Loucura, O Nascimento da Clínica, As Palavras e as Coisas, A Arqueologia do Saber) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores como Vigiar e Punir e A História da Sexualidade. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas deste termo. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em várias edicões a IHU On-Line dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em http://bit.ly/ihuon119, a edição 203, de 06-11-2006, disponível em http://bit.ly/ ihuon203, e edição 364, de 06-06-2011, intitulada 'História da loucura' e o discurso racional em debate, disponível em http://bit.ly/ihuon364. Veja Cadernos IHU em formação nº 13, disponível em http://bit.ly/ihuem13, Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética. Confira ainda a edição 343 da IHU On-Line, O (des)governo biopolítico da vida humana, de 13-09-2010, disponível em http://bit.ly/ihuon343, e a 344, Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate, disponível em http://bit.ly/ihuon344. (Nota da IHU On-Line)

"O exercício do biopoder no Brasil se caracteriza por constituir uma forma de condução biopolítica da mestiçagem racial"

população brasileira, principalmente através do influxo de imigrantes europeus em larga escala. Na elaboração desta estratégia biopolítica que tinha por fim o melhoramento racial da população, através da correta condução da mestiçagem, é emblemática a tese que João Baptista Lacerda apresentou ao Congresso Universal das Raças, realizado em Londres no ano de 1911. Então diretor do Museu Nacional, que na época era uma das principais instituições científicas do país, Lacerda foi o representante oficial do Brasil no Congresso. Em sua conferência, intitulada "Sobre os mesticos no Brasil", o antropólogo fez o elogio da política imigrantista em curso, prevendo que dentro de um século o elemento ameríndio e o elemento negro desapareceriam, dando lugar ao mestiço branqueado que constituiria o elemento por excelência da população, apto ao desenvolvimento e garantidor do progresso nacional. Tudo dependeria do sucesso do que outro teórico do branqueamento, Oliveira Vianna, chamou mais tarde de "cruzamentos felizes". O Estado trataria de garantir que esse contingente europeu, racialmente superior, se diluísse entre a população de cor, considerada por nossos homens de sciencia como racialmente inferior. A multiplicação de "cruzamentos felizes" produziria uma arianização generalizada, que segundo Lacerda e Vianna já se constituíra em tendência estatisticamente observável durante as primeiras décadas do século XX.

O texto da conferência de Lacerda — que não foi um intelectual qualquer, e que naquele contexto representava a posição oficial do Estado brasileiro quanto à questão racial marca a emergência de um discurso eugenista local, que ganharia livre curso em seu empenho de propor estratégias para melhorar as qualidades raciais da população brasileira. A vida, determinada em última instância pela raça, deveria tornar-se objeto da política. Por isso Giuseppe Cocco¹² e Antonio Negri¹³ propuseram, na trilha das teorizações de Foucault, que o exercício do biopoder no Brasil se caracteriza por constituir uma forma de condução biopolítica da mestiçagem racial.

IHU On-Line – Recentemente, o jogador de futebol Daniel Alves comeu uma banana lançada contra ele em campo. Após o ocorrido, *Veja* publicou em sua capa que Alves havia "quebrado a cara do preconceito – talvez para sempre". É possível, apenas por uma postura pessoal,

12 **Giuseppe Cocco:** cientista político pela Université de Paris VIII e pela Università degli Studi di Padova. É mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade pelo Conservatoire National des Arts et Métiers e em História Social pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne), onde concluiu seu doutorado em História Social. Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IJER I (Nota da IHII On-l ine)

⁻ UFRJ. (Nota da IHU On-Line) 13Antonio Negri (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência, foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 2000 publicou o livro-manifesto Império (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003), com Michael Hardt. Em seguida, publicou Multidão. Guerra e democracia na era do império (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005), também com Michael Hardt - sobre esta obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na 125ª edição da IHU On-Line, de 29-11-2004. O livro é uma espécie de continuidade da obra anterior e foi apresentado na primeira edição do evento Abrindo o Livro, promovido pelo IHU em abril de 2003, no mesmo ano em que Negri esteve na América do Sul em sua primeira viagem internacional após décadas entre o cárcere e o exílio. Atualmente, após a suspensão de todas as acusações contra ele, definitivamente liberado, vive entre Paris e Veneza e escreve para revistas e jornais de todo o mundo. (Nota da IHU On-Line)

superar um preconceito socialmente instituído?

Gustavo da Silva Kern - Ainda que os exemplos sejam importantes, é evidente que atitudes isoladas não são suficientes para modificar algo que é de ordem estrutural. Poucos dias após Daniel Alves ter ironizado a atitude racista da torcida adversária, outras situações do mesmo tipo se repetiram nos estádios da Europa. Infelizmente, por outro lado, o acontecido foi muito mais midiático que politizado, o que dificulta que façamos uma apreciação séria de suas possíveis repercussões. No que tange ao combate do racismo, o mundo contemporâneo conheceu um exemplo singular no recentemente falecido Nelson Mandela¹⁴. Mesmo tendo liderado com sucesso a transição política ao fim do apartheid e conduzido a África do Sul ao status de nação chave no cenário político e econômico internacional, seu exemplo não foi suficiente para suprimir o fenômeno social do racismo naquele país, afinal o regime segregacionista impôs para a posteridade resquícios de suas estruturas racistas.

IHU On-Line – Envolvido recentemente em polêmicas com o movimento negro, vereador de Rio Grande – RS¹⁵ afirmou ser contra as cotas, por negros e brancos já terem direitos iguais no Brasil. A quem interessa o discurso do "fim do racismo"?

Gustavo da Silva Kern - Apesar de a igualdade de direitos e deveres, garantida pela Constituição Federal de 1988, constituir-se em uma conquista fundamental, principalmente em um país que viveu quase 400 anos de sua história sob a égide de um regime escravista, devemos reconhecer que essa garantia tem se reduzido a uma abstração teórica. Os estudos estatísticos que o vereador Kanelão admite desconhecer são acachapantes no sentido de apontar a permanência de um racismo estrutural. No Brasil atual seus efeitos negativos funcionam principalmente no sentido da discriminação estruturalmente compulsória da população negra. Em contrapartida, o racismo não é propriedade de um grupo étnico-racial particular que teria o privilégio de seu exercício. O racismo é culturalmente partilhado e, portanto, deve ser tomado como um fenômeno social. Parece-me um equívoco a tentativa de reduzir o racismo a um problema moral, de dimensão individual. Concordo com Florestan Fernandes no sentido de que o combate ao racismo interessa primeiramente aos grupos étnico-raciais discriminados, todavia creio que seria muito importante que a sociedade brasileira contribuísse para o desenvolvimento de relações étnico-raciais mais equitativas.

IHU On-Line – De que formas os discursos da meritocracia e contrário ao "paternalismo" eclipsam o racialismo e o darwinismo social?

Gustavo da Silva Kern - Algo a ser levado em conta é que racialismo e darwinismo social, por um lado, e meritocracia neoliberal, por outro lado, se afirmam sobre condições epistemológicas absolutamente distintas. O primeiro na ordem do discurso cientificista do século XIX, o segundo na ordem do discurso da economia política neoliberal. Sem dúvida ambos se relacionam no sentido de justificar a desigualdade social pela eventual capacidade dos indivíduos frente aos desafios impostos por uma sociedade competitiva. Todavia, o darwinismo social, de saída, definia aqueles que não eram capazes de obter sucesso na competição (entendida como seleção natural), os elementos biologicamente degenerados e racialmente inferiores. Diferentemente, o discurso neoliberal da meritocracia prega que em uma sociedade composta por iguais (argumento que não se sustenta empiricamente), cabe a cada um desenvolver suas capacidades, conforme seus próprios méritos. Desse modo, ambos os discursos, característicos de momentos históricos diversos, partindo de arcabouços epistemológicos absolutamente diferentes, atuam, cada qual por seu turno, como discursos de verdade, compondo o campo de lutas onde se constituem as relações de poder.

Leia os Cadernos Teologia Pública

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

¹⁴ Nelson Mandela (1918-2013): advogado, líder rebelde e ex-presidente da África do Sul de 1994 a 1999. Principal representante do movimento antiapartheid, como ativista, sabotador e guerrilheiro. Considerado pela maioria das pessoas um guerreiro em luta pela liberdade, era considerado pelo governo sul-africano um terrorista. Em 1990 foi-lhe atribuído o Prêmio Lênin da Paz, recebido em 2002. (Nota da IHU On-Line)

¹⁵ Ver a matéria "Após polêmica com movimento negro, vereador do RS diz que raça está sendo 'apurada'", publicada pelo R7 em 06-08-2014, em http:// bit.ly/kanelaor7. (Nota da IHU On-Line)

Publicação em destaque



Política e perversão: Paulo segundo Žižek

Esta edição nº 88 dos Cadernos Teologia Pública traz o tema *Política e perversão: Paulo segundo Žižek,* do teólogo Adam Kotsko, professor do Shimer College, Chicago. A partir das reflexões de Alain Badiou, Slavoj Žižek analisa a questão da lei no Capítulo 7 da Carta de Paulo aos Romanos em seu livro *A Marioneta e o Anão: o cristianismo entre perversão e subversão* (Lisboa: Relógio D'água, 2008). Kotsko discute a interpretação de Žižek, orientando seu raciocínio a partir de um texto introdutório que serve de guia para a leitura das obras de Žižek, publicado na Los Angeles Review of Books, em setembro de 2012. Na sequência, apresenta-se uma entrevista com Kotsko publicada na **IHU On-line** nº 431, de novembro de 2013.

Esta e outras edições dos **Cadernos Teologia Pública** podem ser acessadas gratuitamente para download em http://bit.ly/CadernosIHU. Elas também podem ser adquiridas em versão impressa diretamente no **Instituto Humanitas Unisinos – IHU** ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br ou pelo telefone 55 (51) 3590 8247.

Retrovisor

Releia algumas das edições já publicadas da IHU On-Line.



Hidrelétricas no Rio Grande do Sul. Impactos sociais e ambientais Edição 341 – Ano X – 30-08-2010 Disponível em http://bit.ly/ihuon341

A matriz energética brasileira está em discussão. Qual seria a matriz mais sustentável, renovável, limpa e com menos consequências sociais e ambientais para o país? Este debate urge a necessidade de repensar o modelo das usinas hidrelétricas, com suas megaobras e grandes barragens. Em um momento em que o país debatia a situação do Rio Xingu sob o impacto da construção da hidrelétrica de Belo Monte, e os impactos no Rio Madeira com as usinas de Jirau e Santo Antônio, a **IHU On-Line** desta semana debate a construção de uma série de hidrelétricas no estado do Rio Grande do Sul. Contribuem na discussão Paulo Brack, Alexandre Krob, Eduardo Ruppenthal, Leandro Scalabrin, Lisiane Hahn, Márcio Repenning e Silvia Pagel.

O Pampa e o monocultivo do eucalipto Edição 247 – Ano VII 10-12-2007 Disponível em http://bit.ly/ihuon247

Um ano depois da publicação de *Pampa. Silencioso e desconhecido*, na edição 190 da **IHU On-Line**, a revista retoma o tema para discutir a invasão do bioma pelo deserto verde do eucalipto. A opção pelo Pampa para a implantação de um megaempreendimento, capitaneado por três grandes empresas, de plantação de eucalipto, fez com que o próprio Rio Grande do Sul se debruçasse sobre este importante bioma que é o pampa, para melhor conhecê-lo. Contribuem para o debate Luiza Chomenko, Marcelo Madeira, Paulo Brack, Antonio Eduardo Lanna e Maurem Alves. Outros entrevistados são Leonardo Melgarejo e Glayson Bencke.





Getúlio Edição 112 – Ano IV – 23-08-2004 Disponível em http://bit.ly/ihuon112

Inspirada pela exposição *Eu Getúlio, Ele Getúlio, Nós Getúlios*, esta edição da **IHU On-Line** sai a campo para ouvir depoimentos de pessoas que testemunharam a Era Vargas. Colhe, desta forma, o depoimento de homens e mulheres, políticos, sindicalistas, professores e pessoas do povo que viveram intensamente a crise de agosto de 1954. O número conta ainda com entrevistas com Gilberto Vasconcellos, Juremir Machado da Silva e Magno Bissoli. A edição ainda traz a memória de Maria de Lurdes Pintasilgo, a primeira e única mulher a ocupar o cargo de primeira-ministra de Portugal.

XIV Simpósio Internacional IHU - 21 a 23 de outubro

O próximo Simpósio Internacional do IHU, de 21 a 23 de outubro, seque com inscrições abertas para o envio de trabalhos, que tenham como fio condutor reflexões transdisciplinares que auxiliem a pensar os desafios teóricos e práticos da contemporaneidade tecnocientífica. As inscrições e os eixos temáticos para envio de trabalhos podem ser acessados em http://bit.ly/SIMPXIV.

XIV SIMPÓSIO INTERNACIONAL IHU REVOLUÇÕES TECNOCIENTÍFICAS, CULTURAS, INDIVÍDUOS E SOCIEDADES A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea Inscrições e envio de trabalhos Informações: http://www.ihu.unisinos.br/

Oficina - Como os jogos podem mudar a Realidade?



O objetivo desta oficina é apresentar os jogos - digitais ou analógicos – como uma poderosa mídia para reflexão e transformação. Durante o evento serão discutidos os chamados "games for change", as relações possíveis entre jogos e jornalismo e a sensibilização quanto ao uso de jogos para a reflexão sobre aspectos sociais, políticos e econômicos. Também serão apresentados os trabalhos desenvolvidos pelo ObservaJogos, selo do Observasinos. O evento ocorre no dia 09-09-2014, às 17 horas, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU. Veja mais em http://bit.ly/OfJogosIHU.

Biopoder e a constituição étnico-racial das populações



Data: 28-08-2014

Palestrante: Prof. MS Gustavo da Silva Kern -

Doutorando em Educação - UFRGS

Horário: 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

A partir da perspectiva do Biopoder, proposta por Foucault, o historiador Gustavo da Silva Kern traça um panorama de como o controle da vida é instituído na constituição étnico-racial das populações. Leia também a entrevista "Cruzamentos felizes, branqueamento e biopoder", na página 53 desta edição.



